

DRAFT

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Mandato 2013-2017

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM QUINZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS.

ATA NÚMERO CENTO E VINTE E QUATRO

Aos quinze dias do mês de novembro de dois mil e dezasseis, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária, em exercício.

(A Senhora Deputada Municipal Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva)

Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais:

Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Luisa Flores de Moura e Regedor, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Isabel Cristina Rua Pires, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Maria Moura Alves Silva Almeida Saavedra, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Ferreira Pintão, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel

DRAFT

Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Duarte Albuquerque Carreira, Rosa Lourenço, Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, Nuno Ricardo Dinis de Abreu, Carla Rothes, Catarina Canongia de Alpoim de Gouveia Homem, Susana Maria da Costa Guimarães, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Sara Diana de Campos Leiria Goulart de Medeiros, Patricia Caetano Barata, Nelson Pinto Antunes, Luis Graça Gonçalves, Sofia Margarida Vala Rocha, Gabriel Maria Baptista Fernandes e Paulo Manuel Bernardes Moreira. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro e João Diogo Santos Moura. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Rosa Lourenço. --

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Duarte Albuquerque Carreira.-----

----- Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputada Municipal Carla Rothes.-----

----- Sandra Graça Lourenço Paulo (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães.-----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Paulo Manuel Bernardes Moreira.-----

----- Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Graça Gonçalves.-----

----- Joaquim Maria Fernandes Marques (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia de Oliveira Caetano Barata.-----

----- Tiago Miguel de Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Sofia Margarida Vala Rocha.-----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Ricardo Dinis de Abreu.-----

DRAFT

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sara Goulart Medeiros.-----

----- Ricardo Amaral Robles (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- Maria Luísa de Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes.-----

----- Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça (IND), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Catarina Canongia de Alpoim de Gouveia Homem.-----

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 38/2016, de 15 de novembro de 2016, foi deliberado o seguinte a descrever:-----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais António Modesto Navarro (PCP) e Rui Paulo Figueiredo (PS) na 117ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (76ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 13 de setembro de 2016.-----

----- Justificar a falta do Deputado Municipal João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro (PS) na 118ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (4ª Sessão Ordinária), realizada no dia 27 de setembro de 2016.-----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo (PSD), Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva (PSD), António Modesto Navarro (PCP), Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP) e Fábio Martins de Sousa (PCP - Presidente da Junta Freguesia de Carnide) e Davide Miguel dos Santos Amado (PS - Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara) na 119ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (77ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 11 de outubro de 2016.-----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: Daniel da Conceição Gonçalves da Silva (PSD-Presidente Junta Freguesia de Avenidas Novas), António Modesto Navarro (PCP), Fábio Martins Sousa (PCP - Presidente Junta Freguesia de Carnide), Maria Luísa de Aguiar Aldim (CDS-PP), Floresbela Mendes Pinto (IND), Ana Luísa Flores de Moura e Regedor (IND) e Patrícia de Oliveira Caetano Barata (PSD) e Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS - Presidente da Junta de Freguesia de Olivais) na 121ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (78ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 19 de outubro de 2016.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Carlos Castro, Catarina Albergaria, Manuel Salgado, Paula Marques, Madalena Braz Leitão.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Carlos Moura, João Gonçalves Pereira, Alexandra Duarte e António Prôa.-----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção inicial:-----

----- “Senhores dirigentes, peço que tomem os vossos lugares, temo quórum, temos uma ordem de trabalhos intensa, por isso, pedia para assumirem os vossos lugares e

DRAFT

tinha aqui umas questões que queria pôr à vossa consideração. Peço a atenção, sobretudo, dos representantes, pedia a atenção dos líderes de bancada porque há aqui, uns pequenos ajustes à ordem de trabalhos que queria colocar à vossa consideração. ---
----- Nós temos dois votos de pesar pela mesma pessoa. Nós, na semana passada, tivemos uma circunstância semelhante e a Mesa só colocou à votação o primeiro. Eu estive a ver os votos, e o que nós votamos, como sabem, não são os considerandos, é só a parte deliberativa, e a parte deliberativa não é exatamente, igual. Portanto, se por ventura o que entrou primeiro for aprovado, do segundo o que subsistirá o que for distinto daquilo que já tiver sido votado para não estarmos a votar duas vezes a mesma coisa. -----

----- Há dúvidas, Senhor Deputado José Leitão? Microfone ao Senhor Deputado José Leitão, se faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, com todo o respeito, a nossa sugestão é que ambos fossem votados, e até podem ser votados, em simultâneo, na mesma votação. -----

----- Agora, o que acontece é que nós fazemos considerandos diferentes, é evidente que temos, todos, estima pela pessoa, mas acho que não faz muito sentido fazer a votação dessa forma.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Senhor Deputado, terá toda a razão. Mas o problema é que estamos a votar duas vezes a mesma coisa e, nesta Assembleia, não costumamos votar duas vezes a mesma coisa. -----

----- O que eu sugiro é o seguinte, oiçam bem para ver se para vós, faz sentido, se não, votaremos duas vezes. A Assembleia é soberana. Mas o que sugiro é o seguinte: -----

----- São lidos os dois votos, integralmente. É votada a parte deliberativa do que entrou em primeiro lugar que, alias, pede duas coisas que pede o segundo, iguaizinhas, e o segundo voto pede uma coisa que o primeiro não pede e isso tem de ser votado. -----

----- Eu pedi aos proponentes para se entenderem, não se entenderam, tudo bem, portanto, o que é que acontece, se for assim, a deliberação, o Senhor Deputado oiça até ao fim, a deliberação que é publicada é aquilo que tiver sido votado, mas é enviado à família, integralmente, os dois votos. É só para não colocar duas vezes a mesma coisa, à votação...” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Não tenho objeção.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, continuou: -----

----- “Os considerandos são importantes para os votos, como é evidente. -----

----- Muito bem. -----

----- A segunda questão que vos queria colocar é a seguinte: -----

----- Temos, depois, uma série de votos de saudação e protesto que eu quero perguntar se veem inconveniente que eles sejam votados na altura em que são votadas as

DRAFT

moções e as recomendações, e não no início da sessão? Porque poderá haver pessoas que queiram intervir sobre esta matéria, nas declarações políticas, sobre os votos de pesar nunca há intervenções, mas sobre as saudações e protestos pode haver e, se eu os ponho à votação logo no início, estamos a abrir um período de discussão fora do que está previsto na ordem de trabalhos. Se vos parece correto, passamos para o fim, para o fim, isto é, na altura em que forem votadas as moções e recomendações. -----

----- E tenho uma terceira questão que é a seguinte: -----

----- Pede-me o PSD que apresentou a recomendação nº 2/124 que é uma homenagem à Senhora Dr.^a Luiza Damásio, que faleceu há uns anos, e que tem a ver com todo o trabalho que ela fez ao nível da educação e a comunidade educativa está presente a assistir à sessão. Pergunto se veem inconveniente que isto seja posto no princípio da sessão, ou se vamos fazer toda a gente esperar que cheguemos à ordem de trabalhos? Se não houver inconvenientes que isto seja votado no início da sessão, pergunto se alguém quer usar da palavra? O Senhor Deputado José Leitão. Microfone ao Senhor Deputado Municipal José Leitão.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Não só não temos objeções, como também, subscrevemos esse voto.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, continuou: -----

----- “É uma recomendação mas, atendendo a que não há objeções... -----

----- Senhor Deputado Carlos Silva Santos, faça favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “É só uma pergunta, estas moções e recomendações estão incluídas no ponto das declarações políticas...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, continuou: -----

----- “A pergunta só, por isso é que estou a perguntar a todos, porque isto só pode ser feito se houver a vossa concordância. Atendendo a que a recomendação, esta recomendação específica, é no fundo uma saudação e uma homenagem a uma pessoa em concreto, já falecida, e que as pessoas da família e da comunidade educativa estão, aqui, presentes mas não os fazer esperar o tempo todo...” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, perguntou: -----

----- “Mas não deveria ser um voto?” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Mas é uma recomendação à Câmara para fazer uma série de coisas, por isso, ela tem a forma de recomendação. Se houver dificuldades, naturalmente, faremos...” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, referiu: -----

----- “Então já não é voto, é mais do que voto. Fica a minha questão, é mais do que voto. Voto é uma coisa, quanto à recomendação...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, continuou: -----

DRAFT

----- “Senhor Deputado, compreendo perfeitamente, o seu problema. Eu estou a devolver a questão à Assembleia, se entendem que este meu procedimento prejudica a apreciação pela Assembleia, é votado na devida altura. Se entendem que não prejudica, eu sei que não é isto que estava previsto, vamos alterar, aqui, um ponto na ordem de trabalhos, que só pode ser feito se todos os Senhores Deputados, se todas as forças políticas estiverem de acordo. -----

----- Pergunto se alguém se opõe a que a recomendação nº 2/124 seja votada no início, com o bloco dos votos, sendo certo que não é um voto, é uma recomendação. -----

----- Não vejo objeções, portanto, assim se fará. Apenas por uma questão de respeito para com as pessoas que estão à espera para não provocarmos o atraso das matérias. ---

----- Sendo assim, vamos dar início à parte do público, e peço aos serviços que chamem as pessoas que se inscreveram.” -----

-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- **A Senhora Irene Maria Xavier Vieira Moreira** moradora na Rua Ferreira de Castro, nº 352, 3º Esquerdo, 1950-133 Lisboa, e no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e o Público em geral. -----

----- *Eu sou Irene Moreira, tenho trinta e dois anos, sou casada, e estou inscrita na Câmara há pelo menos, cinco anos, e tenho três filhos menores. Neste momento, resido em casa da minha sogra, dentro de um quarto e dormimos os cinco no quarto. -*

----- *Tenho a pontuação de 95.4 e, esta pontuação mantém-se há um ano. -----*

----- *Eu e o meu marido temos problemas crónicos de saúde, tomamos medicação para o resto da vida. -----*

----- *Já mandei mais de dez cartas à Vereadora Dr.ª Paula Correia, e até hoje não há resultado nenhum. -----*

----- *O que me deixa um pouco triste e indignada é que quando vou à Câmara, as Assistentes Sociais, uma diz uma coisa, e a outra diz outra coisa, e eu gostava de perguntar duas coisas; -----*

----- *Para ter a atribuição de uma habitação se é necessário ter uma doença que nos dê a incapacidade de 60%? Ou então, se necessariamente, temos de ter filhos com deficiência? Porque quando vou à Câmara fazem-me este tipo de perguntas, se tenho crianças com deficiência, eu respondo que, graças a Deus, não tenho. -----*

----- *Neste momento, eu estou num quarto com três crianças, o quarto é super húmido, e eu tenho tudo dentro do quarto, tudo, comida, leite, cereais, tudo dentro do guarda fato e, em cima de mim, a uma rapariga foi atribuída uma casa e nunca habitou esta casa, passou as chaves a um primo, o primo viveu um ano e também deixou a casa. A casa, neste momento, está a ser habitada por pombos. E eu estou num quarto, e eu estou bastante stressada com esta situação, para não falar das casas que eu sei que estão vazias e quando eu vou à Câmara dizem que não têm T3 para atribuir às pessoas. Mentira, porque eu sei que tem mais de vinte casas fechadas no bairro onde eu vivo. -----*

DRAFT

----- *Excelentíssima, eu tenho aqui os papéis todos, eu andei de prédio em prédio a tirar os números das casas que estão fechadas.*-----

----- *Eu já mandei mais de dez cartas à Vereadora, a implorar nem que me dessem um T1, o que eu quero é um quarto para os meus filhos.*-----

----- *Obrigada a todos.*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhora D. Irene.-----

----- Responder às várias questões que levantou. A primeira questão, essas perguntas que lhe fazem têm razão de ser e que é a seguinte, a pontuação que é atribuída quando as pessoas se candidatam a um pedido, têm a ver com o número de pessoas que constituem o agregado, os rendimentos, a vossa condição habitacional agora, e também, caso haja deficientes com mais de 60%, na família, ou filhos deficientes têm uma pontuação mais alta, por isso lhe fazem a pergunta. Não é por qualquer razão estranha. As pessoas não têm de ser doentes para ter uma casa da Câmara. Acontece que, se por acaso isso acontecer, têm uma pontuação mais alta. Agora, o facto de a pessoas ter fraca saúde mas que não tenha deficiência, não dá pontuação nenhuma. Portanto, vocês podem ter problemas de saúde mas isso não pontua.-----

----- Portanto, estas são as regras, podem estar erradas, mas é isto que está em vigor, e é a razão de ser da pergunta que lhe fazem.-----

----- A segunda questão que refere, tem uma pontuação de 95.4, queixa-se que não teve resposta até agora, portanto, nós iremos insistir junto do gabinete da Câmara para lhe darem uma resposta que lhe possamos mandar, mas queria dizer-lhe o seguinte:-----

----- Nós estamos a atribuir casas com pontuações bem mais altas que 95.4, portanto, o seu caso, provavelmente, estão a trabalhar, a Senhora Irene e o seu marido estão a trabalhar e poderão ter...”-----

----- **A Senhora Irene Maria Xavier Vieira Moreira** no uso da palavra, interrompeu:

----- “*Desculpe-me Senhora Presidente por interromper, mas neste momento, eu estou a recuperar de uma cirurgia porque estava com um cancro maligno e fui operada, estou a recuperar de uma cirurgia e o meu marido...*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Então, Senhora Irene, deixe-me dizer-lhe que nessa condição de saúde, deve evocar isso, porque o ter sido portadora de um cancro pontua mais, para a sua pontuação, não sei se isso lhe foi dito e foi tido em consideração na sua pontuação, ou não? Mas é uma coisa que se pode verificar.-----

----- Portanto, dizer-lhe que deu essa informação, aqui, e nós vamos verificar se essa informação entrou na sua pontuação, ou não.-----

----- Dizer-lhe que, as casas são atribuídas pelas pontuações mais altas.-----

----- Esse caso que referiu da vizinha em cima, que foi para uma casa que lhe foi atribuída por ter saído o primo, eu vou verificar o que se passa porque, em princípio, isso não pode acontecer. Provavelmente, a pessoa colocou-se lá sem a casa lhe ter sido atribuída. Portanto, pode lá estar ilegalmente, e não legalmente, o que faz toda a diferença. Não posso falar de uma coisa que não conheço, como deve compreender. Tomei devida nota do que disse, e vamos verificar.-----

DRAFT

----- E, finalmente, a última questão que colocou das casas vazias, nós temos muitas queixas das casas vazias nos bairros, sabemos que elas existem, a própria Câmara reconhece isso, e a razão fundamental das casas estarem vazias podem ser duas, ou três razões: -----

----- Uma primeira razão, e que é a mais urgente, elas estão à espera de entrar em empreitada de reabilitação, e a Câmara faz empreitadas por conjuntos, não faz uma a uma. E, portanto, quando tem um conjunto de casas para reabilitar, é que faz a obra. E essas casas ficam seladas para não serem ocupadas para depois da obra, serem entregues. Esta é uma razão. -----

----- Segunda razão, temos alguns casos, não muitos, de casas que estão vazias porque há processos em tribunal a decorrer e não temos a sentença final do tribunal, e essas são as mais degradáveis porque demoram mais tempo, o tribunal demora muito tempo a dar resposta, e enquanto o tribunal não der resposta, nós não podemos dar destino à casa. Portanto, esta razão ultrapassa-nos. -----

----- E pode haver uma terceira razão que é, pura e simplesmente, desconhecimento dos serviços que a casa está vazia e, portanto, quando os munícipes trazem a informação que têm conhecimento de casas vazias, normalmente, a Câmara procura verificar se isso é assim, ou não é, mandar a GEBALIS verificar, porque muitas vezes nós não sabemos. Eu já fui Vereadora da Habitação e muitas vezes os munícipes vinham dizer-me que determinada casa se encontrava vazia, e eu, os serviços desconheciam. E, portanto, essa informação é útil para nós irmos verificar se isso é assim, ou não é. -----

----- Agora, a questão de fundo, e aqui é que eu queria terminar, no seu caso, com esta pontuação, se ela não puder ser revista, qualquer fator que possa agravar a pontuação, vamos ter dificuldade em resolver, por esta via, porque estamos a atribuir casas a pontuações mais altas que a sua.-----

----- Qual é a alternativa? Pode concorrer ao Subsídio Municipal de Arrendamento, neste momento é a solução que eu vejo para o vosso caso, e penso que os outros programas não são adequados.-----

----- Isto não é uma resposta suficiente para aquilo que precisa, mas é eventualmente, um apoio para pelo menos, poder ter um apoio financeiro para arrendar uma casa no mercado. -----

----- Neste momento, se não tiver casa não vai ficar cinco anos à espera enfiada num quarto. Não é uma condição nem para os seus filhos, nem para si, nem para ninguém. -

----- É o máximo que lhe posso dizer. Em todo o caso, vamos procurar obter mais informação sobre o seu processo, que eu não tenho aqui, verificar estas informações, verificar se há algum erro na pontuação, se ela pode ser revista, e se isto pode andar para a frente. É isto que eu tenho a dizer. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Soraia Balão Serrano** moradora na Rua Ricardo Ornelas, Lote 375, R/C Esquerdo, 1950-131 Lisboa, e no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde.-----

DRAFT

----- *Eu venho aqui apelar, novamente, como a Dr.^a falou, da minha situação porque, neste momento, já só me faltam três semanas para ter o bebé, e eu, ainda, não tenho habitação porque, simplesmente, uma gravidez não contabiliza a pessoas que estão a pernoitar na via pública.*-----

----- *A minha pontuação é de 102.8, e de 2014 para cá, não aumenta. Eu tinha que ter 107.8 para poder ter uma casa T2, tendo eu dois filhos, um com seis, nesta altura, e um com oito.*-----

----- *Neste momento, estou numa situação que tive que me colocar numa habitação que estava aberta, completamente aberta, escancarada, que simplesmente tem a tipologia certa para mim, e eu venho aqui apelar, agora, para que me possam ajudar, já que não posso ficar com a casa onde estou, neste momento, porque estou a três semanas de ter o bebé.*-----

----- *Estou a ser acompanhada no Hospital Alfredo da Costa por tensão alta, por estar hipertensa, nesta altura, desde o primeiro trimestre. Estou a três semanas de fazer a cesariana, e eu pergunto, aqui e agora, para fazer, é antes do bebé nascer, ou depois do bebé nascer? Na Câmara foi-me dito que é só quando o bebé nascer para saber se tem vida, ou não. Porque simplesmente, a gravidez estar numa rua, a pernoitar na rua, de verão, ou de inverno, não quer dizer nada. Duas crianças a estarem a ser tratadas, a serem colocadas num quarto, a saírem da escola e irem para dentro de um quarto, depois de comer, sem poderem brincar, sem poderem falar, sem poderem interagir com ninguém, nem com a própria mãe, nem com o próprio pai, porque são familiares mas não dão carinho nem a atenção que elas precisam, porque só um pai e uma mãe é que podem fazer isso.*-----

----- *Então, eu venho apelar, novamente, e venho perguntar quando é que pode, e qual é a maneira possível de eu poder ter os 107.8 para que eu possa adquirir uma casa nem que seja tipologia T1?*-----

----- *Isso não está na lei, mas deveria estar, porque há pessoas adultas que não têm falta, estão em casa de familiares, e apanham casas T1, simplesmente, com 90, ou 80 pontos. É injusto. Eu já estou desde 2014.*-----

----- *Eu no meu segundo trimestre de gravidez, eu tive que ocupar essa casa porque eu não aguentava mais a pressão e o estado em que estou. E eu, neste momento, venho só pedir isso.*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “O seu caso é bastante dramático, como está a acabar de expor, e vou ver com a Câmara quais as possibilidades. Mas queria dizer-lhe duas coisas:-----

----- Em primeiro lugar, eu compreendo que tenha ocupado uma casa, mas isso não vai facilitar nada a atribuição de uma casa pela Câmara, pelo contrário, eu sei, não estou aqui sequer a criticar, estou a constatar, mas nem precisa de ter doenças, vamos lá ver, o que nós vamos verificar, efetivamente, é este problema da sua pontuação, vamos verificar o que é que se passa com a questão dos T1, a indicação que eu tinha aqui, é que tinha assinado uma declaração, manifestando a sua disponibilidade para que lhe fosse atribuído um T2, porque o que precisam é de um T3, naturalmente, não é o que precisa a sua família, e a lei até nos obriga a dar a casa que precisa, exatamente, ou não

DRAFT

é exatamente assim, porque estes valores alteram, por vezes, ligeiramente, de um trimestre para o outro, mas anda à volta desses números que está a dizer. -----

----- Eu vou voltar a insistir com a Câmara, chamando, contudo, a atenção que, tenho consciência que, de facto, ter ocupado a casa por absoluta necessidade, não vai jogar a seu favor, mas vamos ver o que é que se consegue. Não lhe posso garantir nada, porque nós não podemos ir contra as regras, portanto, as regras se estiverem erradas, nós podemos vir a alterá-las, mas neste momento não é isso que está em causa, neste momento, o que está em causa é saber o que é que se deve fazer. -----

----- A pergunta se é melhor ir à Câmara antes, ou depois, da criança nascer, se a assistente social já tem conhecimento do seu estado de gravidez, neste momento, não vai poder alterar pontuação nenhuma pelo estado de gravidez. É um ponto que nós, provavelmente, teremos que ter em consideração numa revisão do regulamento porque não temos isso previsto. O seu caso pode ser importante para nós para dar a possibilidade de poderirmos a mudar as regras, não só para o seu caso, mas sobretudo para muitas outras famílias que podem estar na mesma condição em que está a Soraia. -----

----- Portanto, neste momento, não lhe posso dizer mais nada, se não desejar que corra bem, e comprometer-me, naturalmente, a fazer diligências junto da Câmara para ver que é que vamos fazer. -----

----- Muito obrigada. -----

----- O Senhor Miguel Ângelo Teles Lopes, é o mesmo assunto, é o marido da Soraia, mas de qualquer maneira inscreveu-se e está no direito de usar da palavra.” -----

----- **O Senhor Miguel Ângelo Teles Lopes** morador na Rua Ricardo Ornelas, Lote 375, R/C Esquerdo, 1950-131 Lisboa, e no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -

----- “Olá, muito boa tarde. -----

----- *Senhora Dr.ª Presidente, venho expor aqui, o meu caso, dado que a Senhora Presidente já sabe que o caso, é o que acabámos de ouvir, eu só queria dar, aqui, um reforço, eu acho que, para nós, nada se abre porque no primeiro processo que nós colocámos na Câmara, a primeira vez que nós pedimos a atribuição de casa, na Câmara, o primeiro processo foi em 2012, já vem de 2012 até 2016, isto são quatro anos, a primeira vez que efetuei um pedido de habitação, o meu filho mais velho tinha quatro anos, neste momento, já tenho dois filhos, tenho outro que está prestes a nascer. -----*

----- *Eu queria dizer, também, que nós aguardamos pelo processo da Câmara antes de ocuparmos a casa onde nós, neste momento, estamos. Nós tivemos a pernoitar dentro de um veículo, na via pública, durante seis meses de gravidez. Ao sexto mês, eu entro dentro da Maternidade Alfredo da Costa, com a minha esposa com a tensão arterial numa bomba. O médico perguntou-me o que é que se tinha passado com ela, e eu simplesmente, expliquei-lhe que estávamos a residir dentro de um carro e o facto dos nossos filhos, os filhos que nós temos em comum, as crianças já não estavam bem propriamente, as crianças já não estavam bem da cabeça, porque as crianças sofriam porque não tinham espaço, não podiam ser livres, não podiam ser crianças só dados o facto de não serem criadas com o pai e com a mãe, isso é um dos pontos...” -----*

DRAFT

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, interrompeu: -----

----- “Os seus filhos vivem com família?” -----

----- **O Senhor Miguel Ângelo Teles Lopes** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Com o meu irmão. -----

----- *Só que, derivado a problemas na família, eu já tinha sido colocado fora da casa do meu irmão, que não era do meu irmão, era do meu pai, e o meu pai já me tinha colocado fora de casa, e eu, quando o meu pai faleceu, eu aproveitei a altura para colocar os meus filhos em casa do meu irmão. Mas você sabe, de dia para dia, estar a ver um filho ao qual você acha que ele é uma criança normal porque acompanhou o sofrimento com o pai? E então, eu com medo de perder a minha esposa, e este filho, porque dado o facto de na Câmara nós, só podemos, só existe uma atribuição de casa, a pontuação só aumenta por causa de doenças, nós, felizmente, não temos doenças, a pontuação não nos aumenta, não nos é atribuída. -----*

----- *A casa que foi atribuída na última vez, na Câmara, a pontuação mais baixa tinha 107. Eu com 102, vim a saber que era impossível ter casa, antes de perder a minha mulher e o meu filho, eu preferi colocar-me dentro de uma casa. Eu sei que estou a infringir um crime, mas acho que o meu crime maior era se eu deixasse a minha esposa e o meu futuro filho na situação em que estavam, dentro de um carro a pernoitarem. Se calhar, um dia acordava e podia ter o bebé morto dentro da barriga, ou a minha esposa.” -----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Miguel, é um caso dramático, aliás, como já disse à sua mulher, é um caso dramático o vosso, e eu não tinha percebido essa questão de as crianças estarem a viver com o familiar. -----

----- A questão da pontuação, ser preciso ser deficiente para aumentar a pontuação, não é assim, há, de facto, um aumento da pontuação quando há pessoas deficientes mas, também, aumenta a pontuação quando há mais pessoas, portanto, que é o caso, que tem mais uma criança a caminho. -----

----- Portanto, eu vou ter que pedir para analisar o vosso processo. -----

----- Ouviu o que eu disse à sua mulher, o facto de terem ocupado uma casa não facilita, nesta situação, efetivamente, não facilita. Sei que já foi notificado para desocupar a casa e, naturalmente, iremos solicitar à Câmara que, até ao nascimento da criança, que tenha em consideração se podem aguardar pela solução do caso, mas vai ter que encontrar uma solução porque não pode ficar a ocupar a casa sem ela lhe ser atribuída. -----

----- Temos de ter em consideração todos estes fatores que disse, da gravidez da sua senhora, mas temos que fazer, também, as coisas de maneira a que não estejamos a dar um tratamento diferente, ao vosso caso que damos a outros, portanto, temos que tratar todos da mesma maneira. -----

----- É o máximo que lhe posso dizer, neste momento, sem falar com a Vereadora, sem ser analisado o dossier, não podemos dizer mais, mas o que eu pedia, talvez, e uma vez que, hoje, temos aqui a vosso caso e, mais outro caso que já veio antes, e mais uma outra Senhora que também é um caso de habitação, eu não vejo presente o

DRAFT

coordenador grupo do trabalho de acompanhamento à habitação, que é o Deputado Miguel Graça, mas ia pedir uma reunião do grupo de trabalho com urgência para analisar estes casos com um bocadinho mais de profundidade.” -----

----- **O Senhor Miguel Ângelo Teles Lopes** no uso da palavra, referiu ainda: -----

----- *“Dado o facto de que eu ocupei a casa faz dois meses, eu até aos seis meses eu aguentei porque sempre me prometeram que durante da gravidez iam tratar do meu caso, e eu aguentei ao máximo, quando chegou a um ponto extremo.”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Miguel, eu serei a última pessoa a censurá-lo por aquilo que fez, mas estou apenas, a constatar um facto. E vocês compreendem isso. -----

----- Aquilo que vamos fazer é, este vosso caso, mais o caso da D. Irene, mais o caso da outra Senhora que vai falar a seguir, que também é um caso de habitação, nós temos um grupo de trabalho, aqui, na Assembleia que acompanha estes problemas de habitação mais urgentes, vou pedir uma reunião urgente a este grupo de trabalho, vamos chamar os serviços de habitação e ver se podemos, efetivamente, dar alguma resposta ao vosso caso. É o máximo que podemos fazer aqui, porque a decisão tem que ser da Câmara, nós apenas, aqui, recomendamos à Câmara, e quem tem o poder de decidir é a Câmara. Mas, aqui, na Assembleia, podemos analisar o caso com a colaboração dos serviços, é o que está combinado, e se virmos que há alguma abertura, que há alguma hipótese, naturalmente, recomendaremos que isso se faça. -----

----- Se quiser deixar documentos, pode deixar.-----

----- E vamos agora, finalmente, ouvir a Senhora Susana Sofia dos Santos Batista que é, também, um caso de habitação.”-----

----- **A Senhora Susana Sofia dos Santos Batista** moradora na Rua Octávio Pato, nº 14, 3º C, 1750-375 Lisboa, e no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa tarde Senhora Presidente, boa tarde a todos os Senhores Deputados que estão nesta sala.-----*

----- *Eu venho mostrar a minha situação. Desde 2012, que tive que optar por ir viver com o meu avó que tinha uma tipologia tipo 2, porque até, então, vivia que os meus sogros num quarto com três crianças. Tenho um filho com uma deficiência visual, tive que optar por ir para ao pé do meu avô para ele poder ter mais espaço para andar e para não dificultar todos os tratamentos que ele tem vindo a ter.-----*

----- *Foi-me aberta a porta, de imediato, pelo meu avô paterno, onde várias vezes, com ele, me dirigia à Gebalis para poder entrar para a ficha do meu avô, juntamente com os meus filhos, sempre me foi negada esta mesma entrada, porque o meu avô tinha que ter uma doença, tinha que haver algum problema de saúde com o meu avô para eu poder ir para casa dele. Sempre mostrei que os problemas não eram com o meu avô, mas sim, comigo e com o meu filho que precisávamos de ajuda do meu avô. Mas nunca me deixaram entrar para esta mesma ficha, até que, no ano passado o meu avô deu uma queda em casa, caiu e teve um traumatismo grave, teve oito meses em coma no Hospital Santa Maria.-----*

DRAFT

----- A doutora Susana Campos da GEBALIS fez vários telefonemas para o hospital para saber o estado de saúde do meu avô, para tentar perceber se este mesmo teria falecido. -----

----- Entretanto, fui várias vezes chamada à Gebalis para entregar a chave do meu avô a qual sempre recusei porque vivia lá que os meus filhos, e não podia fazer, e o meu avô tinha vida. O meu avô apesar de estar como estava, estava vivo. -----

----- Entretanto, o meu avô acordou, e foi para uma Instituição em Belas, Irmãs Hospitaleiras, onde tentámos melhoras dele só que, entretanto, no mês de dezembro, este acaba por piorar o estado de saúde, foi para o Hospital Pulido Valente, onde acaba por falecer, no dia vinte e oito de janeiro. -----

----- No dia quatro de fevereiro de 2016, foi decidido, pelos doutores da Gebalis que eu, Susana Batista, tinha que entregar a chave de casa do meu avô, e que embora eu não estivesse na ficha, sabiam da minha existência, da existência dos meus três filhos menores, uma filha com dez anos, outro com seis, outro que faz este sábado, quatro anos e repito, com uma deficiência visual, o estrabismo agudo, sem óculos não vê nada. -----

----- Só vos peço que me ajudem. Neste momento, não vou para concursos, já o fiz mas acho que estou a tirar a vez a alguém que precise de uma casa, eu não preciso de uma casa, eu tenho a casa do meu avô, eu só quero poder estar nela. -----

----- Tenho as rendas pagas, tudo pago, só queria que me deixassem estar, que o meu avô o pouco que tinha e que me deixou, equipamentos, máquinas de lavar, tudo, tenho uma casa montada que só vos peço para me deixarem pagar esta renda e me deixarem lá ficar com os meus três filhos, que não me ponham na rua, como esta Senhora Dr.^a Susana Campos, quer me pôr. -----

----- Agradeço-vos a todos.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Susana, eu conheço o seu caso, já trocámos vários e-mails, até sugeri que viesse aqui, expor a situação para nós podermos fazer alguma coisa, e eu só queria fazer-lhe aqui, uma pergunta que é simples, portanto, relativamente a essa casa, a Susana diz que desde 2012, esteve lá, o seu avô faleceu no início de 2016, certo?-----

----- **A Senhora Susana Sofia dos Santos Batista** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Sim.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “E que terá pedido, várias vezes, para ser incluída na ficha?” -----

----- **A Senhora Susana Sofia dos Santos Batista** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Sim.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Era isso que tínhamos de confirmar. Portanto, foi isto, também, que eu já chamei a atenção, portanto, vamos confirmar isto no processo porque, efetivamente, uma coisa é a pessoa solicitar para ser integrada numa ficha no decurso normal da vida de alguém, outra coisa é, e os Senhores Deputados e as pessoas que estejam a assistir compreenderão, há pessoas que vão para casa de um familiar sabendo que ele está “às portas da morte”, na esperança que quando ele morra, fiquem com a casa. Portanto,

DRAFT

são situações muito desagradáveis. Não é o seu caso, o seu caso tem outro historial. São situações muito delicadas e, portanto, vamos também, analisar neste grupo de trabalho para ver o que se vai fazer.-----

----- Sei que está com essa notificação da Câmara para entregar as chaves, uma situação bastante dramática, vou pedir para analisarmos isto e para não ser consumada a vossa desocupação sem que nós possamos dar uma recomendação à Câmara como é que podem encaminhar o vosso caso.-----

----- Não lhe posso garantir nada a mais do que isto.” -----

----- **A Senhora Susana Sofia dos Santos Batista** no uso da palavra, referiu ainda: ----

----- *“Eu só queria dizer mais uma coisa; o meu avô faleceu no dia vinte e oito de janeiro, a renda está paga o mês de fevereiro, dia oito, foi paga. A Dr.^a Susana Campos da GEBALIS, como eu estava sempre a cumprir as rendas, e sempre a pagar, suspendeu-me o recibo do mês de março. Desde então, que não tenho recibo, mas tenho o dinheiro todo de parte, das rendas todas para poder, a qualquer momento, pagar.”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Certo. -----

----- O grande problema está em saber se legalmente, nós podemos atribuir-lhe a casa por pedido de inscrição no agregado, anterior ao falecimento do seu avô. E é esse o problema que não está resolvido, que não foi resolvido, e que nós vamos tentar apurar se é possível resolver, ou não. Porque é isso que a senhora está a pedir e nós vamos saber se isso pode ser feito nos termos legais. É isso que temos que ver e, caso não possa ser feito, a legislação que rege as habitações públicas foi alterada, recentemente, e obriga os serviços sociais, ou os serviços municipais, de habitação, enfim, os departamentos da habitação, e as empresas, a encaminharem as pessoas para soluções dos seus casos, portanto, temos que saber se isso não puder ser assim, qual a solução que propõem para o seu caso. -----

----- É isso que iremos fazer. -----

----- Não posso dizer mais, nós não podemos fazer o milagre da multiplicação das casas, tão necessário que seria, mas podemos diligenciar para podermos apurar com mais pormenor o seu assunto.”-----

----- **A Senhora Susana Sofia dos Santos Batista** no uso da palavra, referiu ainda: ----

----- *“Eu aceito que não se possam fazer milagres, eu não estou a ocupar uma casa de alguém que tenha saído, eu já lá estava e sempre vivi lá. -----*

----- *Eu não preciso de uma casa, eu só preciso que me deem um recibo que renda para eu poder pagar esta mesma casa, para não estar a viver sem pagar.”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Claro, mas o problema é que as casas públicas, não se transmite o arrendamento da mesma forma que se transmite as casas particulares. Portanto, o que nós temos é que ter a certeza que a susana estava lá desde essa altura e que, efetivamente, pediu para ser inscrita na ficha do agregado e que isso é do conhecimento dos serviços e portanto, é isso que se tem de apurar, é esse ponto que está, neste momento, em dúvida. E esse ponto tem de se apurar para podermos resolver o seu caso. -----

DRAFT

----- Muito obrigada por ter vindo.”-----

----- **O Senhor Carlos Manuel Rodrigues Ricardo Baptista** morador na Rua Marquês da Silva, nº 15, Porta Z, 1170-222 Lisboa, e no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde, Senhora Presidente, Senhores Deputados.-----

----- *Apelava à consciência, apelava à sensibilidade, apelava a um olhar mais atento a todos aqueles que um dia perderam a sua casa para o banco por causa do desemprego.*-----

----- *Eu, cidadão nacional, a fazer descontos de 1978, vivo numa barraca há seis anos, em condições sub-humanas, insalubres e miseráveis e a desmoronar.*-----

----- *Estou inscrito na Câmara Municipal de Lisboa a Senhora Dr.^a Isabel Santana sabe do meu caso, gostaria de refazer a minha vida numa habitação digna de um ser humano. Apelo, então, à humanidade, apelo à democracia, que é bastante relativa, apelo a um direito que me assiste como cidadão nacional e como ser humano.*-----

----- *Não sei se conseguiu ouvir tudo? A Senhora estava a falar....”-----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Sim, ouvi. A única coisa que não ouvi foi logo no início...já fez um pedido de habitação na Câmara, certo? Tem alguma pontuação, tem alguma reação a esse pedido?”-----

----- **O Senhor Carlos Manuel Rodrigues Ricardo Baptista** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Tenho uma pontuação pouco significativa.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Mas essa questão é crucial. Essa questão para a Câmara de Lisboa é crucial porque as casas são atribuídas por pontuação. As pessoas, com pontuação mais alta, é que têm acesso às casas.”-----

----- **O Senhor Carlos Manuel Rodrigues Ricardo Baptista** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Só apelo à consciência, a um olhar mais atento e a uma maior sensibilidade porque, trabalhei toda a minha vida e realmente, com o desemprego, fiquei sem casa, para o banco, e para um ser humano, tem direito a um teto, tem direito a uma casa digna.-----

----- *Eu apelo a uma maior consciência.”-----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Percebi isso, mas a questão que lhe digo é isto, portanto, nós vamos mandar, temos este grupo de trabalho da Assembleia que acompanha estes casos, vamos mandar vir o vosso *dossier*, e vem os serviços da Câmara dar esclarecimentos, ou da GEBALIS, sobre o seu caso em concreto, nomeadamente, a Dr.^a Isabel Santana que aqui referiu, a vamos ver qual é a possibilidade de encaminhamento para o seu caso em concreto.-----

----- Em abstrato não lhe posso dizer nada porque não conheço, não tenho os dados concretos, só depois, de fazer a análise do *dossier* é que lhe podemos dizer alguma coisa.-----

DRAFT

----- Muito obrigada. -----
----- Este primeiro período dos nossos trabalhos está bastante difícil, mas temos que estar aqui disponíveis para ouvir os problemas dos cidadãos e tentar, na medida das nossas possibilidades, dar alguma resposta a estes problemas que aqui nos vieram trazer.”-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou: -----
----- “Senhores Deputados, vamos, agora, à questão dos votos. Nós, os votos que temos, mas antes dos votos, temos para apreciação a **ata n° 122**, de vinte e cinco de outubro. Pergunto se alguém se quer pronunciar sobre a **ata n° 122**? Não vejo pedidos de palavra.”-----

----- Vou pôr à votação a **Ata n° 122**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Ata n° 122** foi **aprovada por unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que não estiveram presentes na reunião de vinte e cinco de outubro.”-----

----- (De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n. ° 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da Ata 122, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- Ata n.º 122, Sessão Extraordinária, realizada em vinte e cinco de outubro de dois mil e dezasseis, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Artur Miguel Coelho (PS), Augusto Miguel Albuquerque (PS), Belarmino Silva (PS), Ricardo Saldanha (PS) Duarte Carreira (PS), Carla Rothes (PS), Nelson Pinto Antunes (PSD), Sofia Vala Rocha (PSD), Paulo Moreira (PSD), Ana Páscoa (PCP), Isabel Pires (BE), Gabriel Fernandes (CDS-PP) e Catarina Homem (IND).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou: -----
----- “Entramos, agora, nos votos. -----

----- A questão que eu vos coloquei, há pouco, da recomendação n° 2/124, é transformada em voto de saudação, pelo PSD, do PS, com um pedido, depois, à Câmara que tenha, aqui, uma diligência toponímica. Mas, basicamente, aquele problema que estavam a colocar de estarmos a passar, para o período do início dos trabalhos, uma recomendação, fica ultrapassado porque é um voto de saudação e homenagem se quiserem, podemos chamar assim, é disso que se trata, é uma saudação e homenagem. -----

----- E vamos entrar, então, na apreciação dos votos. A Mesa vai ler os votos que deram entrada. -----

----- Desculpem-me, este voto de saudação, agora, baralhei-me eu, peço desculpa, baralhei-me eu. -----

----- Temos três votos de pesar, dois votos de pesar pelo falecimento do Alfredo Bruto da Costa, e um voto de pesar pelo falecimento de Miguel Veiga. -----

----- Depois temos um conjunto de votos de saudação e de protesto, e agora, seria mais um voto de saudação, que deveriam ser votados juntamente com as moções e

DRAFT

recomendações, aliás, isto é uma sessão de declarações políticas que não está prevista a apresentação de votos de saudação e protesto, mas todos apresentaram e a Mesa acabou por os admitir, não sei se fizemos bem, se fizemos mal, mas creio que podemos, em próxima Conferência de Representantes, verificar se não temos que ajustar as nossas regras procedimentais porque, naturalmente, há matérias que não são moção, nem recomendação, mas depois, ficam para outras sessões, perdem um bocadinho, o significado, portanto, se não houver objeções, embora não seja regimental, mantemos estes votos todos. -----

----- Daqui a pouco, entramos na ordem de trabalhos nas declarações políticas, com os respetivos documentos todos associados. -----

----- Nós pusemos, antes das declarações políticas, a apreciação da Proposta nº 605/CM/2016, que é o empréstimo do BEI, porque ela exige uma votação nominal, portanto, para simplificar os trabalhos, foi posta no princípio. -----

----- Portanto, sendo assim, os únicos votos que vamos considerar, agora, são os três votos de pesar e esta Recomendação nº 2/124, chamada de voto de saudação à Dr.ª Luiza Damásio, pelas razões que eu já aqui, expus. Os restantes documentos serão apreciados no final das declarações políticas. Há objeções? -----

----- É para vos dar oportunidade, nas declarações políticas, de intervirem sobre a matéria dos restantes votos porque pode haver matéria que os Senhores Deputados queiram intervir, é só por isso. É que estes votos iniciais, não há intervenções e, portanto, é para vos dar oportunidade por isso, vos estava a dar a votação desta maneira. -----

----- Se não há objeções, é assim que vamos proceder. -----

----- O Senhor Primeiro-secretário da Mesa vai ler o primeiro voto de pesar pelo falecimento de Alfredo Bruto da Costa. -----

----- Senhores Deputados, para não haver dúvidas, quando passarmos a ter votos, ou documentos sobre o mesmo assunto, o que entra em primeiro lugar tem um número, e o que entra em segundo lugar tem a letra A, B, conforme, mas sempre com o mesmo número para sabermos que são coisas sobre o mesmo assunto, porque a semana passada tivemos um problema com dois votos, com números diferentes, mas que eram sobre a mesma pessoa. -----

----- Vamos prosseguir.” -----

----- (O Senhor Primeiro-secretário da Mesa fez a leitura integral do Voto de Pesar nº 4/124, apresentado pelo BE, pelo falecimento de Alfredo Bruto da Costa). -----

----- **VOTO DE PESAR Nº 4/124 (BE) – Pelo Falecimento de Alfredo Bruto da Costa:** -----

----- *“Faleceu no passado dia 11 de Novembro, aos 78 anos, Alfredo Bruto da Costa. -*

----- Alfredo Bruto da Costa foi conselheiro de Estado (até janeiro de 2016), ministro dos Assuntos Sociais no governo de Maria de Lurdes Pintassilgo, Provedor da Misericórdia de Lisboa e presidente do Conselho Económico e Social (entre 2003 e 2009). Era engenheiro professor universitário e investigador no domínio da pobreza, tema do seu doutoramento na Universidade de Bath (no Reino Unido). Presidiu ainda

DRAFT

à Comissão Nacional de Justiça e Paz e coordenou o estudo "Um Olhar Sobre a Pobreza".-----

----- A morte de Alfredo Bruto da Costa priva-nos de um dos mais lúcidos e completos de entre nós. Alfredo Bruto da Costa deu a conhecer a Portugal a realidade da nossa pobreza, com estudos de grande rigor científico. Neles denunciou sempre que a causa principal da pobreza é a distribuição desigual do rendimento. Mas Alfredo Bruto da Costa não foi apenas um estudioso, mas também um cidadão que fez do combate às causas da pobreza o seu empenhamento fundamental, dando desse modo um testemunho notável de coerência e de sentido de justiça.-----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em Sessão Ordinária a 15 de Novembro de 2016, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera: -----

----- 1. Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Alfredo Bruto da Costa e apresentar as suas mais sentidas condolências e a solidariedade perante a dolorosa perda à família; -----

----- 2. Guardar um minuto de silêncio em sua memória.”-----

----- (A Senhora Segunda-secretária da Mesa fez a leitura integral do Voto de Pesar nº 4A/124, apresentado pelo PS, pelo falecimento de Alfredo Bruto da Costa). -----

*----- **VOTO DE PESAR Nº 4A/124 (PS) – Pelo Falecimento de Alfredo Bruto da Costa:** -----*

----- “A morte de Alfredo Bruto da Costa, aos 78 anos, na semana passada, em Lisboa, foi uma grande perda para o País. Não apenas pelas altas funções de Estado que exerceu, mas sobretudo pelo exemplo que a sua vida de profunda solidariedade para com o seu próximo constituiu. Alfredo Bruto da Costa era goês de nascimento e de ancestralidade indo-portuguesa.-----

----- Formou-se em Engenharia pelo Instituto Superior Técnico. Mas o seu progressivo e profundo empenhamento nas causas sociais e no seu estudo levaram-no a doutorar-se em Sociologia pela Universidade de Bath. Tratou, com rigor académico de referência, os fenómenos da pobreza e da exclusão social. Em coerência, procurou ao máximo a sua erradicação, na prática da ação política e dos altos cargos públicos que exerceu. -----

----- Foi ministro dos Assuntos Sociais no V Governo Constitucional; foi provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; foi presidente do Conselho Económico e Social e conselheiro de Estado. Como leigo católico empenhado e conseqüente, foi presidente da Comissão Nacional Justiça e Paz. Exerceu todos esses lugares e funções em coerência plena com a sua consciência. Dele se poderá dizer que foi, talvez, o mais notável, autêntico e empenhado cristão no combate à pobreza e exclusão social do Estado Democrático e um exemplo da consciência social do cristianismo, a quem a igreja católica portuguesa e os cidadãos de boa vontade muito devem. -----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 15 de Novembro de 2016, que delibere:-----

----- 1. Expressar o seu grande pesar à Família de Alfredo Bruto da Costa.-----

DRAFT

----- 2. *Propor à Câmara Municipal de Lisboa que atribua o nome de Alfredo Bruto da Costa a uma artéria de Lisboa ou a um espaço público relevante da capital.*-----

----- 3. *Propor que nesta sessão da Assembleia Municipal de Lisboa seja observado um minuto de silêncio em homenagem à memória de Alfredo Bruto da Costa.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Vamos, agora, ponderar estes dois votos, são os dois sobre a mesma personalidade, associo-me a ambos, pela estima, consideração e amizade pessoal que tive com Alfredo Bruto da Costa, e vamos pôr à votação, por ordem de entrada, o primeiro que entrou que foi o do BE, **Voto de Pesar nº 4/124**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPMN e 6IND. O **Voto de Pesar nº 4/124** foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- Quanto ao segundo voto, **Voto de Pesar nº 4A/124**, o ponto 1 e o ponto 3, já estão aprovados, que era o pesar à família e o minuto de silêncio, portanto o que vamos pôr à votação, agora, é o **ponto 2** que é um ponto novo que vem no voto do PS, que é o propor à Câmara que atribua o nome de Alfredo Bruto da Costa a uma artéria de Lisboa. Vamos pôr à votação o **ponto 2** do **Voto de Pesar nº 4A/124**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPMN e 6IND. O **ponto 2** do **Voto de Pesar nº 4A/124** foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- Vamos fazer um minuto de silêncio no fim dos votos de pesar todos, se não se importam. Portanto, o que iremos fazer é enviar os dois votos integralmente, à família, e a parte da deliberação que tomamos recolhe os pontos deliberativos que votámos, os do primeiro voto e os do segundo voto e, portanto, assim fica resolvido este problema e todos podem rever-se naquilo que foi apresentado.-----

----- Vamos passar, agora, ao **Voto de Pesar nº 5/124** (PSD), o grupo pediu para ser lido o voto pela bancada, portanto, tem a palavra a Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra.” -----

----- (A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra Mesa fez a leitura integral do Voto de Pesar nº 5/124, apresentado pelo PSD, pelo falecimento de Miguel Veiga).

----- **VOTO DE PESAR Nº 4A/124 (PSD) – Pelo Falecimento de Miguel Veiga:** ----

----- *“Faleceu ontem, no Porto, Miguel Luís Kolback da Veiga, figura incontornável da advocacia e da política portuguesa, acérrimo defensor dos valores da liberdade, da democracia e da justiça. Um homem sempre fiel aos seus princípios e que nunca se deixou vergar pela ditadura do politicamente correto.* -----

----- *Nascido no Porto a 30 de Junho de 1936, licenciou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Em 1974, com Francisco Sá Carneiro e Pinto Balsemão, foi um dos fundadores do PPD, tendo colaborado na conceção das suas bases programáticas. Foi eleito deputado à Assembleia Constituinte, tendo ocupado o cargo de vice-presidente do partido e sido membro da Comissão Política e do Conselho Nacional.*-----

DRAFT

----- *Membro do júri do Prémio Pessoa desde a sua fundação, em 1987, foi membro do conselho de administração da Imprensa e autor de inúmeros textos de índole literária e cultural.*-----

----- *Em 1994, Miguel Veiga foi agraciado com a Ordem da Liberdade (Grande Oficial) pelo então Presidente da República, Mário Soares. Em 2015, recebeu de Rui Moreira a Medalha de Honra da Cidade, a mais alta distinção atribuída pela Câmara Municipal do Porto. A sua relevância na vida da cidade levou a autarquia a decretar três dias de luto municipal pela sua morte.*-----

----- *A Assembleia Municipal de Lisboa não pode deixar de manifestar o mais profundo pesar perante a morte de Miguel Veiga, e de enviar as mais sentidas condolências a toda a família e amigos.*-----

----- *Assim, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 15 de Novembro de 2016, que delibere:*-----

----- *1. Guardar um minuto de silêncio em sua memória.*-----

----- *2. Remeter o presente voto de pesar à sua família.”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. Também me associo, pessoalmente, a este voto. Fui colega do Miguel Veiga na Constituinte, era de facto uma grande figura e um grande Social-democrata, vou colocar este voto à vossa consideração. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPMN e 6IND. O **Voto de Pesar nº 5/124** foi **aprovado por unanimidade**.

----- Agora sim, por estas duas figuras que, aqui, hoje, homenageamos, vamos fazer um minuto de silêncio...-----

----- Muito obrigada.-----

----- Agora, passamos, então, à **Recomendação nº 2/124**, apresentada pelo PSD, passa a ser o **Voto de Saudação nº 6/124**, de homenagem a Luísa Damásio. Há uma alteração na parte deliberativa que eu vou passar a ler: ‘*A Assembleia Municipal de Lisboa reunida na sua sessão extraordinária de quinze de novembro de 2016, delibera aprovar um voto de homenagem a Luíza Damásio e recomendar à Câmara Municipal de Lisboa, através dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal, que o troço final/prolongamento da Rua Fernando Melo Moser, junto aos muros e portão do Real Colégio de Portugal, passe a chamar-se Rua Luíza Damásio, em homenagem à mesma, já falecida, e por tudo o que foi escrito antes*’. É esta a homenagem, é esta a alteração de redação que estamos a considerar.-----

----- O Grupo Municipal do PSD pediu para ler a recomendação, ela é bastante extensa, eu vou pedir ao Senhor Deputado se poder abreviar na parte que puder, sem prejuízo de ficar o texto integral, naturalmente, publicado.-----

----- Faça favor.”-----

----- (O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves fez a leitura integral do Voto de Saudação nº 6/124, apresentado pelo PSD, homenagem a Luíza Damásio).-----

----- **VOTO DE SAUDAÇÃO/HOMENAGEM Nº 6/124 (PSD) – Homenagem a Luíza Damásio.**-----

DRAFT

----- *“Luíza Damásio nasceu em Lisboa, no dia 23 de agosto de 1941 e faleceu no dia 26 de agosto de 2011. Filha de Sofia das Dores Encarnação e de José da Silva Carvalho.-----*

----- *Fez os estudos primários na Escola Primária da Graça e os estudos preparatórios e o ensino unificado no atual Liceu Gil Eanes. Realizou, igualmente, um Curso Profissional de Estenografia e de Datilografia. Obteve várias formações na área da Gestão e da Gestão de Recursos Humanos realizadas pela UCITE – União Cristã de Instituições e Dirigentes do Trabalho e no CEASE – Centro de Estudos e de Apoio Sociológico à Empresa. Participou até à sua morte na União Noelista Portuguesa tendo sido um membro destacado de Lisboa. -----*

----- *Devido à morte prematura do seu Pai teve que começar a trabalhar muito cedo não tendo tido a possibilidade de ingressar na Universidade. A tragédia subjacente à morte precoce do Pai fez com que desenvolvesse fortes competências pessoais e sociais aliadas a uma enorme resiliência que teve um impacto direto na vida da Família que, entretanto, constituiu. -----*

----- *Casou com Manuel de Almeida Damásio, no dia 4 de maio de 1968, e foi Mãe de três filhos: Sofia Carvalho de Almeida Damásio, nascida a 1 de abril de 1969 e tragicamente falecida em julho desse mesmo ano; Teresa do Rosário Carvalho de Almeida Damásio, nascida a 21 de junho de 1970 e Manuel José Carvalho de Almeida Damásio, nascido a 31 de Janeiro de 1974. -----*

----- *Ao longo da sua vida revelou capacidades empreendedoras acima da média e esteve na génese de vários projetos de sucesso com destaque para a Real Academia de Portugal – entidade titular do Real Colégio de Portugal – Colégio que teve o seu início no ano letivo de 1999/2000 e que começou por funcionar no Palácio do Conde do Lumiar, com a abertura da Creche, Pré Escolar e 1º CEB; alargando no ano letivo de 2010/2011 a sua atividade para a Quinta do Pisani, com a abertura do 2º CEB, e no ano letivo de 2016/2017, para a expansão do Ensino Secundário, para o Palácio do Pisani. O Real Colégio orgulha-se de estar localizado em instalações pertencentes ao conjunto arquitetónico do Palácio dos Condes do Lumiar e da Quinta do Pisani, proporcionando um espaço totalmente remodelado e equipado, num contexto harmonioso, pedagogicamente adequado e capacitado para satisfazer todas as exigências e cuidados que o ensino requer, enobrecendo a Freguesia do Lumiar. --*

----- *A Dra. Luíza Damásio fundou este Projeto Educativo do Real Colégio de Portugal de forma a garantir elevados níveis de exigência pedagógica e simultaneamente o sucesso educativo e social dos seus alunos, assente no equilíbrio entre ideais contemporâneos e tradicionais, garantindo sempre abertura a dinâmicas de mudança, encorajando uma visão inovadora nas práticas pedagógicas, sempre em benefício da motivação e do sucesso dos alunos. -----*

----- *Imprimiu no Real Colégio uma dinâmica ao Projeto Educativo onde a Missão do Colégio privilegiava o apoio a famílias carenciadas. Do ponto de vista da aquisição das aprendizagens o Real Colégio sempre se assumiu, por expressa vontade da Fundadora como uma Escola onde os alunos com necessidades educativas especiais contam com apoios individualizados e são bem-vindos e acarinhados por toda a*

DRAFT

Comunidade Educativa. Os Valores do Colégio assentaram desde a primeira hora na premissa que: "no child is left behind" ...Nenhuma criança será deixada para trás. -----

----- Com base nos seus valores, teve sempre a preocupação deste projeto ser inclusivo em todas as suas vertentes. De proteger um espírito educativo harmonioso, tolerante e integrador, garantindo o mesmo grau de oportunidades e participação a todos os seus alunos. De aceitar a multiculturalidade e a multireligiosidade em todas as suas virtudes, proporcionando à comunidade educativa um espaço de liberdade e de diálogo permanente entre as várias correntes de pensamento. -----

----- Ao longo dos anos em que esteve à frente do Colégio teve sempre a grande preocupação de trabalhar e cooperar com as Instituições de Ensino da Freguesia do Lumiar tendo sido uma das dinamizadoras da criação do CAMPUS DO LUMIAR, organizado pela AEEP – Associação de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo, e que juntava todos as Escolas da Freguesia. Manteve desde a primeira hora uma relação de excepcional cooperação com a Junta de Freguesia do Lumiar tendo sido o Colégio, agraciado com a Medalha de Honra da Freguesia a 7 de março de 2013. -----

----- Luiza Damásio amava a Cidade de Lisboa. -----

----- O Real Colégio de Portugal pela mão da Dra. Luiza Damásio, não se delimita ao seu espaço físico. Proporciona aos seus alunos o desenvolvimento e a participação em iniciativas, programas, debates, provas desportivas ou intelectuais, obras sociais ou outros eventos que contribuam para a diversificação do processo educacional dos alunos. -----

----- Nos últimos anos, as participações do Real Colégio de Portugal, dos seus alunos e dos seus colaboradores tem resultado em honrosas distinções e prémios. Tais feitos, permitem à sociedade de forma transversal, sentir e reconhecer a honorabilidade do ensino, dos alunos e da comunidade educativa do Real Colégio de Portugal. Estes sucessos surgem naturalmente como o resultado das sinergias, da vontade e da dedicação, enobrecendo todos os que neles participam e naturalmente a cidade de Lisboa e a Freguesia do Lumiar. -----

----- O contributo que deu à Educação dos milhares de crianças, adolescentes e jovens, hoje muitos já na Universidade, é dum valor inestimável. -----

----- Luiza Damásio é recordada por todos os que com ela tiveram o privilégio de conviver como uma Mulher Lutadora, Justa, Corajosa, Abnegada, Trabalhadora e muito Alegre e dedicou a sua vida ao ensino para a formação e desenvolvimento da criança. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa reunida na sua Sessão Extraordinária de 15 de Novembro de 2016, delibera:-----

----- Aprovar um voto de homenagem a Luiza Damásio e recomendar à Câmara Municipal de Lisboa, através dos seus deputados na Assembleia Municipal, que o troço final/prolongamento da Rua Fernando Melo Moser, junto aos muros e portão do Real Colégio de Portugal, passe a chamar-se “Rua Luiza Damásio” em homenagem à mesma, já falecida, e por tudo o que foi escrito antes.” -----

*----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou: -----*

DRAFT

----- “A Mesa acrescenta que este voto é, também, subscrito pelo Grupo Municipal do PS.-----

----- Pergunto se alguém quer usar da palavra? Se não, vamos pôr este voto à vossa consideração. Portanto, é o **Voto nº 6/124**. Não há votos contra, abstenções do PCP, BE e PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PNPN e 6IND. O **Voto nº 6/124** foi **aprovado por maioria**. Com uma saudação à família que está presente. Familiares e membros da comunidade educativa.-----

----- Muito obrigada. -----

----- E vamos prosseguir, Senhores Deputados, obrigada pela vossa colaboração nesta maneira de conduzir os nossos trabalhos. -----

----- Vamos prosseguir, agora, com a apreciação da **Proposta nº 605/CM/2016**. No final da discussão, a votação será nominal. Portanto, peço que estejam com atenção porque precisamos de estar com os cartões na mão. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **PONTO 3 – PROPOSTA Nº 605/CM/2016 – CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO JUNTO DO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO (BEI), RESPETIVA MINUTA DO CONTRATO E PROGRAMA DE INVESTIMENTOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA F) DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, E DO Nº 2 DO ARTIGO 51º DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO - (2XGRELHA BASE - 68MINUTOS); VOTAÇÃO NOMINAL POR EXIGIR MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS EM EFETIVIDADE DE FUNÇÕES;** -----

----- (A **Proposta nº 605/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer** da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, fica anexado à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante). -----

----- (A **Recomendação nº 5/124 (1ª CP)** fica anexada à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação da proposta:-----

----- “Muito boa tarde a todos, Senhora Presidente, Senhores Deputados, Caros Colegas do Executivo, Senhoras e Senhores Trabalhadores do Município de Lisboa. ---

----- E é por aqui, que eu vou começar mais uma vez, eu sei que sou um bocadinho repetitivo mas o seu ao seu dono.-----

----- Estamos, hoje, aqui, para vos apresentar um dos planos de investimento mais ambiciosos, planos de investimento municipal, mais ambiciosos da história da cidade, um plano de investimentos que nos coloca na primeira linha do investimento público das cidades europeias. -----

----- Em primeiro lugar, esta possibilidade de estarmos, aqui, hoje, deve-se a todos aqueles que, no município, forma empenhada, e reconhecida por todos,

DRAFT

nomeadamente, por aqueles a quem apresentámos o plano de investimentos, da qualidade do trabalho desenvolvido pelos trabalhadores do município. E, em primeiro lugar, se me permitem, apesar de não ser muito ortodoxo, eu gostava de vos pedir uma salva de palmas para todos aqueles, que foram muitos, os que se envolveram neste processo. -----

----- É evidente que, também, há uma palavra de agradecimento para todos aqueles que, e todos aqueles que se envolveram neste processo, já agora, não são só os trabalhadores do município, são os trabalhadores no universo municipal, também os trabalhadores das empresas municipais que, mais uma vez, de uma forma conjunta, articulada, orientada, integrada, desenvolveram este trabalho. Este trabalho, evidentemente, teve uma coordenação da Direção Municipal de Finanças que teve aqui um papel muito especial, a quem, desde já, também, agradeço, à consultoria externa que contratámos dado que veio, digamos, o *know how* envolvido neste tipo de processos vai muito além do normal *know how* e é a primeira vez que fazemos algo tão ambicioso e, portanto, precisamos da ajuda externa, e aprendemos muito com isso, evidentemente, estamos muito mais bem preparados e, até já, oferecemos os nossos préstimos a outros municípios, ou com quem estamos a colaborar, à equipa do BEI, em Portugal e no Luxemburgo, evidentemente, e já agora, também, uma palavra de agradecimento a todos aqueles que, nesta Assembleia Municipal, se empenharam em que este processo chegasse, aqui, hoje, apesar da sua complexidade, em tempo recorde e, portanto, também um agradecimento ao empenhamento da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, dos Senhores Deputados e Presidente da 1ª Comissão. -----

----- Feitos os agradecimentos, vamos ao que interessa. -----

----- Em primeiro lugar, gostava de vos contextualizar, em termos europeus, aquilo que vou apresentar a seguir. O Município de Lisboa é o primeiro município europeu com acesso ao Fundo Europeu de Investimento Estratégico, normalmente, conhecido pelo Plano Juncker. Evidentemente que, para além das vantagens, de estar dentro do Plano Juncker, das vantagens, nomeadamente, as vantagens financeiras que têm impacto nas garantias que é necessário a instituição que estar, que não são nenhuma, ou seja, a Comissão Europeia, resumindo muito rapidamente, a Comissão Europeia confia de tal forma no processo e na instituição que, ela própria, assume as garantias de qualquer incumprimento, neste processo, por parte do Município de Lisboa, e isso é para nós, essa confiança, essa possibilidade que tivemos e que conquistámos de aceder a este patamar, é evidentemente algo que temos de nos regozijar e assinalar para que todos saibam da qualidade daquilo que se faz no município de Lisboa e do reconhecimento que essa qualidade daquilo que se faz no Município de Lisboa, e do reconhecimento que essa qualidade tem nas instâncias com quem nos relacionados. ----

----- Não estamos, evidentemente, neste processo sozinhos, todas as cidades europeias, uma grande parte das cidades europeias, as mais importantes cidades europeias têm concorrido aos financiamentos que o BEI, o Banco Europeu de Investimentos, disponibiliza. E, portanto, há aqui uma listagem que me vou dispensar de exaustivamente, enumerar, mas há uma enorme listagem que vai dos países do Norte, aos países do Sul, aos países mais pequenos e países maiores, em que

DRAFT

candidatam-se e têm o ensejo e a arte de conquistar aquilo que são os financiamentos disponibilizados pelo Banco Europeu de Investimento. E, nós estamos nesse grupo restrito, dos que conseguem essa mesma possibilidade. -----

----- Depois, só para vos situar o que é que outros têm candidatado, também, para se perceber que há uma parte daquilo que nós estamos a fazer, dado que nós estamos num mundo globalizado, apesar de alguns não quererem, ou quererem dar alguns passos atrás e, portanto, nesse mundo globalizado, de alguma forma, estamos em concorrência com as outras cidades, e as outras cidades, como por exemplo, as duas que ali estão, investem em áreas, nalguns casos, muito semelhantes à nossa e, portanto, também desse ponto de vista, estamos muito alinhados, vamos continuar a estar, mas não queria deixar de vos dar exemplos de cidades como cidades inglesas; Manchester, Langley na Polónia, ou Malmo na Suécia, ou a cidade mais próxima de nós, Barcelona, com idênticos montantes, idênticos pacotes de financiamento e, portanto, no fundo, nesta matéria, ainda temos um longo caminho a percorrer, nalgumas outras áreas, mas esta capacidade de irmos buscar financiamento para os nossos investimentos, e do reconhecimento desse mesmo plano de investimentos como um plano de qualidade, ombreamos com estas cidades que, aqui, vos apresentei entre outras. -----

----- Por outro lado, há aqui um aspeto que eu gostaria de sublinhar que, não sendo ele o mais decisivo, mas dado que é algo que a todos, temos todos muito presente quando estamos a gerir a coisa pública, gostava de vos dizer que, do ponto de vista financeiro, este processo é um processo que conduzirá a menos dívida e melhor dívida, apesar de estarmos a falar num empréstimo. E, portanto, é isso que vos gostaria de explicar. -----

----- Vamos contratar nas melhores condições que, nas melhores condições que aquilo que está disponível para um município da União Europeia, aquilo que é possível, naquilo que são as fontes de financiamento disponíveis para um município como Lisboa, vamos contratar nas melhores condições financeiras possíveis, fizemos alguns testes de mercado e, aquilo que já era evidente pela natureza do Banco Europeu de Investimentos, tornou-se, evidente, também, pelas cotações de mercado. E nós o que estamos, aqui, a fazer é de alguma maneira encontrar financiamento bem que nos vai permitir fazer uma substituição do *stock* de dívida e, no final deste processo, como vos vou, aqui, mostrar, teremos menor dívida do que aquela que tínhamos no início do processo. -----

----- Capacidade de endividamento do município, o município, como sabem, tem contas certas tem vindo a fazer um grande processo de recuperação....” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, interrompeu: -----

----- “Senhor Vereador, sem eu querer estar a interromper, o tempo da Câmara esgotou-se, e eu vou pedir ao PS para lhe dar tempo mas, de qualquer maneira, isto é uma grelha pequena, portanto, pedia para ter isso em consideração.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Muito bem, vou tentar ser, então, mais rápido, apesar da importância do processo. -----

DRAFT

----- Bem, também muito rapidamente, agora, vou ter de ser muito mais telegráfico, porque, de facto, pensei que a grelha era muito maior, peço desculpa, foi um erro, o equívoco foi meu. -----

----- É uma linha de financiamento, portanto, para um investimento de quinhentos e vinte e três milhões de euros para o plano de investimentos de quinhentos e vinte e três milhões de euros, e o Banco Europeu de Investimentos disponibiliza um financiamento de duzentos e cinquenta milhões de euros. É um financiamento vai poder ser utilizado nos próximos cinco anos, portanto, de 2016 até 2020, é um financiamento que tem uma carteira de até 50% de investimentos que cabem dentro do empréstimo, e o restante são fundos próprios, e há são um conjunto de investimentos elegíveis que eu vou explicar, dentro de momentos. -----

----- As condições do empréstimo são muitíssimo vantajosas para o município, houve aqui, uma comparação, quer com o passado, quer com aquilo que, no presente, outras instituições financeiras nos podiam disponibilizar. Evidentemente que o BEI, o Banco Europeu de Investimentos, penso que todos sabemos, faz parte, é uma instituição europeia, foi criada pelo Tratado de Roma, o Governo Português é um dos sócios deste banco e, portanto, ele pela sua natureza, consegue ter as melhores condições de financiamento que, quem consegue entrar neste núcleo restrito, tem disponíveis no mercado. -----

----- Este gráfico tenta dar a noção daquilo que, eu disse há pouco, aquilo que nós vamos amortizar ao longo dos próximos anos, até 2020, vai permitir que nós cheguemos a 2020, ainda, que utilizando um empréstimo de duzentos e cinquenta milhões de euros para um investimento de quinhentos e vinte e três milhões, vamos terminar este ciclo com um endividamento menor do que aquele que temos à data e, portanto, isso é, aqui, importante de sublinhar. -----

----- Aqui, também, digamos, o serviço da dívida que, como vamos, portanto, que está no gráfico mais escuro, era o serviço da dívida se nós mantivéssemos inalterada, digamos, a nossa política de contratação de novos empréstimos, com este novo empréstimo, dado que ele significa, pois ali, o gráfico das colunas mais claras, vai permitir que, gradualmente, a curva, digamos, aquilo que são a nossa carteira do empréstimo em função daquilo que será a nossa utilização, se situe, em 2020, entre a coluna escura e a coluna clara, portanto, com a reposição de empréstimos com condições mais favoráveis ao município. -----

----- Terminaremos, certamente, com um esperado, como eu disse há pouco, com um endividamento inferior e, portanto, com uma margem de endividamento, se quisermos utilizar noutras situações e noutras oportunidades, crescente como a parte mais clara do gráfico nos elucida, por contraposição, digamos, a parte escura da coluna. -----

----- Muito, também, telegraficamente, o programa de investimentos, como eu disse, tem a configuração que ali está, ele tem três gavetas fundamentais; o Plano Geral de Drenagem, a Regeneração Urbana e a Habitação Social. Sendo que gostava, também, de deixar, aqui, muito claro que foi, também, uma preocupação manifestada, a meu ver, de forma muito correta, por parte do PSD, peço desculpa se mais alguma outra força política manifestou esta, ou falou nesta questão, mas a questão da

DRAFT

consensualização de um pacote de investimentos tão relevante e, portanto, nós na construção deste plano de investimentos, tivemos essa preocupação desde o primeiro dia, sabendo que o Banco Europeu de Investimentos precisava que algumas das gavetas, por assim dizer, que fôssemos, que fizessem parte deste pacote de investimentos, fossem mais rígidas e, portanto, nós utilizamos, aqui, a nomenclatura semirrígida, já explico, muito rapidamente, o que é que é, e as outras duas mais flexíveis. O que é que isto quer dizer? O Plano Geral de Drenagem é talvez um dos projetos mais consensuais, neste momento, penso que é o que, digamos, gera a maior unanimidade das forças políticas representadas nesta Assembleia, e na própria cidade e, portanto, pareceu-nos a nós que poderia ser ele a ocupar o espaço de digamos, da gaveta mais rigidificada. Portanto, o que é que acontece aqui? O que é que é significa isto da gaveta mais rigidificada? Aquilo que foram as propostas que apresentámos ao Banco Europeu de Investimentos, para serem alteradas, precisam de um consentimento prévio do Banco Europeu de Investimento. Já as outras duas gavetas, a Regeneração Urbana e Habitação Social, elas são muito mais elásticas e, portanto, em cada momento, em cada ano quando aprovamos o Plano de Atividades, o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos, podem daí resultar os ajustamentos necessários à candidatura, contanto que, estejamos a falar, portanto, de facto, estas nomenclaturas são bastante largas, nomeadamente, no que à regeneração urbana diz respeito, mas digamos, que podemos fazer as alterações que, em cada momento, a configuração dos órgãos municipais, assim, entenda por conveniente. E, portanto, esta flexibilidade respeita, a nosso ver, de forma integral aquilo que é a necessidade dos ajustamentos decorrentes de um plano com cinco anos de duração, permitindo ao executivo que, nessa altura estiver em funções, fazer os ajustamentos, quer em função daquilo que é o seu programa político, quer em função das necessidades e daquilo que são, ou daquilo que é o momento, o contexto, de cada ano em que aprovamos o Plano de Atividades e Orçamento. -----

----- Ele tem uma configuração, ao longo do tempo, que está ali expressa, eu não vou perder muito tempo, aqui, queria mostrar-vos a distribuição, do ponto de vista global, que temos aprovada, são cento e trinta e um milhões de euros para o Plano de Drenagem, trezentos e dezassete milhões para as infraestruturas urbanas, para a Regeneração Urbana e para a Habitação Social, setenta e cinco milhões de euros, até 2020. -----

----- Ele é transversal a todas as áreas do programa de Governo, mas com flexibilidade suficiente, como eu vos expliquei, para se ajustar àquilo que forem as novas determinações dos órgãos do município. -----

----- Neste gráfico tem ali aquilo que já está em curso do lado dos fundos próprios do município, o município fora daquilo que são, o que é o pacote empréstimo já tem a correr naquela outra componente de duzentos e setenta e cinco milhões de euros de fundos próprios cento e quarenta e cinco milhões, já contratualizados e, portanto, isso dá-nos a segurança de que, também, do lado daquilo que é, o que são os fundos próprios estamos com capacidade de respeitar aquilo que contratualizámos com o Banco Europeu de Investimento. -----

DRAFT

----- Vou terminar já. -----

----- A distribuição nos próximos anos é está que aqui está, é isto que vem, aqui, hoje, é a primeira tranche deste pacote que tem cem milhões de euros de contratualização distribuídos pelos dois anos, daquela forma, e entre as diferentes gavetas, da forma que está ali apresentada, e já vos apresentei em Comissão. -----

----- Esta é mais uma distribuição em face daquilo que é só o Plano de Drenagem, digamos, uma distribuição mais fina pelos túneis que é o peso principal, a habitação nova e a requalificação, na gaveta Habitação Social, e depois, uma distribuição por diferentes componentes daquilo que é a gaveta da Regeneração Urbana. -----

----- Para terminar gostava só de vos dizer que este projeto vai responder aos desafios do Município, aos desafios da estratégia de desenvolvimento da cidade e, evidentemente, também vai dizer presente àquilo que é a assunção da responsabilidade da cidade de Lisboa enquanto capital do nosso país, naquilo que é o incremento, a necessidade de incrementar e de fazer crescer o investimento público e que certamente, como todos desejamos, este investimento público vai conseguir alavancar o investimento privado que o país necessita. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. -----

----- O Senhor Vereador dispôs de tempo cedido pelo PS, pelo PNPV e pelos Independentes, sendo que ainda tem aqui uma pequena margem do tempo dos Independentes para responder a questões que sejam colocadas agora durante o debate. -----

----- E vamos passar a palavra ao Senhor Deputado Relator, que é o Senhor Deputado Hugo Xambre, para apresentar o relatório da 1ª Comissão sobre esta proposta.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)** na qualidade de Relator do Parecer da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, fez a seguinte apresentação: -----

----- “O Parecer desenvolve de uma forma muito maior e também explica, ao fim ao cabo, o mecanismo do plano Juncker, visto que é também dada a primeira proposta que vem à Assembleia, sobre também este plano. E, obviamente, depois em outras propostas que no futuro venham, não se torne também necessário, ao fim e ao cabo, explicar qual é o mecanismo, como é que funciona esse plano de investimento. -----

----- Explica também a abertura sobre também a taxa de juro ser variável, ser fixa, conforme as condições de mercado a cada momento, a cada conjunto de amortizações que estão também previstas, nomeadamente, a nível daquilo que é a variação que a Euribor pode ter, que pode depois fazer com que se torne mais rentável para a Câmara ser a taxa de juro variável ou fixa e, explica ao pormenor isso. -----

----- Tem também no Anexo nº 4, no Anexo nº 4A e no Anexo nº 4B, a simulação do custo do empréstimo, do custo de crédito e o plano daquilo que é a amortização pelos 20 anos, que podem ir até ao máximo também de 30 anos, se houver alteração legal para conseguir também permitir isso. O que, obviamente, do ponto-de-vista da

DRAFT

Câmara, do ponto-de-vista da gestão financeira da Câmara é, na minha opinião, também seria melhor. -----

----- Em síntese, também a proposta, ao fim ao cabo, o que levou foi que a 1ª Comissão apresente ao Plenário exatamente duas recomendações. Uma que é mais simples, que é, ao fim ao cabo, também trivial, mas que na discussão em comissão achou-se menos necessária e fica para o futuro, atendendo que esse tipo de propostas têm um impacto por 20 anos, 30 anos na vida da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- E, como tal, aquilo que é a primeira recomendação é recomendar que a Câmara Municipal escolha em cada um do conjunto de amortizações as melhores condições financeiras, visto que as condições de pagamento do empréstimo podem ser também variáveis a nível daquilo que é a taxa de juro. -----

----- E, recomenda-se também que a Câmara Municipal de Lisboa remeta para a Assembleia Municipal, o conjunto reportes que têm que também enviar à Comissão Europeia e ao BEI, sobre a execução do Plano LX XXI e sobre aquilo que é o uso que vai dar sobre o conjunto de verbas recebidas.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Mesa só regista, para além do Senhor Deputado José Casimiro, mais dois pedidos de palavra, portanto, peço se algum Senhor Deputado quer usar da palavra que é altura de o sinalizar junto da Mesa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Bloco de Esquerda está de acordo no essencial com esta proposta de financiamento, com as gavetas de que o Senhor Vereador aqui falou e também com a recomendação que a 1ª Comissão produziu. -----

----- As questões que, queria só levantar uma questão que, foi mais discutida se assim se pode dizê-lo, mais polémica que houve na nossa discussão e que motivou e que vai motivar depois o voto nominal por parte dos Deputados. Que é, no fundo, o problema das melhores condições financeiras das taxas de juro serem fixas ou variáveis. -----

----- Nós já compreendemos a posição em relação às condições financeiras, no entanto, não é hábito e, por isso, eu gostava que houvesse um comentário sobre isso, não é hábito estas condições financeiras, ou seja, de uma vez ser por taxa de juro fixa, por outra vez taxa de juro variável. Normalmente, as condições ou são fixas ou são variáveis e, é essa a posição. -----

----- Pareceria-nos a nós quando foi no nosso debate, que poderíamos estar aqui a dar algum cheque em branco à Câmara Municipal para esta negociação. No fundo nós percebemos, no entanto, como isto é uma proposta que exige a responsabilidade de todos nós e não estando aqui em causa o problema do cheque em branco, de qualquer forma, nós queremos sentir-nos responsabilizados e queremos um comentário e segurança sobre este problema. Como eu disse, estamos nós de acordo com a recomendação e com a proposta em si. -----

----- Depois, eu percebi pelo PowerPoint que, em termos de capacidade de endividamento por parte da Câmara também estaríamos dentro do controle em relação

DRAFT

à capacidade de endividamento da Câmara, não é? Daí que eu gostaria que isso, pronto, vi no PowerPoint que isso é confirmado, que nós temos capacidade de endividamento, no entanto gostaria que depois o Senhor Vereador pudesse confirmar isso que eu agora estava a reproduzir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tenho, de facto, que concordar aqui com o Senhor Vereador das Finanças e começar por dizer que isto é, de facto, um momento muito importante e teria sido também muito importante neste momento tão importante podermos contar com o Presidente da Câmara. Até porque, de tão importante que ele é que, tenho de pegar uma vez mais nas palavras do Senhor Vereador das Finanças, quando ele diz que, este é o plano de investimentos mais ambiciosos da cidade de Lisboa dos últimos anos, é verdade. -----

----- É o plano de investimentos mais ambiciosos, é também um plano de investimentos que resulta de um empréstimo ambicioso e que está basicamente a endividar a Câmara Municipal de Lisboa para os próximos 20 a 30 anos. -----

----- E, por isso, o PSD esteve aqui no último debate sobre o estado da cidade a lançar um repto ao Senhor Presidente da Câmara e esse repto foi muito claro. Estamos a falar de um projeto de um plano que vai criar um tal mecanismo de endividamento, para desenvolver um conjunto de infraestruturas. Concordamos com aquela que é a principal obra identificada que é uma das grandes falhas da cidade de Lisboa e que urge podermos colmatar. -----

----- Agora a verdade, Senhora Presidente e Senhor Vereador, é que depois de termos visto o Senhor Presidente da Câmara, aqui nesta mesma Assembleia, aceitar o repto do PSD para um pacto de regime nesta matéria, para acautelar o tal investimento que vai traduzir-se no tal empréstimo, cujos pagamentos iremos estar a fazer nos próximos 20 a 30 anos. A verdade é que, nós não assistimos à concretização dessa disponibilidade manifestada pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

----- E, por isso, obviamente e não por outro qualquer motivo, mas apenas por este, porque estamos a endividar Lisboa para os próximos 20 anos, é responsável que o mecanismo de investimento seja discutido com as restantes forças políticas e, em particular, com o Partido Social Democrata e, isso não aconteceu. -----

----- E, portanto, nós reiteramos e fazemos desta nossa mensagem também depender o nosso voto, que é: Vai ou não vai haver a comissão que foi prometida pelo senhor Presidente para discutir as obras, a tal intervenção mais fina, o tal apuramento para um investimento do plano do BEI?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Lisboa é pioneira e é a primeira cidade europeia que aproveita o Plano Juncker para poder investir em obras que representam sonhos, que representam objetivos da cidade de Lisboa durante décadas que nunca foram também cumprido falta de verbas e que desta forma torna-se possível. Refiro-me ao plano de drenagem, ao reforço da construção de habitação municipal que tanta falta faz, como hoje tivemos

DRAFT

oportunidade no período do público de ouvir e que, só o PS, só o conjunto de forças de esquerda, conseguiram construir em Lisboa e conseguiram dar resposta à falta de habitação em Lisboa. E que, mais uma vez, é com o Partido Socialista que vai-se conseguir reforçar esta grande necessidade social que Lisboa tem. Que vai permitir investir em escolas, que vai permitir construir mais espaços verdes, mais parques urbanos, numa cidade virada para o futuro, numa cidade com as melhores práticas urbanas e mundiais.-----

----- E consegue-se isso tudo com um financiamento que não tem garantias e com uma taxa de juro fantástica, que pode ir deste 0,5% até, na pior das hipóteses, ter um custo de 1,127%, ou seja, o máximo que a Câmara Municipal de Lisboa vai pagar por este financiamento é 1,127%.-----

----- E, quando se ouve aqui falar, quando o PSD fala aqui sobre que vai se criar mais dívida, como se o PSD durante anos não tivesse feito o mesmo. Aquilo que eu gostava, quando se fala disso, aquilo que eu gostava que se fizesse é que se comprasse o custo que este empréstimo vai ter, com o conjunto de custos dos vários empréstimos que durante anos a Câmara Municipal de Lisboa teve, com as taxas médias do conjunto de créditos que também a Câmara Municipal de Lisboa ao longo dos anos teve. -----

----- E isso vai-nos dar a uma conclusão muito simples. É que só é possível Lisboa, neste momento, ter esse tipo de condições, porque o BEI tem confiança naquilo que são as contas da Câmara Municipal de Lisboa, porque Lisboa devido ao facto de ter arrumado a casa no tempo certo, devido ao facto de ter sabido baixar a dívida a mínimos também históricos. Consegue, neste momento, ter uma margem de endividamento líquido que permite ter esse tipo de apostas e que é a adesão a esse tipo de planos de investimento que se vai conseguir construir uma cidade com futuro. E que, não é pelo facto de também haver dívida que é algum problema, porque Lisboa consegue ter receitas e consegue ter valores de margem de endividamento líquidas muito superiores para poder ter este tipo de empréstimos. -----

----- E, por isso mesmo, este é que é o caminho para se conseguir também construir obra, para se resolver problemas da cidade de Lisboa e, para de uma vez por todas, poder fazer face a uma série de problemas sociais que muita vez se fala e que até hoje não se conseguiu fazer.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados concluímos os pedidos de palavra...há mais alguém para intervir sobre este ponto? O Senhor Deputado Luís Newton, tem tempo, faça favor.”---

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente vejo-me forçado a intervir novamente, com receio que, eventualmente, ou por incompreensão do Senhor Deputado Hugo Xambre relativamente às minhas palavras ou por inabilidade política, esteja a querer condicionar aqui um processo que eu acho que me parece importante de debate. -----

DRAFT

----- Que é, a questão que o PSD coloca não é uma questão relativamente à matéria, de facto, aliás, se é algo que o PSD manifestou já nos vários momentos, é de que a opção que existe em cima da mesa e o reconhecimento implícito das condições que o BEI oferece, são particularmente interessantes. Essa questão não está em cima da mesa, o que está em cima da mesa e que nós vamos endividar a Câmara para os próximos 20 anos. E, portanto, aquilo que o PSD tem vindo a querer salientar e que o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa aceitou, aqui, publicamente no último debate da cidade era a criação dessa comissão. E, portanto, sobre isso não ouvimos o Presidente da Câmara.-----

----- Portanto, eu sei que o PS tem tempo e que muito provavelmente o Senhor Deputado Hugo Xambre virá fazer mais umas intervenções, mas eu gostava era que a resposta à questão que é colocada: Vamos todos endividar a Câmara para os próximos 20 anos? A questão aqui é, se o todos, envolve os restantes partidos e o PSD na discussão dos projetos para esses 20 anos ou não?-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Julgo que a pergunta é diretamente ao Executivo e não propriamente ao Grupo Municipal do PS e o Executivo certamente responderá à questão que suscitou.-----

----- Eu, neste momento, tem a palavras o Executivo. Pergunto se é o Senhor Vereador João Paulo Saraiva que responde?-----

----- Não vejo o Senhor Vice-Presidente aí presente, o Senhor Presidente da Câmara não está. Portanto, de qualquer modo o Executivo é um Executivo colegial, portanto, vamos ouvir o Senhor Vereador responsável, o Senhor Vereador João Paulo Saraiva.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra respondeu o seguinte:-----

----- “Em primeiro lugar deixem-me começar exatamente por aí, pela questão de estar ou não estar o Senhor Presidente da Câmara, hoje aqui.-----

----- Hoje estamos a discutir as condições do empréstimo, eu não sei se fui suficientemente claro, nós, em cada momento que vamos discutir o plano de atividades, orçamento e plano plurianual de investimentos, também estamos a discutir a utilização desse empréstimo. Portanto, não precisamos de inventar um novo momento, em cada um desses momentos e em todos aqueles que escrutinamos ao longo do tempo essa mesma execução, estamos a também discutir a utilização desse empréstimo, portanto, não precisamos de inventar nada.-----

----- Nós, estamos aqui apenas a aprovar as condições gerais e a primeira *tranche* desse mesmo empréstimo, que está convertido, que está completamente convertido no nosso plano de atividades e orçamento para 2017 que vem esta câmara dentro de alguns dias. Portanto, vão ter toda a possibilidade de descortinar projeto a projeto, tudo aquilo que está no orçamento, não precisamos de inventar um novo momento. Obviamente para explicar o processo, tínhamos que fazer o enquadramento que eu fiz para ver a que é que nos candidatámos, mas não é mais do que isso.-----

DRAFT

----- Já agora deixem-me dizer. O Senhor Presidente não está aqui presente, porque está em Londres a representar o Município num momento também muito importante. E eu confesso-vos que, se fui competente para coordenar a equipa de trabalhadores que apresentou este projeto ao BEI, também hei-de ser competente para o defender aqui nesta Câmara, com todo o gosto e com todo o prazer. -----

----- Portanto, esta parte estará ultrapassada, penso eu, a seguinte gostaria de dizer relativamente à taxa fixa e taxa variável, em cada desembolso vai-nos ser apresentada essa mesma cotação que o Banco Europeu de Investimentos nos dá. E, aí o Município vai decidir como, aliás decide em múltiplas outras situações, qual a situação mais vantajosa para o Município e dará reporte dessa mesma situação, dessa mesma cotação e dessa mesma decisão aos órgãos municipais. -----

----- E, portanto, parece-me que o mecanismo está criado e que funciona normalmente, já funcionou cada vez que tivermos que ter um novo desembolso do empréstimo PIPARU. Portanto, eu não consigo perceber qual é que é a diferença. A diferença é que este empréstimo é melhor, de facto, há aqui uma *nuance*, é que este empréstimo é melhor, tem melhores condições e o Município está em muito melhores condições financeiras do que aquelas que, infelizmente, teve que suportar da herança que teve há uns anos atrás. -----

----- Relativamente ao controle da capacidade de endividamento, ela é feita também em cada momento, ela tem de ser reportada à DGAL, ao Tribunal de Contas e nos próprios relatórios do BEI, que também eles mesmos vão analisar esta questão, bem como, quando o relatório para aqui vier, certamente, será completamente escrutinado. Estamos a falar de uma abordagem matemática, ou temos capacidade de endividamento ou não temos e, cumpre àqueles que têm essas funções executivas, zelar para que assim aconteça e sofrer as consequências se não forem capazes de o acautelar. -----

----- E, portanto, não me parece. Também, aliás, como acontecia em qualquer desembolso do PIPARU, estávamos sempre a falar era de situações diferentes, do PIPARU ou de qualquer outro empréstimo que esta Assembleia permitiu que fosse contratado. -----

----- Já relativamente às questões que foram levantados pelo Senhor Deputado Luís Newton, há aqui uma questão que eu confesso que fico surpreendido, porque uma mentira dita vinte vezes não é uma verdade. Há aqui uma noção que temos que ter todos sobre esta matéria. Eu apresentei ali um mapa que mostrava claramente que, a 31 de Dezembro deste ano, nós temos a expectativa e é, digamos, a dívida mais baixa dos últimos 10 anos do Município, vamos ter cerca de 570 milhões de euros de dívida legal. E, as nossas previsões é que contratando o empréstimo de 250 milhões e utilizando-o ao longo destes 5 anos, com a capacidade de amortização que estamos a ter e com a melhoria das condições do serviço da dívida, vamos terminar 2020 com 318 milhões de euros de dívida legal. Portanto, se bem, isto é só fazer a conta, 570 menos 318, é menos. -----

----- E, portanto, a dívida daqui por 5 anos, vai ser menor do que a dívida hoje. Tenho que repetir ou já ficou claro? -----

DRAFT

----- É porque dizer sistematicamente coisas que não são verdade e tentando passar uma nuvem de fumo sobre esta matéria, eu percebo que os senhores têm dificuldade em assimilar isto, porque os senhores que se comprometeram a nível do país a baixar a dívida e só a fizeram crescer, têm dificuldade em perceber qualquer continha que faça diminuir a dívida. -----

----- Para além disso, há uma outra questão importante, é que os senhores deixaram de dívidas só a fornecedores quando saíram daqui em 2007 mais do que hoje nós temos em toda a dívida legal. Portanto, se não se importam, primeiro vão fazer alguma coisa de positivo sobre esta matéria do endividamento e depois venham cá falar connosco. --
----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Vereador, ouvimos. -----

----- Temos agora novamente um pedido de palavra do Senhor Deputado Luís Newton, tem a palavra. Tem a palavra e tem tempo, o Senhor Vereador e a Câmara é que já não têm tempo para responder, já esgotaram todas as cedências.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Oh Senhor Vereador, já lhe disse que simpatizo muito consigo e que quando o vejo exaltado e avermelhado, fico sempre preocupado.-----

----- Mas aquilo que eu lhe quero dizer, você, de facto, não respondeu. Em primeiro lugar não o acho que seja mais ou menos competente para estar aqui, eu nem sequer falei da sua competência para estar aqui. Isso é um problema, Freud explica isso. O que eu disse foi que o Senhor Presidente da Câmara tinha assumido um compromisso com o PSD nesta Assembleia e que ele devia estar cá, porque ele ainda não executou nada relativamente a esse compromisso. Era ele que devia responder, o Senhor não está mandatado certamente para isso, como, aliás, não está de certeza, porque ainda não respondeu a isso. O Senhor já falou de tudo e mais alguma coisa, menos disso. ---
----- E, depois em segundo lugar...Então responda por favor...Então em segundo lugar dizer-lhe outra coisa muito importante Senhor vereador, é que o Senhor Vereador na proposta, no ponto nº 3, diz ‘autorizar que o valor dos investimentos por área de atuação patenteados no Anexo 1 possam ser objetos dos reajustamentos, quer entre elas, quer de cronograma que se mostrem adequados à execução, sem necessidade de nova autorização pela Assembleia Municipal’-----

----- Portanto, Senhor Vereador, o Senhor pretende aquilo que eu já lhe disse e torno-lhe a dizer, que, por princípio, estamos de acordo. Vossa Excelência quer aqui transformar isto num debate que não o é. Isto é uma pergunta simples que eu já vim cá ter que fazer três vezes, porque Vossa Excelência ainda não quis ou responder, ou entender e, que eu gostava de ver respondida.-----

----- Houve um compromisso assumido nesta Assembleia perante os Deputados Municipais do Senhor Presidente da Câmara. E a pergunta é muito clara. Esse compromisso, que ainda não teve qualquer concretização, vai ter ou não vai ter?-----

DRAFT

----- Porque eu até agora a única coisa que ouvi, foi um conjunto de festas e fogachos à volta da questão. E o que eu gostava de ter tido por parte do Senhor Vereador, para o qual estou disponível para ceder tempo, é sim ou não? São simples segundos. Muito obrigado Senhor Vereador.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Vereador já não tem tempo para responder.-----

----- De qualquer modo, o Senhor Deputado levantou o seu problema. O Senhor Deputado Luís Newton cede 27 segundos. Muito bem, Senhor Vereador tem então o tempo para responder, se assim o entender.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra respondeu o seguinte:-----

----- “Bem, vou ser muito rápido.-----

----- Bem, então a primeira questão que é, sem a autorização da AML, autorização da AML para todos os projetos a financiar dentro do BEI, dentro deste empréstimo estarão aprovados cada vez que a assembleia se pronunciar sobre o Orçamento e o Plano Plurianual. Nada pode ser fora desse âmbito, seriam duas autorizações, seriam duas autorizações.-----

----- Se não querem perceber a tecnicidade da coisa, eu depois posso explicar lá fora. --

----- Quanto à consensualização.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Oh Senhores Deputados, agradecia que criassem condições para ouvir a resposta. A resposta pode não vos agradar, mas é a resposta que a Câmara está a dar, portanto, vamos aqui democraticamente ouvirmo-nos uns aos outros.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, prosseguiu:-----

----- “Quanto à consensualização, tenho duas coisas a dizer e estou mandatado para as dizer.-----

----- Primeira questão, não há projeto mais consensual na Câmara que o PGDL.-----

----- Eliminámos um não foi? Já está, esse está resolvido. Sobre esse não tem dúvidas, pois não? Está consensualizado, votámos por unanimidade de acordo com aquele plano que lá está. É isso que nós estamos a verter neste projeto. Essa parte está consensualizada certo?-----

----- Segundas duas gavetas, regeneração urbana e habitação social. A qualquer momento os órgãos do Município podem ajustar os projetos individuais que lá estão, podem tirar aqueles e pôr outros, não precisam de ser consensualizado. Em cada momento, no Orçamento e no Plano Plurianual, faremos esse trabalho. Para quê, duplicar instrumentos?-----

----- Os senhores têm tanta vontade de consensualizar coisas, mas é só aquilo que já está consensualizado.-----

----- Não, peço desculpa.-----

----- Sim, é assim.”-----

DRAFT

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Oh Senhores Deputados, a Mesa pede respeito. O Senhor Vereador está a acabar de falar, os Senhores deputados farão a interpretação que quiserem do que o Senhor Vereador está a dizer, mas ouvem até ao fim, ouvem até ao fim.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, prosseguiu:-----

----- “Não tinha não.-----

----- E, já agora digo-lhe, que é, eu não sei é se os senhores depois quando formos consensualizar isto em momento de discussão orçamental, não fazem como fizeram no passado que fogem à discussão.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Senhores Deputados chegámos ao fim deste debate, vamos passar à votação que é uma votação nominal. Peço para ter em atenção que têm quer os cartões presentes convosco. A Mesa, como habitualmente, fará, isto para ser aprovado tem que ter maioria absoluta e, por isso, é que é uma votação nominal.-----

----- Vamos fazer a chamada, a cada chamada o Senhor Deputado apresenta o cartão que lhe convém e a Mesa anuncia aqui a pessoa e o voto que está a ser feito, no fim daremos o resultado.-----

----- Vamos começar.-----

----- A Mesa vai pôr a votação nominal a **Proposta n.º 605/CM/2016**, apresentada pela CML. A Proposta n.º 605/CM/2016 foi **aprovada**, com a seguinte votação:-----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, contra; Ana Luísa Flores de Moura e Regedor, a favor; Ana Maria Gaspar Marques, a favor; Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Batista, a favor; Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, a favor; André Nunes de Almeida Couto, a favor; António Modesto Fernandes Navarro, a favor; Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, a favor; Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, a favor; Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, a favor; Carla Cristina Ferreira Madeira, a favor; Carlos José Pereira da Silva Santos, a favor; Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, a favor; Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, contra; David Miguel Santos Amado, ausente da sala; Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, a favor; Fábio Martins de Sousa, a favor; Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, contra; Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, contra; Floresbela Mendes Pinto, a favor; Hugo Alberto Cordeiro Lobo, a favor; Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, a favor; Isabel Cristina Rua Pires, a favor; João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, ausente da sala; João Luís Valente Pires, a favor; João Manuel Costa de Magalhães Pereira, contra; José Alberto Ferreira Franco, a favor; José António Cardoso Alves, a favor; José António Nunes do Deserto Videira, a favor; José Luís Sobreda Antunes, a favor; José Manuel Marques Casimiro, a favor; José Manuel Rodrigues Moreno, a favor; José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, a favor; José Roque Alexandre, a favor; Luís Pedro Alves Caetano

DRAFT

Newton Parreira, contra; Mafalda Ascensão Cambeta, ausente da sala; Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, a favor; Margarida Carmen Nazaré Martins, a favor; Margarida Maria Moura Saavedra, contra; Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, a favor; Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, a favor; Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, a favor; Maria Irene dos Santos Lopes, a favor; Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, a favor; Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, ausente da sala; Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, a favor; Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, a favor; Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, a favor; Nuno Ferreira Pintão, a favor; Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, a favor; Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, a favor; Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, a favor; Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, a favor; Rita Susana da Silva Guimarães Neves, a favor; Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, contra; Rosa Maria Carvalho da Silva, contra; Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, a favor; Vasco Miguel Ferreira dos Santos, abstenção; Vítor Manuel Dias Pereira Gonçalves, contra; João Diogo Santos Moura, ausente da sala; Duarte Albuquerque Carreira, a favor; Rosa Lourenço, a favor; Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, a favor; Nuno Ricardo Dinis de Abreu, a favor; Carla Rothes, a favor; Catarina Canongia de Alpoim de Gouveia Homem, a favor; Susana Maria da Costa Guimarães, a favor; Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, a favor; Sara Diana de Campos Leiria Goulart de Medeiros, a favor; Luís Graça Gonçalves, contra; Sofia Margarida Vala Rocha, contra; Patrícia Caetano Barata, ausente da sala; Néilson Pinto Antunes, contra; Gabriel Maria Baptista Fernandes, abstenção; Paulo Manuel Bernardes Moreira, contra. -----

----- Entretanto o Senhor Deputado entrou durante a votação, o Senhor Deputado que ainda não votou, entrou durante a votação que nós tínhamos dado. Não pode votar? Muito bem. -----

----- Oh Senhores Deputados, eu peço desculpa, não vale a pena, não vai fazer qualquer alteração no resultado, não vale a pena. Se dizem que não pode votar, tinha que ter respondido à chamada. Normalmente quando são pessoas ausentes da sala, eu pergunto se entretanto a pessoa chegou, mas se entendem que isso não se pode fazer, não se faz. -----

----- Não há alteração no resultado, não há alteração nos resultados, é uma questão de procedimento. Este pormenor em concreto, não está no nosso regimento, portanto, aqui há algum arbítrio. -----

----- Está-me o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo a dizer, que há precedentes de se chamar uma segunda vez as pessoas que não participaram na votação para votar. Portanto, se há precedentes Senhores Deputados, eu peço que não criem um incidente por uma matéria que o resultado é pacífico e as pessoas têm...oh Senhores Deputados, não há apartes quando a Mesa está a conduzir os trabalhos, peço desculpa. -----

----- Estou a ver, vamos verificar os ausentes, portanto, vamos chamar novamente todos os ausentes.” -----

----- (Neste momento foi efetuada uma segunda chamada aos Senhores Deputados que se encontravam ausentes da sala durante a votação, sendo que o Senhor Deputado

DRAFT

Fernando Manuel Moreno D'Eça Braamcamp foi o único que se encontrava na sala e tendo exercido o seu direito de voto.)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados deem agora um minuto à Mesa para fazermos as somas e depois podermos proclamar o resultado. -----

----- A Mesa já verificou a votação, portanto, a proposta em votação nominal obteve os seguintes resultados: catorze votos contra, duas abstenções, cinquenta e três votos a favor, seis Deputados ausentes da sala, o que perfaz o total de 75 membros desta Assembleia Municipal, a proposta está aprovada por maioria.-----

----- Vamos prosseguir. -----

----- Há Deputados a pedirem declarações de voto, terá que ser declaração de voto individual porque a votação é nominal, não há declaração de voto de bancada. Pode ser individual, podem todos os Senhores Deputados fazerem, se assim o entenderem, podem todos fazer e ficará na Ata. Aqui não há voto de bancada, portanto, é votação nominal, não pode haver uma pessoa a fazer declaração de voto pelos votos alheios, portanto, se assim o entenderem. -----

----- O Senhor Deputado Luís Newton apresentará uma declaração de voto, por escrito, posteriormente irá para a Ata, não pode ser feito agora neste momento. -----

----- O Senhor Deputado do CDS também vai fazer uma declaração de voto que fará chegar à Mesa.-----

----- A Senhora Deputada Margarida Saavedra também quer apresentar uma declaração de voto. -----

----- Todos os Senhores Deputados do PSD querem apresentar uma declaração de voto? Muito bem, assim o farão aqueles que o entenderem. -----

----- Senhores Deputados terão depois que me indicar, neste momento, aqueles Senhores Deputados do PSD que querem apresentar uma declaração de voto que é para ficar registado em Ata, senão, não fica, não, tenho aqui a indicação que não são todos. -----

----- Portanto, eu estou a pedir para o indicarem individualmente: Senhora Deputada Margarida Saavedra (PSD); Senhor Deputado Magalhães Pereira (PSD); Senhor Deputado Luís Graça Gonçalves (PSD); Senhor Deputado Vítor Gonçalves (PSD); Senhor Deputado Luís Newton (PSD); Senhora Deputada Sofia Vala Rocha (PSD); Senhor Deputado Fernando Braamcamp (PSD); Senhor Deputado Daniel Gonçalves da Silva (PSD); Senhor Deputado Fernando Ribeiro Rosa (PSD); Senhor Deputado Nelson Pinto Antunes (PSD); Senhor Deputado Álvaro Carneiro (PSD); Senhora Deputada Rosa Carvalho da Silva (PSD); Senhor Deputado Gabriel Batista Fernandes (CDS-PP).-----

----- Ficou esclarecido, as declarações de voto serão posteriormente apresentadas e vamos prosseguir, agora sim. -----

----- Senhor Vereador peça desculpa, a Câmara pede a palavra para?”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

DRAFT

----- “Para solicitar à Mesa que seja votada a Ata em minuta ou este ponto em minuta, se fosse possível, para acelerarmos o processo e entrar no Tribunal de Contas.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Ata em minuta não carece de aprovação e, portanto, irá imediatamente ser feita amanhã e para o Tribunal de Contas iremos pedir aos serviços que façam o excerto deste ponto da Ordem de Trabalhos, para poder ser aprovado devidamente e ser enviado ao Tribunal de Contas.-----

----- Mais alguém pede a palavra?-----

----- Senhores Deputados, temos além desta proposta e sobre ela, uma recomendação que tem a ver com a utilização da possibilidade da taxa de juro fixa ou variável para ser em cada altura escolhida a que for mais favorável ao Município. É Recomendação nº 5/124.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 5/124**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPMN e 6IND. A **Recomendação n.º 5/124** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Batista Fernandes (CDS-PP)** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “Proposta 605/CM/2016-----

----- ‘Programa de Investimentos Lisboa XXI Financiamento a médio e longo prazo do Banco Europeu de Investimento (BEI)’-----

----- *Gabriel Maria Baptista Fernandes declara que que se absteve na votação da Proposta em epígrafe por a proposta apresentada de financiamento a MLP, o Plano de Investimentos prever três áreas de intervenção; Regeneração Urbana, Habitação Social e Ambiente/Plano de Drenagem, sobre as quais se verifica uma ausência de informação na discriminação das obras/projetos que estão integrados dentro de cada área.-----*

----- *Esta falta de informação torna difícil o acompanhamento, durante os próximos dois anos, da execução do financiamento do 1º contrato, associado a projetos/ações, e as opções tomadas em benefício de uns e em detrimento de outros.-----*

----- *Lisboa, 15 de Novembro de 2016-----*

----- *O Deputado Municipal do CDS-PP-----*

----- *Gabriel Maria Baptista Fernandes”-----*

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “Os deputados do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa apresentam a seguinte Declaração relativamente ao seu voto contrário à proposta 605/2015 que visava aprovar a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), respetiva minuta de contrato e programa de investimento.-----

----- *1 - A CML contraiu um empréstimo junto do BEI de 250 milhões de euros, com a contrapartida de gastar 530 milhões de uros. Esse empréstimo é para vigorar entre*

DRAFT

2016 e 2020. O empréstimo será pago num prazo de 20 anos, com a possibilidade de se estender por 30 anos. -----

----- 2 - Destina-se a três linhas gerais: reabilitação urbana, habitação social e plano de drenagem. -----

----- 3 - Face ao montante do empréstimo (muito elevado) e ao prazo de pagamento (muito longo) que irá abranger vários mandatos autárquicos, o PPD/PSD propôs ao Executivo um “Pacto de Regime”. -----

----- 4 - Fernando Medina começou por aceitar o “Pacto de Regime”, tendo depois recuado nessa intenção. Não esteve presente na reunião da AML de dia 15 de novembro e o vereador das Finanças negou perentoriamente a vontade de qualquer consenso.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Magalhães Pereira (PSD)** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “Os deputados do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa apresentam a seguinte Declaração relativamente ao seu voto contrário à proposta 605/2015 que visava aprovar a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), respetiva minuta de contrato e programa de investimento. -----

----- 1 - A CML contraiu um empréstimo junto do BEI de 250 milhões de euros, com a contrapartida de gastar 530 milhões de uros. Esse empréstimo é para vigorar entre 2016 e 2020. O empréstimo será pago num prazo de 20 anos, com a possibilidade de se estender por 30 anos. -----

----- 2 - Destina-se a três linhas gerais: reabilitação urbana, habitação social e plano de drenagem. -----

----- 3 - Face ao montante do empréstimo (muito elevado) e ao prazo de pagamento (muito longo) que irá abranger vários mandatos autárquicos, o PPD/PSD propôs ao Executivo um “Pacto de Regime”. -----

----- 4 - Fernando Medina começou por aceitar o “Pacto de Regime”, tendo depois recuado nessa intenção. Não esteve presente na reunião da AML de dia 15 de novembro e o vereador das Finanças negou perentoriamente a vontade de qualquer consenso.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Graça Gonçalves (PSD)** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “Os deputados do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa apresentam a seguinte Declaração relativamente ao seu voto contrário à proposta 605/2015 que visava aprovar a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), respetiva minuta de contrato e programa de investimento. -----

----- 1 - A CML contraiu um empréstimo junto do BEI de 250 milhões de euros, com a contrapartida de gastar 530 milhões de uros. Esse empréstimo é para vigorar entre 2016 e 2020. O empréstimo será pago num prazo de 20 anos, com a possibilidade de se estender por 30 anos. -----

DRAFT

----- 2 - Destina-se a três linhas gerais: reabilitação urbana, habitação social e plano de drenagem. -----

----- 3 - Face ao montante do empréstimo (muito elevado) e ao prazo de pagamento (muito longo) que irá abranger vários mandatos autárquicos, o PPD/PSD propôs ao Executivo um “Pacto de Regime”. -----

----- 4 - Fernando Medina começou por aceitar o “Pacto de Regime”, tendo depois recuado nessa intenção. Não esteve presente na reunião da AML de dia 15 de novembro e o vereador das Finanças negou perentoriamente a vontade de qualquer consenso.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva (PSD)** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “Os deputados do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa apresentam a seguinte Declaração relativamente ao seu voto contrário à proposta 605/2015 que visava aprovar a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), respetiva minuta de contrato e programa de investimento. -----

----- 1 - A CML contraiu um empréstimo junto do BEI de 250 milhões de euros, com a contrapartida de gastar 530 milhões de uros. Esse empréstimo é para vigorar entre 2016 e 2020. O empréstimo será pago num prazo de 20 anos, com a possibilidade de se estender por 30 anos. -----

----- 2 - Destina-se a três linhas gerais: reabilitação urbana, habitação social e plano de drenagem. -----

----- 3 - Face ao montante do empréstimo (muito elevado) e ao prazo de pagamento (muito longo) que irá abranger vários mandatos autárquicos, o PPD/PSD propôs ao Executivo um “Pacto de Regime”. -----

----- 4 - Fernando Medina começou por aceitar o “Pacto de Regime”, tendo depois recuado nessa intenção. Não esteve presente na reunião da AML de dia 15 de novembro e o vereador das Finanças negou perentoriamente a vontade de qualquer consenso.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Álvaro Carneiro (PSD)** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “Os deputados do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa apresentam a seguinte Declaração relativamente ao seu voto contrário à proposta 605/2015 que visava aprovar a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), respetiva minuta de contrato e programa de investimento. -----

----- 1 - A CML contraiu um empréstimo junto do BEI de 250 milhões de euros, com a contrapartida de gastar 530 milhões de uros. Esse empréstimo é para vigorar entre 2016 e 2020. O empréstimo será pago num prazo de 20 anos, com a possibilidade de se estender por 30 anos. -----

----- 2 - Destina-se a três linhas gerais: reabilitação urbana, habitação social e plano de drenagem. -----

DRAFT

----- 3 - Face ao montante do empréstimo (muito elevado) e ao prazo de pagamento (muito longo) que irá abranger vários mandatos autárquicos, o PPD/PSD propôs ao Executivo um “Pacto de Regime”. -----

----- 4 - Fernando Medina começou por aceitar o “Pacto de Regime”, tendo depois recuado nessa intenção. Não esteve presente na reunião da AML de dia 15 de novembro e o vereador das Finanças negou perentoriamente a vontade de qualquer consenso.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “Os deputados do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa apresentam a seguinte Declaração relativamente ao seu voto contrário à proposta 605/2015 que visava aprovar a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), respetiva minuta de contrato e programa de investimento. -----

----- 1 - A CML contraiu um empréstimo junto do BEI de 250 milhões de euros, com a contrapartida de gastar 530 milhões de uros. Esse empréstimo é para vigorar entre 2016 e 2020. O empréstimo será pago num prazo de 20 anos, com a possibilidade de se estender por 30 anos. -----

----- 2 - Destina-se a três linhas gerais: reabilitação urbana, habitação social e plano de drenagem. -----

----- 3 - Face ao montante do empréstimo (muito elevado) e ao prazo de pagamento (muito longo) que irá abranger vários mandatos autárquicos, o PPD/PSD propôs ao Executivo um “Pacto de Regime”. -----

----- 4 - Fernando Medina começou por aceitar o “Pacto de Regime”, tendo depois recuado nessa intenção. Não esteve presente na reunião da AML de dia 15 de novembro e o vereador das Finanças negou perentoriamente a vontade de qualquer consenso.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Vala Rocha (PSD)** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “Os deputados do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa apresentam a seguinte Declaração relativamente ao seu voto contrário à proposta 605/2015 que visava aprovar a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), respetiva minuta de contrato e programa de investimento. -----

----- 1 - A CML contraiu um empréstimo junto do BEI de 250 milhões de euros, com a contrapartida de gastar 530 milhões de uros. Esse empréstimo é para vigorar entre 2016 e 2020. O empréstimo será pago num prazo de 20 anos, com a possibilidade de se estender por 30 anos. -----

----- 2 - Destina-se a três linhas gerais: reabilitação urbana, habitação social e plano de drenagem. -----

----- 3 - Face ao montante do empréstimo (muito elevado) e ao prazo de pagamento (muito longo) que irá abranger vários mandatos autárquicos, o PPD/PSD propôs ao Executivo um “Pacto de Regime”. -----

DRAFT

----- 4 - *Fernando Medina começou por aceitar o “Pacto de Regime”, tendo depois recuado nessa intenção. Não esteve presente na reunião da AML de dia 15 de novembro e o vereador das Finanças negou perentoriamente a vontade de qualquer consenso.*-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Moreira (PSD)** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- *“Os deputados do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa apresentam a seguinte Declaração relativamente ao seu voto contrário à proposta 605/2015 que visava aprovar a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), respetiva minuta de contrato e programa de investimento.*-----

----- 1 - *A CML contraiu um empréstimo junto do BEI de 250 milhões de euros, com a contrapartida de gastar 530 milhões de uros. Esse empréstimo é para vigorar entre 2016 e 2020. O empréstimo será pago num prazo de 20 anos, com a possibilidade de se estender por 30 anos.*-----

----- 2 - *Destina-se a três linhas gerais: reabilitação urbana, habitação social e plano de drenagem.*-----

----- 3 - *Face ao montante do empréstimo (muito elevado) e ao prazo de pagamento (muito longo) que irá abranger vários mandatos autárquicos, o PPD/PSD propôs ao Executivo um “Pacto de Regime”.*-----

----- 4 - *Fernando Medina começou por aceitar o “Pacto de Regime”, tendo depois recuado nessa intenção. Não esteve presente na reunião da AML de dia 15 de novembro e o vereador das Finanças negou perentoriamente a vontade de qualquer consenso.*-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Daniel Gonçalves (PSD)** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- *“Os deputados do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa apresentam a seguinte Declaração relativamente ao seu voto contrário à proposta 605/2015 que visava aprovar a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), respetiva minuta de contrato e programa de investimento.*-----

----- 1 - *A CML contraiu um empréstimo junto do BEI de 250 milhões de euros, com a contrapartida de gastar 530 milhões de uros. Esse empréstimo é para vigorar entre 2016 e 2020. O empréstimo será pago num prazo de 20 anos, com a possibilidade de se estender por 30 anos.*-----

----- 2 - *Destina-se a três linhas gerais: reabilitação urbana, habitação social e plano de drenagem.*-----

----- 3 - *Face ao montante do empréstimo (muito elevado) e ao prazo de pagamento (muito longo) que irá abranger vários mandatos autárquicos, o PPD/PSD propôs ao Executivo um “Pacto de Regime”.*-----

----- 4 - *Fernando Medina começou por aceitar o “Pacto de Regime”, tendo depois recuado nessa intenção. Não esteve presente na reunião da AML de dia 15 de*

DRAFT

novembro e o vereador das Finanças negou perentoriamente a vontade de qualquer consenso.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “Os deputados do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa apresentam a seguinte Declaração relativamente ao seu voto contrário à proposta 605/2015 que visava aprovar a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), respetiva minuta de contrato e programa de investimento.-----

----- 1 - A CML contraiu um empréstimo junto do BEI de 250 milhões de euros, com a contrapartida de gastar 530 milhões de uros. Esse empréstimo é para vigorar entre 2016 e 2020. O empréstimo será pago num prazo de 20 anos, com a possibilidade de se estender por 30 anos.-----

----- 2 - Destina-se a três linhas gerais: reabilitação urbana, habitação social e plano de drenagem.-----

----- 3 - Face ao montante do empréstimo (muito elevado) e ao prazo de pagamento (muito longo) que irá abranger vários mandatos autárquicos, o PPD/PSD propôs ao Executivo um “Pacto de Regime”.-----

----- 4 - Fernando Medina começou por aceitar o “Pacto de Regime”, tendo depois recuado nessa intenção. Não esteve presente na reunião da AML de dia 15 de novembro e o vereador das Finanças negou perentoriamente a vontade de qualquer consenso.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Braamcamp (PSD)** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “Os deputados do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa apresentam a seguinte Declaração relativamente ao seu voto contrário à proposta 605/2015 que visava aprovar a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), respetiva minuta de contrato e programa de investimento.-----

----- 1 - A CML contraiu um empréstimo junto do BEI de 250 milhões de euros, com a contrapartida de gastar 530 milhões de uros. Esse empréstimo é para vigorar entre 2016 e 2020. O empréstimo será pago num prazo de 20 anos, com a possibilidade de se estender por 30 anos.-----

----- 2 - Destina-se a três linhas gerais: reabilitação urbana, habitação social e plano de drenagem.-----

----- 3 - Face ao montante do empréstimo (muito elevado) e ao prazo de pagamento (muito longo) que irá abranger vários mandatos autárquicos, o PPD/PSD propôs ao Executivo um “Pacto de Regime”.-----

----- 4 - Fernando Medina começou por aceitar o “Pacto de Regime”, tendo depois recuado nessa intenção. Não esteve presente na reunião da AML de dia 15 de novembro e o vereador das Finanças negou perentoriamente a vontade de qualquer consenso.”-----

DRAFT

----- **O Senhor Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes (PSD)** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Os deputados do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa apresentam a seguinte Declaração relativamente ao seu voto contrário à proposta 605/2015 que visava aprovar a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), respetiva minuta de contrato e programa de investimento.-----

----- 1 - A CML contraiu um empréstimo junto do BEI de 250 milhões de euros, com a contrapartida de gastar 530 milhões de uros. Esse empréstimo é para vigorar entre 2016 e 2020. O empréstimo será pago num prazo de 20 anos, com a possibilidade de se estender por 30 anos.-----

----- 2 - Destina-se a três linhas gerais: reabilitação urbana, habitação social e plano de drenagem.-----

----- 3 - Face ao montante do empréstimo (muito elevado) e ao prazo de pagamento (muito longo) que irá abranger vários mandatos autárquicos, o PPD/PSD propôs ao Executivo um “Pacto de Regime”.-----

----- 4 - Fernando Medina começou por aceitar o “Pacto de Regime”, tendo depois recuado nessa intenção. Não esteve presente na reunião da AML de dia 15 de novembro e o vereador das Finanças negou perentoriamente a vontade de qualquer consenso.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Rosa (PSD)** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Os deputados do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa apresentam a seguinte Declaração relativamente ao seu voto contrário à proposta 605/2015 que visava aprovar a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), respetiva minuta de contrato e programa de investimento.-----

----- 1 - A CML contraiu um empréstimo junto do BEI de 250 milhões de euros, com a contrapartida de gastar 530 milhões de uros. Esse empréstimo é para vigorar entre 2016 e 2020. O empréstimo será pago num prazo de 20 anos, com a possibilidade de se estender por 30 anos.-----

----- 2 - Destina-se a três linhas gerais: reabilitação urbana, habitação social e plano de drenagem.-----

----- 3 - Face ao montante do empréstimo (muito elevado) e ao prazo de pagamento (muito longo) que irá abranger vários mandatos autárquicos, o PPD/PSD propôs ao Executivo um “Pacto de Regime”.-----

----- 4 - Fernando Medina começou por aceitar o “Pacto de Regime”, tendo depois recuado nessa intenção. Não esteve presente na reunião da AML de dia 15 de novembro e o vereador das Finanças negou perentoriamente a vontade de qualquer consenso.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Agora sim, vamos entrar nas declarações políticas.-----

DRAFT

----- A Mesa tem aqui, várias inscrições. Eu chamo a vossa atenção que nas declarações políticas quem quer fazer declaração deve sinalizar essa intenção logo no princípio da sessão, nós temos, apenas, aqui, cinco forças políticas que se inscreveram para a declaração política, isto deveria ter sido no início da sessão, se por acaso houver mais alguém, veremos, Senhor Deputado Miguel Santos deveria tê-lo feito no início da sessão, e a Senhora Deputada Ana Gaspar, o mesmo. Se ninguém obstar a isso, poderão usar da palavra, mas alerta que em declarações políticas devem fazer chegar à Mesa a vossa intenção de usar da palavra, neste período. -----

----- Vamos prosseguir com as declarações políticas.”-----

PONTO 4 – DECLARAÇÕES POLÍTICAS AO ABRIGO DO ARTIGO 40º DO REGIMENTO - GRELHA J, LIMITE MÁXIMO 280 MINUTOS;-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte declaração política: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Colegas. -----

----- A minha primeira palavra refere-se à 2ª Circular. -----

----- A 2ª Circular é um projeto estratégico, era um projeto estratégico da Câmara, um projeto que envolvia grandes recursos por parte da Câmara, um projeto que demorou várias sessões, foi, aqui, discutido, teve sessões públicas e, de facto, era dos projetos que mais envolveu a cidade e maior discussão pública teve com uma conclusão final de acordo praticamente de todas as bancadas da Assembleia Municipal. -----

----- Era um projeto, portanto, que tinha da nossa parte uma ambição tinha da nossa parte, uma finalidade, abruptamente, esse projeto caiu, por razões de concurso, por razões várias. Este projeto infere, aliás, este projeto já estava referido no Plano Diretor Municipal 2012, portanto, é uma coisa que vem de longe, é uma coisa que, naturalmente, todos queríamos e, nomeadamente, aqueles que têm responsabilidades executivas, ver concretizado o mais depressa possível. Interrompeu-se, e não se sabe quando é que vai começar. Não se sabe se se aproveita o que já foi feito. Qual o seu estado de evolução. Como é que se vai proceder, a seguir. -----

----- Houve um Deputado desta Assembleia, o Ricardo Robles, que solicitou que houvesse uma Comissão Eventual para a discussão desta situação, para a verificação das razões que levaram a esta situação, para a análise de tudo aquilo, e de todos os procedimentos envolvidos nesta situação, de repente acabar com um projeto que era emblemático para a Cidade de Lisboa. -----

----- Essa não teve vencimento porque a maioria não admitiu. -----

----- Então falou-se, várias entidades e pessoas, falaram que, pelo menos, vai às comissões, à Comissão de Obras Públicas e vai à Comissão de Urbanismo. Parecia-me lógico, aliás, este processo é transversal, é importante para o urbanismo, é importante, naturalmente, para as obras públicas, é importante para o ambiente, é importante para a segurança, há um conjunto de situações que são transversais em relação a este projeto. -----

----- Mas qual é o meu espanto quando a Senhora Presidente da Assembleia Municipal veta que esta proposta possa ir à Comissão de Urbanismo. Eu só posso admitir uma razão, por ela ser presidida por mim, por ser presidida por um Social-democrata. É

DRAFT

lamentável. É muito lamentável quando nós vemos, todos os dias, propostas a serem discutidas por várias comissões, às vezes por razões meramente, fúteis. E esta, que tinha uma razão importante, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal vetou a possibilidade dela ir à Comissão. É uma discriminação política em relação ao Partido Social Democrata que, aqui, em nome do PSD, eu repúdio. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, interrompeu:-----

----- “Senhor Deputado, é um ponto de ordem, o meu despacho de encaminhamento, ainda, não foi dado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Ainda ontem, tivemos uma dura conversa sobre esta matéria.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Uma dura conversa, mas eu, ainda, não dei o meu despacho. Não dei o meu despacho é o que eu lhe estou a dizer, Senhor Deputado. -----

----- Pode prosseguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Portanto, se agora, muda de opinião isso, agora, é outra coisa, mas ainda bem, ainda bem que muda de opinião. -----

----- Relativamente a outra matéria, nós vimos, aqui, na última sessão, o Senhor Presidente da Câmara assumir-se de uma forma insistente, insistente e até, quase que violenta, relativamente ao problema do inquérito que foi sugerido pela 3ª Comissão, aprovado por unanimidade, nesta Assembleia, à situação da Fontes Pereira de Melo, o problema de terem colocado as estacas de contenção periférica em terreno que era municipal, que é do domínio público e, portanto, teria que ter autorização desta Assembleia.-----

----- Foi feito o inquérito que foi desenvolvido o Senhor Presidente, insistentemente, disse ‘não é esse o âmbito’, é mesmo esse. Insistiu cinco, ou seis vezes, que era aquele âmbito que estava certo, que era assim, e que nós devíamos pedir desculpa, não sei onde é que ele inventou isso, por termos insinuado o que quer que seja, quando se alguém insinuou foi a própria Assembleia, se alguém insinuou foi o próprio Vereador Manuel Salgado que, também, concordou com a realização deste inquérito, portanto, é um inquérito claro, para nós sabemos as razões, as respostas, para se apurarem responsabilidades, pois, mas o Senhor Presidente insistiu de maneira, até, muito agressiva, quase ameaçando, dizendo que o que estava feito era aquilo que tinha sido solicitado pela 3ª Comissão. É mentira. Como eu lhe disse, é mentira. É uma grande mentira porque, aquilo que foi solicitado pela 3ª Comissão não foi aquilo que o Senhor Presidente, repetidamente, aqui, afirmou. Foi diferente e, não sei de quem é a responsabilidade, mas o âmbito do inquérito é diferente do âmbito daquilo que a Assembleia Municipal, aprovou. E isso é claro, e está claro no ofício que, hoje, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal dirigiu, dizendo, eu leio a parte final: *‘Alertei os Vereadores, Manuel Salgado e João Paulo Saraiva, para a necessidade de ser dado cumprimento integral o despacho 4/GVMS/16, de vinte e sete de abril de*

DRAFT

2016. Ambos deram a sua concordância e irão diligenciar nesse sentido'. Ou seja, vai ser feito um novo inquérito, esse sim, cobrindo o âmbito daquilo que foi a determinação da Assembleia Municipal. -----

----- É lamentável que o Senhor Presidente tivesse mentido, é lamentável que o Senhor Presidente tenha insistido na mentira. Exemplos destes não dignificam a política, nem dignificam os políticos. E é obrigatório, perante os insultos que foram, aqui dirigidos, ao PSD, nomeadamente, à minha pessoa e à Margarida Saavedra, que o Senhor Presidente nos peça, publicamente, desculpas.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----
----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Acrescentar ao que o Senhor Deputado disse, que na sequência da última reunião e da discussão que houve, e do compromisso da Câmara de mandar para cá o processo de inquérito, eu tive o cuidado de analisar o que chegou à minha mão, nesta segunda-feira, durante a reunião da Conferência de Representantes, estive a analisar com cuidado, e verifiquei o seguinte: o despacho do Vereador Manuel Salgado que é peça decisiva no processo, é rigorosamente igual àquilo que está no parecer da 3ª Comissão, rigorosamente igual. -----

----- Depois, na sequência do processo, algumas situações, procedimentos burocráticos que não referem a expressão, tal qual como estava no parecer da 3ª Comissão mas, a verdade é que a senhora inquiridora recebeu o despacho integral do Senhor Vereador Manuel Salgado, recebeu o despacho integral da 3ª Comissão, e tinha conhecimento integral do que é que estava no parecer, e do que é que estava no despacho. -----

----- Quando eu alertei o Senhor Vereador Manuel Salgado para este problema, ele disse-me, imediatamente, que iria tomar diligências para que o meu despacho seja integralmente cumprido. E foi isto que eu dei a conhecer aos Senhores Deputados da 3ª Comissão, como era meu dever, estamos, aqui, de boa-fé para fazer as coisas corretamente e, portanto, entendi que devia de tornar isto claro, explícito, e o processo de cento e onze páginas está presente para consulta todos os Senhores Deputados nos serviços de apoio. -----

----- A questão que o Senhor Deputado Vítor Gonçalves colocou que com o Senhor Presidente da Câmara, penso que é ao Senhor Presidente da Câmara que caberá responder. Neste momento, ele não está presente, desculpe, não sei se alguém da Câmara quer responder? O Senhor Vereador Manuel Salgado pediu a palavra, eu já darei a palavra ao Senhor Vereador Manuel Salgado, mas entendi que deveria, pela minha parte, dar conhecimento a todos deste esclarecimento, uma vez que fui eu que o promovi e que coloquei por escrito, e fiz distribuir por todos os Senhores Deputados para conhecimento de todos, da realidade dos factos. -----

----- O Senhor Vereador Manuel Salgado tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Muito boa tarde a todos. -----

DRAFT

----- Dizer, só para confirmar, que hoje mesmo reenviei todo o processo para o IAMAGOT para proceder À apreciação que entender, de acordo com aquilo que foi a deliberação da Assembleia Municipal e que, tinha sido minha proposta. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, referiu o seguinte como intervenção final: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, eu não disse que a Câmara não tinha enviado, ou enviou alguma coisa errada para a inquirição. Até eu consulte o processo e está lá a informação, o parecer assinado por mim e pelo Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo, onde está esclarecido e, claramente, escrito aquilo que é o âmbito do processo. -----

----- O que eu estou contra foi a existência, sabendo isso, tendo sido informado disso, repetidamente informado que o âmbito do processo estava errado, que não era aquele, eu não acusei ninguém que tivesse feito de propósito. Eu disse é que o âmbito do processo não era aquele, e o Senhor Presidente, insistentemente, disse que era, para aí umas cinco, seis vezes, insistindo na mesma mentira. E estava provado, como está provado, que afinal nós tínhamos razão.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte declaração política: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretários da Mesa, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Havendo uma sessão de declarações políticas enquanto decorre a COP 22 em Marraquexe, Os Verdes não poderiam deixar de abordar a questão das alterações climáticas. É uma matéria que temos trazido a esta Assembleia com frequência, contudo, está longe de estar esgotada. -----

----- Por um lado, já há muito tempo se chegou a consenso quanto às alterações climáticas e ao perigo que representam. Mas por outro lado, faltam ainda medidas sérias e vinculativas e uma mudança a sério. -----

----- O ano passado, na COP 21, chegou-se finalmente a um acordo sobre o clima, o Acordo de Paris. Foi um passo positivo e importante, principalmente face aos fracassos e impasses de negociações anteriores, e porque mostrou que há uma perceção e um compromisso a nível mundial, sendo necessário o empenho por parte de todos no combate às alterações climáticas. Por exemplo, os Estados Unidos da América, o maior emissor de gases com efeito de estufa *per capita* - que tinham ficado de fora do Protocolo de Quioto, desta vez, assinaram o Acordo de Paris. -----

----- Mas é preciso ir mais longe, porque o que o Acordo estabelece é ainda, na nossa perspetiva, frágil, porque as metas não são vinculativas e porque não estão estabelecidas condições de cumprimento dessas metas, mesmo não sendo vinculativas. É também frágil porque há uma continuidade do mercado de carbono, que não garante, como já está provado, a redução efetiva dos gases com efeito de estufa. -----

----- Perante o fenómeno das alterações climáticas, se não forem tomadas medidas adequadas, haverá uma subida significativa do nível dos mares e uma intensificação

DRAFT

dos extremos climáticos, atingindo, fundamentalmente, as zonas mais vulneráveis do planeta, o que significa que poderemos ter vagas de refugiados em número muito significativo devido a problemas ambientais graves.-----

----- Importa alertar que 2015, foi o ano mais quente desde que há registos e 2016 será ainda pior. Assim, 2016 será mesmo o ano mais quente desde que há registos, ou seja, desde 1880. Desde a última cimeira do clima, há um ano, todos os meses foram o mês mais quente.-----

----- Deixamos ainda mais alguns dados, indicadores importantes de alterações climáticas. A extensão de gelo no Ártico cobre hoje menos 40% da superfície do que cobria no final de 1970. Estima-se que a quebra seja de 13,4% a cada década. -----

----- E é por tudo isto que a COP 22 assume especial importância. Não podemos correr o risco de o Acordo de Paris se tornar num novo Protocolo de Quioto. É preciso dar passos maiores e mais firmes. A COP 22 deve ser a COP da ação, porque o tempo é de agir e já passaram muitos anos a desperdiçar oportunidades. -----

----- Perante isto, todos somos chamados a agir e a verdade é que até há planos e algumas estratégias, mas falta uma mudança séria, falta uma política climática coerente. Por exemplo, trabalhar com vista ao Acordo de Paris a nível mundial e, depois, continuar a haver um subsídio ao combustível fóssil é uma verdadeira incongruência. Não se pode caminhar nos dois sentidos ao mesmo tempo. -----

----- Falando em incongruências, também em Portugal, quando estamos na era da descarbonização, temos a questão dos projetos para prospeção e exploração de petróleo, que devem ser travados, e que são absolutamente contraditórios com o espírito do Acordo de Paris e com o que o Planeta precisa. -----

----- É preciso reduzir as emissões de gases com efeito de estufa para a atmosfera, mudar os modelos de desenvolvimento reduzindo consumos, promovendo a produção local e reduzindo o transporte de mercadorias de longa distância, promover a transição gradual dos combustíveis fósseis e promover a oferta de transportes coletivos, com gestão pública estatal como alternativa ao carro particular. -----

----- E chegamos a um ponto crucial do combate às alterações climáticas: o sector dos transportes. E a verdade é que apesar do peso que tem este sector, não lhe tem sido atribuída a devida relevância. O transporte individual tem contribuído grandemente, nos últimos anos, para a emissão de gases com efeito de estufa. -----

----- Tem de haver, nos movimentos pendulares, uma inversão relativamente ao uso da viatura individual, priorizando-se a preferência pela mobilidade coletiva. E tem havido pouco empenho e poucas medidas eficazes nesse sentido. -----

----- Os Verdes continuam a considerar que os títulos de transporte e a oferta que o transporte dá são respostas fundamentais para que o cidadão seja cativado pela mobilidade coletiva. -----

----- E é exatamente por isso, atendendo ao cumprimento efetivo do direito à mobilidade e ao combate eficaz às alterações climáticas, que Os Verdes têm propostas no âmbito do Orçamento de Estado para 2017 para concretizar esses objetivos, como a dedução dos passes no IRS e a redução do preço dos passes para estudantes.-----

DRAFT

----- É preciso um novo paradigma energético que respeite os cidadãos e a natureza, e é aqui que as políticas nacionais e locais assumem uma grande importância e podem fazer a diferença, até porque na própria COP 22, o papel das cidades tem sido destacado na construção de um futuro sustentável. E uma coisa é certa, uma cidade que não tenha uma rede de transportes coletivos eficaz, nunca será uma cidade que está a contribuir para a redução dos Gases com Efeito de Estufa. -----

----- Os Verdes já aqui trouxeram inúmeras vezes a questão dos transportes coletivos e continuaremos a trazê-la até que a mobilidade coletiva seja uma realidade. E neste momento ainda estamos longe, muito longe. -----

----- E se, por um lado, reconhecemos que há um conjunto de medidas com vista ao combate às alterações climáticas, por outro, enquanto Lisboa não for uma cidade amiga da mobilidade coletiva, nada vai mudar. -----

----- E é aqui que Lisboa pode e deve fazer a diferença, dando o seu contributo sério para o combate às alterações climáticas, e garantindo a implementação de um modelo sustentável global e justo, a nível ambiental, social e económico.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte declaração política: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Encontramo-nos numa nova fase da vida política nacional fruto da intensa luta dos trabalhadores Portugueses. -----

----- Foi a resistência e a luta que travou a ofensiva contra os trabalhadores e foi decisiva para a derrota do PSD/CDS, e das suas políticas de direita. -----

----- A luta teve múltiplas expressões, aqui, na cidade, destacando-se a luta dos trabalhadores da Administração Pública Central e Local, em luta pelas 35 horas que veio a ser um êxito. -----

----- A luta dos trabalhadores do município em defesa do emprego público com direitos, combatendo a precariedade vínculos e pela prestação de um serviço público de qualidade. -----

----- A luta dos trabalhadores dos Transportes do Metro e da CARRIS, pela reposição dos quadros de pessoal, pela manutenção dos meios e serviço público de transportes, dos trabalhadores das grandes superfícies por melhores condições de trabalho, dos trabalhadores da Imprensa Nacional Casa da Moeda, pelo cumprimento do acordo de empresa, dos trabalhadores da Saúde pela dignificação da profissão, entretanto, outras. -----

----- Foi, também, decisiva a luta dos utentes dos serviços públicos, nomeadamente, no contributo que deu para a reversão do processo de privatização das empresas públicas de transportes públicos. -----

----- Valorizamos, também, a atual luta que os utentes transportes públicos travam contra o desinvestimento e degradação dos serviços de Metro e CARRIS. A luta foi, é, e será o caminho para inverter as opções políticas que nos têm sido impostas, é importantíssimo para defender, repor e conquistar os direitos de quem trabalha. É o exemplo da luta em defesa dos serviços hospitalares da cidade. Já perdemos o Hospital de Arroios, o Hospital do Desterro e a generalidade dos hospitais militares. -----

DRAFT

Agora trazemos, novamente, a esta Assembleia o processo capcioso de liquidação do Hospital Pulido Valente como hospital histórico de Lisboa. O encerramento progressivo de serviços e a sua transferência para o Hospital Santa Maria, continua.-----

----- Nos edifícios desocupados, instalam-se serviços vários, cuidados paliativos e continuados por conta da Misericórdia de Lisboa e de outros, e repare-se, determina-se a reserva de cento e sessenta camas a serem geridas no caso da sobrelotação dos hospitais da área de Lisboa. Fecha agora, reserva para amanhã.-----

----- Este desmantelamento dos hospitais, em Lisboa, com a redução da oferta de camas para internamento de agudos, tem como consequência, a rutura da oferta de cuidados, pelo menos, nos períodos críticos. Não esquecer que esta política insere-se na liquidação do emprego público direto e do emprego, em geral, na cidade. Os hospitais e os centros de saúde são dos maiores empregadores da Cidade de Lisboa. ---

----- Chamo a vossa atenção para a situação muito estranha, que é muito estranha, de que ao mesmo tempo que se encerram camas públicas, abram camas em hospitais privados que proliferam na cidade, no essencial, financiados e vivendo à custa de dinheiros públicos, de onde sobressai a gloriosa financiadora ADSE, que é hoje a grande financiadora, ou quase única, de hospitais privados na cidade. -----

----- É caso para perguntar, Senhores Deputados, de que lado estão? Do interesse e bem-estar das populações de Lisboa? Ou do lado dos interesses privados por conta do erário público?-----

----- É tempo de o Município de Lisboa tomar posição clara e firme na defesa dos serviços de saúde e superar a pose dos estudos dos pareceres, dos projetos e das boas intenções, bem bonitas, do Vereador do Pelouro, e dos seus técnicos. Para quando, Senhor Presidente da Câmara, uma posição firme sobre a defesa da cidade? -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Pintão (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte declaração política: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Lisboa acolheu entre os dias sete e dez de Novembro de 2010, a Web Summit, conferência esta que contou com 53056 participantes, de 166 países, entre os quais se encontravam 7000 CEO’s.-----

----- O objetivo para o próximo ano é de 80.000 participantes. -----

----- A expectativa de receita para a economia de Lisboa é de, aproximadamente, 200 milhões de euros, contabilizando alojamento, restauração e transportes. -----

----- É verdade que existem outras conferências sobre tecnologias de informação a nível mundial, basta fazer uma simples busca na internet, mas esta é a maior da Europa. -----

----- A Web Summit já é conhecida como a “*Davos dos Geeks*”, pois tornou-se, em poucos anos, no evento europeu de referência no que toca à tecnologia, inovação e empreendedorismo. -----

----- Só por esta razão, Lisboa já está de Parabéns. -----

DRAFT

----- Fazendo um pouco de história, recordamos que a Web Summit nasceu em 2010, por iniciativa de Paddy Cosgrave (ainda hoje o rosto do evento) que nessa data conseguiu reunir, num encontro, 400 pessoas da comunidade tecnológica local, encontro esse que teve lugar em Dublin, na Irlanda, local onde se repetiu anualmente até 2015, aumentando de participantes de ano para ano, e obtendo a expressão e renome que hoje tem. -----

----- Não obstante o sucesso que a fez impor a nível mundial, os organizadores da Web Summit sentiram que Dublin já não apresentava as melhores condições para a manutenção e crescimento desta conferência, nomeadamente: pela inexistência de instalações com dimensões e qualidade para os participantes; pelo reduzido investimento da cidade de Dublin no evento; pela má qualidade do *wi-fi*; pelos escassos recursos, custo e dificuldades de transportes e, finalmente, pelo disparar dos preços da hotelaria na semana do evento. -----

----- O reconhecimento do sucesso da Web Summit e o conhecimento desta situação, resultou no aparecimento de inúmeras candidaturas à realização do evento, cidades tais como Londres, Amsterdão e Paris, apresentaram-se disponíveis mas a escolha recaiu em Lisboa. -----

----- E Lisboa porquê? Pode perguntar-se. Foi o então Diretor da Startup Lisboa, João Vasconcelos, que quando participava numa das edições da Web Summit, em Dublin, e percebendo as queixas de Paddy Cosgrave quanto às dificuldades existentes, que sugeriu Lisboa, e foi com esse sentido que, posteriormente, foi secundado pelo então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Sem prejuízo das várias iniciativas de charme promovidas por Lisboa e pelo Governo, facto incontestável é que Lisboa tornou-se uma referência ao nível do empreendedorismo. -----

----- Senão veja-se, Lisboa recebeu a distinção de Cidade Empreendedora Europeia 2015 (EER2015), que premeia as melhores estratégias regionais para a promoção do empreendedorismo e da inovação, junto das pequenas e médias empresas, executando políticas europeias fundamentais como a chamada Lei das Pequenas Empresas (*Small Business Act para a Europa – SBA*) e a Estratégia Europa 2020, para o crescimento e o emprego. -----

----- A Rede de Incubadoras de Lisboa conta com dezasseis incubadoras, com mais de trezentas e cinquenta Startup's alojadas, 1.500 postos de trabalho diretos, 5 *Fab Labs* ou *makers spaces*, 38 espaços de *coworking* e 26 *business angels e venture capitals*. ---

----- É inclusive, o jornal francês *La Tribune*, que a propósito da realização da Web Summit, em Lisboa, reconhece que estas iniciativas da Câmara Municipal de Lisboa permitem lançar 470 projetos por ano, com a perspetiva de criação de 3.000 postos de trabalho. -----

----- Com 166 milhões arrecadados desde 2010, os investidores têm encontrado o seu caminho para a capital, e com a Web Summit irá reforçar essa tendência. -----

----- Quanto à avaliação da conferência, são os *media* europeus, incluindo neles os irlandeses, que reconhecem por unanimidade que a opção por Lisboa não poderia ter sido melhor, quer pela resolução dos problemas que afastaram a conferência de

DRAFT

Dublin, quer pela mais-valia que representa a segurança e a limpeza da cidade, mas também, esta muito referenciada, pela qualidade da noite lisboeta. -----

----- Depois da crise que temos vindo a atravessar, é evidente que o objetivo de Lisboa e de Portugal é que os conferencistas não se limitem a vir a Lisboa assistir, mas que se tornem eles próprios alavancas do investimento e da criação de emprego que Portugal necessita. -----

----- Um dos desafios para Lisboa, no seu esforço de se tornar um polo tecnológico relevante na Europa, ao lado de Berlim ou Barcelona, é produzir Startup's de muito alta qualidade que resultem em grandes saídas e, ao mesmo tempo, continuar a construir, como têm feito, um ecossistema sustentável. -----

----- Apesar de ser manifesto que grande parte do trabalho de casa já o tem vindo a fazer a Câmara Municipal de Lisboa, ao nível do empreendedorismo, razão pela qual colhe agora os seus frutos com este reconhecimento internacional, o mesmo tem de merecer redobrada atenção, pois agora Lisboa tem os olhos da Europa e do Mundo postos em si. -----

----- É razão para terminar, dizendo obrigado Lisboa e, Parabéns Lisboa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, colocou a seguinte questão: -----

----- “Senhores Deputados, acompanhámos com interesse e damos a devida importância a eventos ligados às novas tecnologias, à ciência, à inovação, ao conhecimento e ao turismo. No entanto, chamámos a atenção para o facto de que tais atividades possam vir a ser consideradas a única via, a solução milagrosa para grandes problemas relacionados com o emprego e a economia da cidade. -----

----- Defendemos uma cidade com a economia diversificada, não só turismo, não só tecnologia. Queremos uma cidade habitada, uma cidade do emprego, uma cidade da produção. -----

----- Lisboa deve ser uma cidade onde as novas indústrias e as empresas de áreas tecnológicas inovadoras da produção, devem ser incentivadas a estabelecer-se, com a criação das zonas de instalação de empresas, desde logo, em sede de revisão do Plano Diretor Municipal. -----

----- Os custos de contexto da instalação de novas empresas na cidade, devem ser equacionados visto que são, claramente, contraditórios com a especulação imobiliária. -----

----- A atividade económica produtiva continua a reduzir-se na cidade, refugiando-se em espaços e locais económico e funcionalmente mais atrativos, e situados habitualmente, nos concelhos, vizinhos. -----

----- Por último, é que no saldo deve haver, da feira tecnológica que acabou de acontecer, quero chamar a atenção para os danos colaterais, como; o encerramento do metro, a sobrecarga dos Transportes e uma certa paralisia, para não dizer, grande desorganização, na comunicação e no uso da cidade, durante estes dias. -----

----- Por isso, dizer-se que iremos avançar na atividade económica, devemos ter uma visão larga, ampla, mas pensando no setor produtivo e, onde instalar, sabendo que hoje o imobiliário e os terrenos estão a preços não comportáveis com a instalação de novas empresas. -----

DRAFT

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz (BE)** no uso da palavra, colocou a seguinte questão: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Senhores Deputados. -----

----- Senhor Deputado do Partido Socialista, eu agradeço a sua intervenção. É, alguma, pedagogia necessária neste tipo de intervenções. -----

----- A Web Summit, aconteceu a conferência, achamos muito bem que tenha acontecido, algumas questões, e isto, também, ligado ao voto apresentado pelo Grupo de Deputados Independentes, algumas questões, no entanto, que depois destas semanas todas de verdadeiro aparato mediático, quase propagandístico, sem a menor investigação sobre alguns dos aspetos da Web Summit, seria, talvez, bom, também, se falar neles. Nunca houve nenhuma nota sobre os dois mil trabalhadores sem remuneração, que trabalharam na Web Summit; nunca se falou no investimento público através do Turismo de Lisboa, se não me engano, anunciado em 2015, por Paulo Portas, de 1,3 milhões, nunca se falou nos custos indiretos que constituem, de facto, um apoio indireto e não sabemos se algum apoio direto, para a organização desta iniciativa. E eu relembro que no processo de cisão entre o primeiro-ministro irlandês, ele deixou muito claro, há um conjunto de ofertas, que ele define e que enviou para o Primeiro-ministro Irlandês, de ofertas que as outras cidades lhe deram, em particular, não define que cidades exatamente as ofereceram, mas dava alguns exemplos, por exemplo, as próprias cidades, as entidades municipais pagarem todos os encargos com aluguer dos espaços, pagarem todos encargos com o tal *Wi-fi* que depois falhou, ou não falhou, ainda não se sabe bem, pagarem todos encargos com transportes reforçados. -----

----- Era bom, por exemplo, o Partido Socialista, também, pedir um relatório ao executivo sobre os custos acessórios indiretos que houve para promover esta conferência, porque não achamos ilegítimo que a Câmara Municipal tenha uma política de incentivo a grandes conferências em Lisboa, e que gaste dinheiro para isso, mas era bom que ele fosse público. Senão, torna-se esta narrativa pouco sadia para o debate público que estas coisas acontecem por magia, obra e Graça de Deus, sem o dinheiro dos nossos impostos serem gastos, também. -----

----- O título do voto dos Independentes, aliás, revela o futuro no presente. Por, com relato negativo, temos outro festival Lisboa como cidade, capital ibero-americana, cujo título é passado e presente. Ora, estas duas frases têm uma fonte, uma raiz poética, muito particular, que é o passado é prol, vem da tempestade de Shakespeare e que deu origem a toda uma linha de pensamento crítico pós-colonial, que permitiu rever o que é que foi, realmente, a violência colonial, permitiu rever a relação entre *dounis crav* e, de certa maneira, hoje, começa a trabalhar sobre a relação dos novos trabalhadores precários. E o empreendedorismo está a servir para esconder estas realidades. Por isso, foi de alguma forma, inadvertido que tenham escolhido este título, mas é negativo que façam, revelador que vão buscar uma forma tão poética, mas é negativo que façam um voto de louvor sem falar de nenhum dos aspetos negativos que o passado e presente, que a comparação entre passado e presente

DRAFT

histórico, que o programa da cimeira ibero-americana permite, e que a Web Summit não permite.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Pintão (PS)** no uso da palavra, respondeu o seguinte:-----

----- “Eu penso que o Partido Socialista concorda com muito daquilo que foi dito, é verdade que esta conferência tem de ser vista que é mais *networking* do que uma conferência, portanto, são vários grupos de trabalho, não podemos entender que são pessoas, ali, que estão a ouvir um orador e que limitam-se a isso. -----

----- Há aqui vários fatores, é evidente que, há um ditado que costuma-se dizer que quando nos dão limões que se faça limonada, não é? Nós temos, realmente, vivido um período de crise e, realmente, as Startup’s foi realmente algo que nós fomos encontrando, e que a Lisboa foi encontrando, e tem sido uma solução. Não é a única evidente, não é única e que, realmente, existem mais, e que o Partido Socialista está de acordo que, realmente, tenham que ser vistas essas noções. -----

----- Quanto aos custos de contexto, nos negócios de tecnologia, nós não podemos ver Lisboa relativamente ao resto do país, temos que ver relativamente às outras capitais europeias e àquelas que são as nossas concorrentes diretas e, portanto, aí realmente Lisboa, é uma boa opção. -----

----- Importava ver, aqui, que aquilo que estamos a falar, agora, chama-se indústria 4.0, não é. E isto tem custos muito diferentes daquela indústria que nós estávamos habituados, antigamente. Quem se lembra, portanto, eu lembro-me que quando nasci, Lisboa estava cheia de fábricas, ainda, que foram desaparecendo, e que foram dando lugar, hoje, a condomínios, etc. Algumas dessas fábricas, alguns locais, já estão a ser ocupados por estas pequenas Startup’s que depois, vão dando lugar a outras, que vão passando e que vão crescendo, não é.-----

----- Importava dizer, aqui, também, que os voluntários foram voluntários mesmo, e estavam muito satisfeitos com isso. Pelo menos é aquilo que eu consulto nas redes sociais. Cada um poderá consultar as que quiser. -----

----- Importava, aqui, dizer, também, que o Paddy Cosgrave, quando se referiu aos incentivos que precisava para a mudança, uma das referências que ele faz e que está em vários *media* europeus, é que aquilo que pediu ao governo irlandês, ele não precisou só de dinheiro, ele queria é condições. E o Governo irlandês não lhe deu condições. Portanto, e Portugal deu-lhe.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte declaração política: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Executivo.-----

----- Em primeiro lugar, gostaríamos de deixar um ponto prévio nas nossas declarações políticas para, de novo, deixar uma palavra relativamente à questão da habitação, um direito constitucional, já todos o sabemos, mas que todas as semanas nesta Assembleia, temos, de novo, casos e mais casos de pessoas a pedir que a sua situação seja atendida o mais rapidamente possível, com certeza. -----

DRAFT

----- Há a questão dos regulamentos que, já o dissemos, têm que ser revistos para dar resposta aos milhares de pedidos que temos, mas que, também, a existência do grupo de trabalho que vai tratar destas questões mais prementes, não sirva como tampão destas mesmas situações, porque, de facto, é preciso atender, não só estes, mas a todos os que têm chegado a esta Câmara Municipal, e sabemos bem que as dificuldades são muitas, mas começa a tornar-se sofrível, quase, as situações semanais que aqui temos, de pedido de habitação, e acho que nos deve levar a um debate que já temos tido, mas que poderá levar-nos a outro debate, e outras soluções, para dar resposta mais célere a estes problemas. -----

----- O Bloco de Esquerda traz, também, a este debate, uma moção e uma recomendação sobre temas que consideramos fundamentais para a cidade, o tratamento dado à Valorsul e aos seus trabalhadores, e de que forma estão a ser tratados emigrantes, não apenas em Lisboa, mas um pouco por todo o país. -----

----- No passado dia vinte e quatro de Outubro, os trabalhadores da Valorsul realizaram uma greve de 32 horas para exigir o aumento de salários e o cumprimento do direito à negociação coletiva. Esta greve teve uma adesão de quase 100% nas unidades operacionais, quando não foi mesmo de 100%. -----

----- Já o fizemos nesta Assembleia Municipal, saudamos a greve destes trabalhadores. Pois é, de facto, um dos setores mais fundamentais da vida de qualquer cidade por isso, as reivindicações laborais devem ser objeto de preocupação, também, do município. -----

----- Não devemos esquecer o processo de privatização da Valorsul concretizado pelo anterior Governo PSD/CDS, que entregaram esta empresa estratégica à suma do grupo Mota Engil. -----

----- Os municípios passaram a ter uma participação minoritária na empresa sendo que, na altura, a Amadora, Lisboa, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira reagiram com uma ação em tribunal, e bem. -----

----- Reiteramos que as consequências desta privatização tem vindo a ser, cada vez mais, evidentes em especial no que toca à relação com os trabalhadores. O direito à negociação coletiva tem sido posto em causa pela nova administração, cada vez mais decisões têm sido tomadas de forma unilateral pela empresa, sem possibilidade de acordo, ou negociação, por parte de quem trabalha, em posição do cartão de refeição e posição do regulamento de avaliação de desempenho sem qualquer informação prévia aos sindicatos de trabalhadores, alterações ao seguro de vida sem informação prévia, entrega da portaria do CTE, sem triagem e ecocentro do Lumiar a empresas externas, enfim, a lista de decisões tomadas unilateralmente, por parte da direção, quando muitas delas teriam que ser, obrigatoriamente, negociadas com as organizações representativas dos trabalhadores. E, portanto, este tipo de conduta é bem representativa da como a Mota Engil lida com aqueles que têm tido um papel fundamental na construção da Valorsul, e do seu valor, também, para as populações, os seus trabalhadores. -----

----- Essa mesma atitude foi admitida pela própria administração, quando em reunião com a Comissão Sindical, confirmou que não pretende iniciar a negociação da revisão

DRAFT

da tabela salarial e de outras matérias constantes do acordo de empresa, para o ano 2016. -----

----- Também não podemos esquecer que estes trabalhadores veem os seus salários congelados desde 2009, ou seja, há sete anos, e que não há qualquer avanço na negociação salarial. Isto é tanto mais grave quando a empresa continua a ter lucros todos os anos e a administração faz distribuição de dividendos, no entanto, não há uma destruição desta riqueza de forma justa que abranja os trabalhadores.-----

----- E, de novo, não é possível deixar de lado que a tal riqueza criada e dividida por uns, é fruto do empenho e do esforço de quem trabalha na empresa e tem estado a ser arredado dessa possibilidade. -----

----- Portanto, achamos que o Município de Lisboa, tal como tantos outros municípios vizinhos, sendo ainda sócios, mesmo que minoritários da Valorsul e deve, portanto, ter um papel o mais ativo possível, por forma a assegurar, em primeiro lugar, o cumprimento do instituído no que toca ao direito de negociação coletiva e ao cumprimento desse mesmo direito, não pode admitir que a administração pura e simplesmente não queira fazer aquilo a que é obrigada; negociar com os trabalhadores e com as respetivas, sempre que alterações de acordo de empresa e não pode tomar decisões unilateralmente, bem como, é mais que justa a atualização salarial passados sete anos. Acima de tudo, a Valorsul presta um serviço de qualidade e da maior importância para as populações e, por isso, a bem, também, da continuidade dos serviços e da sua qualidade, pedimos que, enquanto acionista, a Câmara Municipal de Lisboa e os seus representantes na Assembleia Geral da Empresa, possam ter um papel ativo, decisivo e interventivo, por forma a concretizar as aspirações destes trabalhadores.-----

----- Mas trazemos, também, a debate um outro tema atual e que na cidade de Lisboa tem uma relevância acrescida; o direito à cidadania plena por parte de emigrantes, em Portugal.-----

----- Sabemos a importância da comunidade imigrante a nível cultural, económico político, etc., e inclusive, já foram organizados fóruns de debate no seio da Assembleia Municipal, exatamente, para debater este tema. Não sendo, então, um tema novo, necessita de soluções, cada vez mais urgentes. Sabemos, hoje, que a posição do SEF relativamente aos pedidos de autorização de residência e cidadania, é cada vez mais fechado e redutora do que existe na própria lei. E, nos últimos meses, as ações de reivindicação têm aumentado, desde o protesto em frente à sede do SEF até à Assembleia da República, culminando, neste último fim de semana, numa nova manifestação integrada no Festival Emigrar, sem que, obviamente, não pode passar em claro as demonstrações racistas e xenófobas que se passaram em Lisboa, no mesmo local, e em respeito pela constituição de valores democráticos, esse grupo, nesse dia, em desrespeito, também provocou desacatos, também racistas e xenófobos, na sede de um partido político livre e, portanto, também o município deve estar atento a estas situações, e solidarizar-se com aqueles que são atacados por estes grupos. E, portanto, foi uma das maiores manifestações, em Portugal, e é bem indicativo da situação que temos, centenas e centenas de pessoas que trabalham em Portugal,

DRAFT

algumas há praticamente um ano, pagam Segurança Social, pagam impostos, mas continuam arredados dos seus direitos de cidadania e sem acesso, por exemplo, aos mais básicos direitos, a saúde e a educação. -----

----- E por considerarmos que não é admissível que este tipo de situações continuem a vigorar no nosso país, achamos, também, que a Assembleia Municipal que já em outros momentos aprovou moções de solidariedade para com estes trabalhadores e organizou debates já sobre este tema, deve continuar a ter essa preocupação e ajudar a apontar os caminhos da solução. E, portanto, neste tema, tem sido conseguido alguns momentos de consenso, é importante continuar esse caminho, na tentativa de resolução, daí, também, a moção apresentada. -----

----- Para terminar, achamos que é importante lembrar que a própria Europa atravessa um momento anormal, em que os extremismos de direita se reforçam, não apenas no movimento social, mas também em governos, o exemplo da Hungria será o mais chocante, atualmente, mas não apenas na Europa, nos Estados Unidos, também, já do outro lado do Mediterrâneo, aqui ao lado na Turquia, as posições políticas têm-se extremado e os direitos humanos mais básicos têm ficado arredados dos debates e da prática política. -----

----- E, portanto, estas preocupações devem ser levantadas, não só ao nível nacional, mas também, aqui, na Cidade de Lisboa, onde a predominância das comunidades imigrantes é muito forte e, portanto, todos devem ter direitos iguais quando os seus deveres também são iguais.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, colocou a seguinte questão: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada. -----

----- A questão que tenho para lhe colocar é uma outra mas, começaria pelo final da sua intervenção, no sentido em que o Partido Socialista, naturalmente, também, votará favoravelmente, e nos revemos naquela que é a posição na defesa, sempre, daqueles que estão ao lado da luta contra a xenofobia, contra todo e qualquer tipo de racismo, contra a qualquer tipo de intolerância. -----

----- O Partido Socialista como pilar da democracia, em Portugal, na Europa e no mundo, também, estará, naturalmente, ao lado da defesa e repudiamos, naturalmente, os atos que foram perpetrados pelo Partido Nacional Renovador para alguns dos seus militantes, no dia treze de Novembro, na cidade de Lisboa, portanto, votaremos favoravelmente, aquilo que foi apresentado, aqui, como Voto nº 3, do Bloco de Esquerda. -----

----- Mas a questão que tinha para lhe colocar, aqui, no seguimento da intervenção que fez, aqui, tinha a ver com a recomendação e com a questão da Valorsul. É que, de facto, a informação de que nós dispomos é que a administração da Valorsul, nomeadamente, os representantes do Município de Lisboa, têm sempre tentado fazer com que haja uma disponibilidade para a conversação com os trabalhadores, através dos seus sindicatos, naturalmente, que esta conversação com os trabalhadores terá que ser, nomeadamente, esta mais recente e que se pretende, após uma validação das contas por parte da ERSAR, no sentido de que se possa haver uma negociação eficaz e

DRAFT

realçou pena de estar a negociar questões que depois não pudessem pôr em prática e, por isso, a Câmara, naturalmente, e os seus representantes, e a administração estará, certamente, disponível.-----

----- Agora há, aqui, um dado que é citado por parte do Bloco de Esquerda, nesta recomendação, que tem a ver com a questão dos aumentos salariais e da reposição dos salários, em 2009. O facto é que nós, também, temos como informação que, aquando da privatização, houve uma reposição das reduções salariais que vinham sendo, sido feitas, desde 2009, e que essa reposição foi feita, inclusive, sob proposta dos representantes do Município de Lisboa na Valorsul e, portanto, eu não sei se o Bloco de Esquerda tinha esta informação, ou não, e é certo que nós temos a noção, e estamos, também, do lado dos trabalhadores, nunca há regalias a mais, mas o facto é que já há algumas regalias na Valorsul, para estes trabalhadores que não existem nos seus congéneres da função pública. E, naturalmente, que nós votaremos a favor desta recomendação, porque queremos que haja, e continue a haver uma conversação entre a Administração da Valorsul e os trabalhadores. Mas a questão que tínhamos para colocar era, tem o Bloco de Esquerda conhecimento destes dados, ou seja, de que foram repostos estas condições salariais de 2009? De que tem havido estas negociações e de que há esta disponibilidade por parte da administração, tendo em conta a reposição e a aprovação, a validação das contas por parte da ERSAR?-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente.-----

----- Agradecer ao Senhor Deputado Manuel Lage as questões que foram feitas, e deixar apenas uma nota de que, de facto, é bom perceber que, ainda, existe, esse consenso e essa unanimidade quando se trata de repudiar atos de xenofobia e racismo que nós que tivemos, não só aqui em Portugal, mas também por toda a Europa, deixar essa nota que é muito importante. -----

----- Relativamente à questão da Valorsul, o Bloco de Esquerda está ciente daquilo que os representantes do município, e de outros municípios, também, têm feito desde que a empresa sofreu a sua privatização importante passar a sócios minoritários sendo que, com certeza, será uma batalha muito complicada, porque a Mota Engil tem tido, a nosso ver, uma conduta, e continua a ter uma conduta, gravosa relativamente aos trabalhadores, no entanto, a questão coloca-se sobre a revisão, ou a suposta revisão que existiu no ano passado que feita em sede de orçamento, ela, de facto, não significa a revisão dos salários no âmbito da negociação coletiva, e o que está a ser posta em causa, e aquilo que o Bloco de Esquerda coloca, neste momento, para estes trabalhadores, tem a ver, exatamente, com a negociação coletiva, com o contrato coletivo, com o acordo de empresa que terá que ser, necessariamente, renegociado, e o problema aqui é que a administração tem tomado sucessivamente decisões unilateralmente, que estão a ir contra muitos dos direitos consagrados no próprio acordo de empresa e, no que toca à questão salarial, independentemente do que foi repostos, ou não, a verdade é que os salários continuam congelados, desde 2009, e eles

DRAFT

assim vão continuar congelados, enquanto não for desbloqueada a contratação coletiva e é relativamente a isso, claro percebendo todas as limitações que possam haver por parte do município, dos representados no Município de Lisboa e dos outros municípios que farão, com certeza, essa força, mas é preciso deixar claro e deixar este sinal político aos trabalhadores, porque são eles que fazem a empresa e fazem o trabalho diário que, muita qualidade tem para todas as populações dos concelhos abrangidos, mas o que aconteceu, e o desbloqueio que aconteceu o ano passado não significa uma revisão salarial digna porque quem tem o salário congelado desde 2009, tal como muitas outras empresas, tal como a função pública, tal como a administração pública, necessita, urgentemente, desse desbloqueio relativamente aos salários e, portanto, essa informação é pública e, portanto, o Bloco de Esquerda tem essa informação, no entanto, não invalida que não seja necessária uma verdadeira renegociação em sede de contratação coletiva, no acordo de empresa, relativamente aos salários a um nível que possa ser repostado aquilo que, durante sete anos foi sendo roubado ao nível do poder de compra, também, que estes trabalhadores perderam, efetivamente, e que não é este desbloqueio, que foi feito no passado, que o vai recuperar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte declaração política: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Imprensa, Público em geral. -----

----- Na declaração política de hoje, o tema é *O Abraçar da Causa Animal*. -----

----- Construir pontes, favorecendo o diálogo entre culturas e religiões, defender a paz e a não-violência, proteger a natureza, promover a modernidade sem pôr em causa a tradição, criar alternativas aos atuais modos de vida mais sustentáveis, são expressões comuns a vários discursos, políticos e técnicos, tanto à direita como à esquerda. -----

----- Contudo, desfazer muros, defender verdadeiramente a não-violência em relação a todos os seres vivos, respeitar a natureza, proteger a nossa casa-mãe, investir no bem-estar de humanos e não humanos, não discriminar, proteger os mais frágeis e os “sem voz ativa”, carece de uma mudança de paradigma, de modelo, de forma de pensar. -----

----- E falar sempre foi mais fácil do que fazer... -----

----- O Grupo Municipal do PAN desde o princípio deste mandato que apela para que quem decide ganhe a consciência da total interdependência entre Ser Humano, Planeta e Natureza. -----

----- São vários os documentos internacionais que referem essa mesma interdependência: -----

----- A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável refere claramente que só existirá um desenvolvimento sustentável se percebermos as suas três dimensões: social, económico, ambiental. -----

----- O Acordo de Paris voltou a evidenciar que vivemos num ecossistema Único, e que se não fizermos a mudança mental, ética e civilizacional necessária, e de forma rápida, em breve a Vida mudará como a conhecemos. -----

DRAFT

----- Contudo, apesar de todas as notícias que saem sobre estas matérias, temos a certeza que tal não foi apreendido por todos, e para tal basta vermos o Orçamento de Estado recentemente aprovado.-----

----- Ora, os decisores políticos serão sempre os principais responsáveis pela definição e implementação das políticas e medidas necessárias para a concretização da mudança de paradigma.-----

----- Embora as grandes convenções e tratados sejam ratificados pelos países, é sem dúvida ao nível autárquico que se pode, e deve, fazer a diferença, implementando desde já medidas concretas.-----

----- O Grupo Municipal do PAN desde o início do mandato que tem insistido na necessidade da cidade de Lisboa se afirmar pela positiva nas questões relativas ao ambiente e aos animais, tendo apresentado diversas recomendações relativas a ambas as matérias.-----

----- Algumas têm sido aceites, outras não.-----

----- Queremos salientar que ter uma verdadeira política de proteção da natureza e do ambiente não é: propor um regulamento relativo à poda das árvores para servir de referência pelas juntas de freguesia e depois a Câmara arrancá-las para concretizar projetos urbanísticos.-----

----- Tal como abraçar a causa animal num município não é dotar a Casa do Animal de mais orçamento.-----

----- E é precisamente sobre isso que hoje o Grupo Municipal do PAN vem falar.-----

----- É verdade que se avançou:-----

----- - Hoje a Casa do Animal não é o que era (muito devido à ação que na altura decorreu contra a CML e ao orçamento participativo);-----

----- - A atual Provedora do Animal tem tido um papel fundamental na cidade e na defesa de todos os animais;-----

----- - A Câmara Municipal de Lisboa adotou uma política de não abate dos animais acolhidos;-----

----- - E, o programa C.E.R. é muito bem-sucedido.-----

----- Mais, o Sr. Vice-presidente anunciou numa reunião da 4ª Comissão na passada sexta-feira que a Câmara está a trabalhar no sentido de se ampliar a Casa do Animal, resolver a grave situação da União Zoófila e criar apoios para as associações que trabalham na proteção dos animais, factos pelos quais parabenizamos a Câmara.-----

----- Mas não é suficiente... Proteger os animais passa por entender que são seres sencientes, respeitá-los enquanto tal e dar-lhes qualidade de vida.-----

----- E o Grupo Municipal do PAN quer frisar que a causa animal tem sido “teórica e politicamente” “abraçada”, quer pelo município quer por esta Assembleia Municipal, mas não na prática.-----

----- Neste plenário têm sido reprovadas, pela maioria, diversas propostas do PAN que visavam precisamente o respeito por todos os seres sencientes e a criação de condições para a sua integração nas nossas vidas quotidiana.-----

----- Vejamos:-----

DRAFT

----- - Junho de 2014 - Recomendação para Permissão de Admissão de Entrada de Animais de Companhia em Locais Abertos ao Público, Rejeitada; -----
----- - Junho de 2014 - Pela proibição municipal das touradas, moção rejeitada; -----
----- - Setembro de 2015 - Recomendação para criação de “Pombal Contracetivo”, Aprovada, vencedora paralelamente do Orçamento Participativo, mas ainda não executada com o agravamento da atual campanha anti pombo; -----
----- - Novembro de 2015 - Recomendação para “Criação de Locais Comunitários de Alimentação e Abeberamento de animais errantes, Aprovada por maioria mas desconhece-se qualquer tipo de concretização da mesma. -----
----- - Junho de 2016- Recomendação para a elaboração de um Regulamento Municipal do Animal do Município de Lisboa, Rejeitada; -----
----- - Julho de 2016 - Recomendação para Implementação de um plano de incentivos à adoção de animais de companhia para adultos com mais de 65 anos, Rejeitada; -----
----- E para não nos alongarmos, referimos um episódio recente: a resposta do Sr. Vice-presidente da CML, no passado dia 9 deste mês, à pergunta do PAN relativa à concretização da nossa recomendação para formação sobre a criminalização dos maus tratos e abandono de animais de companhia. -----
----- Foi afirmado que a dita recomendação estava “inteiramente” cumprida, mas pareceu-nos reduzido o número de formandos abrangidos pelas ações de formação sobre a criminalização dos maus tratos e abandono de animais de companhia, pois não ouvimos qualquer referência ao facto de terem frequentado as 2 ações de formação elementos das juntas de freguesia, instrutores de processos de contraordenação do Departamento Jurídico, GNR/ SEPNA de Lisboa, PSP de Lisboa, entre outras autoridades administrativas/policiais que possam manifestar interesse na ação de formação e que colaborem com a Câmara Municipal de Lisboa. -----
----- Contudo, é essencial sensibilizar todos os funcionários e serviços municipais para a causa animal, e para a nova realidade do direito animal e dos direitos dos animais, pois só assim podemos ter uma Lisboa que abraça a causa animal e que não aceita o sofrimento animal, quer seja cão, gato, do pombo ou animal silvestre... só assim podemos ter uma cidade onde os cidadãos compreendem que os animais não podem, nem devem, ser tratados como objetos, pois não o são. -----
----- A política é para nós a arte de proporcionar a toda a população, humana e animal, a melhor vida possível e a plena realização das suas potencialidades, em harmonia com o mundo natural. Estamos convictos de ser por aqui que passa o rumo do futuro, que também já é presente, neste ponto, de mutação civilizacional em que o mundo se encontra. -----
----- Muito obrigado.” -----
----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte declaração política: -----
----- “Caríssima Presidente, Secretários, Caríssimos Vereadores, Público presente, Cidadãs e Cidadãos. -----
----- A Web Summit, enfim, seria o título desta comunicação, sendo procedido por Lisboa, a Web Summit e uma rota de desafios, não só para a cidade. -----

DRAFT

----- As urbes são claro, e esta nossa Lisboa, em particular, tempos e contradições, e é nestes contextos, supremacia neoliberal mundial que surge a Web Summit como um dos ícones de redenção possível do modus fácil de laboral. -----

----- Nesta formidável feira, vi milhares de jovens entusiasmados com o potencial de criação ali trazido. Muitas centenas de expositores, em permanente diálogo com quem quis saber mais, e sim, vi com quem falei, com alguém, com alguns que eram meninos e meninas voluntários das universidades. Eu muito francamente, não tenho nada contra o voluntariado deste tipo, penso que não foram obrigados, que foi, pelo menos aqueles com que eu falei, porque este assunto não persegue mas, enfim, faz parte da minha vida, todos nós, num dado momento, fomos, de facto, voluntários, ou porque nos apetece, ou porque queremos fazer, isto pode ser, de facto, não despreciando o facto de haver um contraponto, as entradas do Web Summit eram, particularmente, caras, pelo menos, numa fase inicial, mas, enfim. -----

----- A isto tudo poderemos talvez chamar de uma reacção conjunta, um mundo anti natura. Há nestes jovens, não só, mas nestes jovens, um visível sentimento de apoderamento, visto que utilizam um instrumento, a web, e criam trabalho e criam esperança. São, em todo o mundo, uma geração preparada, altamente preparada, como todos sabemos, do ponto de vista do conhecimento, e ansiosa por partilhar e nisto, há uma novidade, nem sempre os mais bem preparados estão ansiosos por partilhar. -----

----- A cidade que os acolhe, Lisboa, bom, Lisboa de implosão. Há, de facto, como todos sabemos, os programas dos mais jovens, a escola e o particular apoio decisivo da Câmara Municipal de Lisboa, os problemas de habitação fixa agenda cidade, criar melhores condições para os que cá vivem, qualificarem fim o habitat e a própria vida urbana, e não estenderia muito porque é no início do Verão, perdão, no início do próximo ano teremos então o debate sobre a habitação, em que colocaremos todas estas questões, e mais algumas. -----

----- Também, os programas do envelhecimento ativo e, também, a questão da mobilidade que, hoje, já foi, suficientemente, abordada, mas sim, de facto, uma cidade sustentável e inclusão tem que ter mobilidade para todos e para todas, mas no tempo concordaremos com eles e seremos mais aptos a conhecê-los. -----

----- A Lisboa como polo de conhecimento, isto é-me, particularmente, grato, como sabem, o papel das universidades foi, aqui, e é sempre determinante, porque dá uma base sólida de conhecimento, porque potencia a criatividade e a perseverança e porque promove, sem dúvida, a investigação a par de um mecanismo, já consolidado, de atração de jovens de todo o mundo, enfim, e no nosso país, particularmente, em Lisboa, 40% dos alunos inscritos são estrangeiros, isto é muito interessante. -----

----- Há, aqui, um primeiro desafio que lanço à Câmara que é, o programa Erasmus é um formidável programa, mas eu penso que, e alguns nós já passámos por experiências com filhos que vão para Erasmus e, mesmo que não passemos, temos essa noção, o programa Erasmus é, por vezes, muito oneroso, portanto, há um desafio que eu coloco, se possível, que é com menos custos e com uma meta mais curta, que seja lançado um programa, na União Europeia, que faça face ao Erasmus, tal como

DRAFT

está. Penso que é possível, há muito para desvendar e há dinheiros comunitários para isso. -----

----- Este modo de conhecimento gera, portanto, um ecossistema de empreendedorismo, em Lisboa, em que o trabalho colaborativo, e cito, e reforço: ‘O trabalho colaborativo tem o seu expoente, um dos seus expoentes é, sem dúvida, as Startup. Mas em contraponto, ainda, na hotelaria e na restauração que tão bem os acolhe, e acolheu, os muitos jovens em situação precária de emprego e com baixo nível de instrução que muitos deles não vivem, ainda, na nossa cidade. É, portanto, importante esta qualificação académica na área de Lisboa, na Área Metropolitana de Lisboa, só 17% têm acesso, e tiveram acesso ao ensino superior, em Lisboa, cidade, 27% e no total de Portugal, 12%. Margem de analfabetismo, ainda, muito grande e este é um problema que nós temos que enfrentar. -----

----- O papel da escola é aqui, essencial e lançou um desafio que noutra dia, também, lancei à Vereadora, e isto muito a nível sindical, certamente, que é há um apoio fundamental socioeconómico às escolas do 1º ciclo, complementando, assim, algumas falhas do sistema. Eu penso que, neste momento, isto deve ser alargado, que isto deve ser alargado da política do Governo. -----

----- Há um outro desafio, também, que é talvez um desafio, vocês sabem que eu sou de sonhos e de letras, mas é um desafio que eu gostava de ver potenciado, porque li no documento da Câmara sobre os dados da cidade que, em Ciências empresariais há 6097 estudantes, em artes há 1704, e portanto, estes são dois polos que eu gostaria que se tocassem e que temos que fazer um esforço, a nível do Governo, certamente, porque não há, aqui, não há separação, não deveria de haver uma separação tão grande nisto, quer dizer, não digo que haja inversão, que em artes estejam 6097, mas que haja áreas comuns, que sejam implementadas áreas comuns. Isto não é um sonho, já foi praticado depois do 25 de Abril, todos nós, nas faculdades, podíamos ter cadeiras desde que o horário se coordenasse, obviamente. Cadeiras comuns, e portanto, que haja uma aproximação entre as suas áreas, porque gente empresarial culta é certamente, o gente empresarial diferente. -----

----- Depois, o papel decisivo da Câmara em atrair e fixar trabalho qualificado, baseia-se no tal conhecimento sólido com mais alto nível, falamos, aqui, na regeneração urbana, falamos, aqui, de habitação social e falamos, de facto, do BEI, do que podemos aproveitar do BEI e foi fundamental esta negociação que agora, com esta gente, portanto, criar, aqui, mecanismos e incentivos. -----

----- Finalmente, a cidade de turismo e da sustentabilidade bom, o que é que há a fazer? Reforçar mecanismos de consolidação de direitos, direitos a dois níveis, a mais, se calhar. Por um lado, habitar a cidade e voltar à cidade, o direito das pessoas que habitam a cidade e, por outro lado, dar visibilidade àquilo que, de facto, é único, porque todos nós como turistas, e todos nós fazemos turismo, todos nós somos potencialmente turistas, só queremos as cidades onde há algo diferente, penso eu, posso estar errada, ou seja, de qualquer modo, nós queremos sempre sentir a alma da cidade, ou da terra onde vamos e, daí o programa, pensamos que o programa é interessante das lojas com História, mas pensamos que deve ser afixado ali, se não foi,

DRAFT

ainda, algo de imaterial, não só o património material, estou a pensar em exemplos icónicos da nossa cidade, mas algo de imaterial que pode estar aí, também. -----

----- Por último, foi citado o formidável Shakespeare, e ando convicta desde há uns anos, agradeço ao Deputado ter falado, mas vou citar o Cohen que morreu recentemente, e que num prémio do Príncipe das Astúrias, afirmou: ‘Um cartão de identidade não é um homem, e um índice de crédito, não é um país’. Podíamos estender isto às cidades e podemos estender isto a Lisboa, sempre o imaterial que tece e consolida a nossa marca identitária. Quem nos visita ama a cidade e percebe algumas dinâmicas desta nossa cidade livre, inclusiva e belíssima. Diria, *feita para as pedras e para o vento*. Penso que em todas as bancadas poderíamos acrescentar esta é, também, uma cidade feita para o rio e para as suas gentes, com contradições, com vários tempos. E disse.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Moreno (PNPN)** no uso da palavra, fez a seguinte declaração política: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Falar de Web Summit é falar de sucesso para a cidade e para o país, em dois momentos e não, apenas, num. Foi o primeiro sobre o qual nós já neste casa, também, nos pronunciámos e nos regozijamos em tempo oportuno que foi quando se conseguiu, digamos, perante várias candidaturas, conseguimos trazer para o país e para a nossa cidade, para a Cidade de Lisboa, a missão da Web Summit por este período de três anos, mas que agora já se prevê que pode vir, até, dado o sucesso que teve, vir a ser alargado, coisa que se acontecer, será inédita também porque nunca tinha isso, acontecido. -----

----- Mas dizia eu, quero falar de sucesso em dois momentos, o primeiro foi quando se conseguiu, de facto, trazer para a Cidade de Lisboa a realização deste grande evento, e o segundo foi a realização do próprio evento, porque todo ele envolveu, como devem calcular, uma operação logística de grande envergadura, e muito complexa, sem ela a Web Summit não tinha sido o sucesso que teve porque há uma operação logística que, relativamente àquilo que se realiza dentro da sala, e aí, em grande parte, a organização que a constrói, mas depois, há todo um conjunto de situações e de problemas que têm de ser resolvidos e que nos cabe a nós, cidade, resolvê-los. Não é a organização da Web Summit que o faz. Somos nós. E sem esse contributo de inúmeras entidades, e não vou referir nenhuma, porque foram tantas que corria o risco de esquecer alguma, e isso poderia ser considerado indelicado da minha parte, mas dizer que, de facto, esse sucesso deveu-se a muito trabalho que foi feito, e mostra que nós estamos, cada vez mais, na nossa cidade, preparados para receber grandes eventos, estamos de há uns anos a esta parte. É por isso que estes sucessos se sucedem. -----

----- Nós, agora, vamos candidatar-nos, também, a Cidade Europeia do Desporto. Temos possibilidade de vir a conquistar essa possibilidade de realizar esse evento. Ora bem, mas tudo isto é consequência, efetivamente, daquele trabalho que nós temos demonstrado ser capazes de fazer, nós somos capazes de construir e de fazer e, portanto, devemos regozijar-nos e, nesse sentido, obviamente, acompanhar,

DRAFT

favoravelmente, as moções que estão, aqui, apresentadas e subscritas por outras forças políticas e que irei votar favoravelmente, mas queria, e não queria deixar de dizer que, de facto, esse sucesso se deve, também, a muitas entidades que estão uníssonas, mas que sem elas a Web Summit não tinha sido o sucesso que foi, reconhecido pela própria organização da Web Summit. -----

----- Estive, por razões óbvias, ligado também à construção dessa grande operação logística, em certos aspetos, da mesma, e que, portanto, por via disso, também, ia acompanhando, digamos, aquilo que as outras entidades, os contributos das diversas entidades, e foram muitas as envolvidas na construção desse grande plano logístico e, de facto, todos eles estão de parabéns e merecem, também, o nosso aplauso e reconhecimento desta Assembleia. -----

----- Era, apenas, isto que eu queria dizer. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Não vejo sinais para quererem intervir, pelo que terminámos o período das declarações políticas. -----

----- Pergunto à Câmara se tem alguma coisa a acrescentar? O Senhor Vice-presidente diz-me que não. -----

----- Vamos então entrar na votação dos documentos que estão para a apreciação da assembleia, e que vieram, juntamente, com as declarações políticas. -----

----- Vamos começar com os votos, e o primeiro voto é o **Voto n.º 1/124**, apresentado pelo PCP, de saudação – *À Seleção Nacional Feminina de Futebol, pelo Apuramento para a Fase Final do Campeonato Europeu de 2017* (O **Voto n.º 1/124** fica anexado à presente Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante). Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. O **Voto de Saudação n.º 1/124** foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- Passamos ao **Voto n.º 2/124**, apresentado pelos Deputados Independentes – *Web Summit o Futuro ...no Presente*. (O **Voto n.º 2/124** fica anexado à presente Ata, como **Anexo V** e dela faz parte integrante). Votos contra do BE, abstenções do PSD, PCP e PEV, votos a favor do PS, CDS-PP, PAN, MPT, PNPN e 6IND. O **Voto n.º 2/124** foi **aprovado por maioria**. -----

----- Vamos ao **Voto n.º 2A/124**, apresentado pelo PSD – *Web Summit* (O **Voto n.º 2A/124** fica anexado à presente Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante). -----

----- Este segundo Voto, sobre o mesmo assunto, tem partes deliberativas distintas, a primeira parte é saudar a Web Summit, e a segunda parte é uma saudação, também. Portanto, eu entendo que ele deve ser posto à votação uma vez que as partes deliberativas são distintas, não há repetição, não estamos a votar a mesma coisa. -----

----- E, portanto, eu iria pôr à votação o **Voto n.º 2A/124**. -----

----- O Senhor Deputado Manuel Lage pede a palavra. -----

----- Os Senhores Deputados do Partido Comunista pedem a votação em separado dos pontos 1 e 2 deste **Voto n.º 2A/124**. -----

----- Senhor Deputado Manuel Lage, faça o favor.”-----

DRAFT

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, nós gostaríamos só de colocar a questão de saber se no **Voto nº 2A/124**, existe um lapso de redação por não ter sido incluída nenhuma referência à Câmara Municipal de Lisboa, talvez, aquando da redação, ter sido focado...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, interrompeu:-----

----- “Senhor Deputado, essa questão a Mesa não pode responder, a Mesa aceitou o voto tal qual está redigido.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Mas era só para saber se houve, aqui, um lapso de redação, se houve alguma alteração da Mesa, ou se foi simplesmente, ao estar a elogiar os governos que ...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, interrompeu:-----

----- “Peço desculpa, salvo melhor opinião, essa intervenção deveria ter tido lugar durante as declarações políticas porque é uma apreciação do voto. Neste momento, estamos na fase da votação.-----

----- Pergunta à Mesa se houve lapso, não sei porque não foi a Mesa que o escreveu, e neste momento, já não há a possibilidade de os promotores puderem dizer o que entendem.-----

----- Ficou registada a sua questão mas, salvo melhor opinião, deveria ter sido feita mais cedo, com possibilidades de resposta do partido proponente.-----

----- Portanto, o voto de saudação tal qual foi apresentado, vai ser posto à votação, é o **Voto nº 2A/124**, vamos separar os dois pontos:-----

----- **Ponto 1 do Voto nº 2A/124**, votos contra do PS, PCP, BE, PEV e PNP, abstenção de 6IND, e votos a favor do PSD, CDS-PP, PAN e MPT. O **Ponto 1 do Voto nº 2A/124 foi rejeitado**.-----

----- Passamos ao **ponto 2 do Voto nº 2A/124**, não há votos contra, abstenções do PS, PCP, BE, PEV, MPT e 6IND, votos a favor do PSD, CDS-PP, PAN e PNP. O **Ponto 2 do Voto nº 2A/124 foi aprovado por maioria**.-----

----- Postas estas questões, vamos passar ao **Voto nº 3/124** que é o voto apresentado pelo BE – *Manifestação Racista e Xenófoba* (O **Voto nº 3/124** fica anexado à presente Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante).-----

----- Eu tenho, aqui, uma questão a colocar-vos que é a seguinte:-----

----- O **ponto 4** deste voto pede a publicação em dois jornais de circulação nacional. Neste momento, a Assembleia Municipal não tem verba, deixou de ter verba para publicidade uma vez que temos o *site* e promovemos a publicitação das nossas informações por outra via, sem ser publicidade paga aos jornais, pelo que eu sugeria que este ponto não fosse votado, e fosse apreciado em Conferência de Representantes porque se se entender que se deve fazer, teremos de arranjar uma verba orçamental para o efeito, mas não é matéria para estarmos a discutir aqui porque é uma questão prática, digamos assim, pragmática. E eu pedia para retirarmos o ponto 4 e, desde já, na próxima Conferência de Representantes discutiremos até por uma questão de

DRAFT

princípio para outros votos semelhantes poder haver um critério que seja igual para todos. -----

----- Vamos pôr, então, à vossa consideração o **Voto nº 3/124**. O CDS-PP pede a votação por pontos, sendo que o **ponto 4** foi retirado. -----

----- Vamos pôr à votação o **Ponto 1** do **Voto nº 3/124**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. O **Ponto 1** do **Voto nº 3/124** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- Passamos ao **Ponto 2** do **Voto nº 3/124**. Não há votos contra, abstenções do MPT, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNP e 6IND. O **Ponto 2** do **Voto nº 3/124** foi **aprovado por maioria**. -----

----- **Ponto 3** do **Voto nº 3/124**. Não há votos contra, abstenções do MPT, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNP e 6IND. O **Ponto 3** do **Voto nº 3/124** foi **aprovado por maioria**. -----

----- Vamos passar, agora, às moções. -----

----- **Moção nº 1/124** apresentada pelo PCP – *Saudação à Luta dos Trabalhadores e Utentes da Cidade de Lisboa* (A **Moção nº 1/124** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante). -----

----- Vamos pôr à votação a **Moção nº 1/124**. Votos contra do PSD, CDS-PP e MPT, não há abstenções, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP e 6IND. A **Moção nº 1/124** foi **aprovada por maioria**.-----

----- Passamos à **Moção nº 2/124** apresentada pelo BE – *Direitos Iguais Para Todos* (A **Moção nº 2/124** fica anexada à presente Ata, como **Anexo IX** e dela faz parte integrante). -----

----- Vamos pôr à votação a **Moção nº 2/124**. Não há votos contra, abstenções do PSD e do MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNP e 6IND. A **Moção nº 2/124** foi **aprovada por maioria**.-----

----- Passamos, agora, às recomendações.-----

----- **Recomendação nº 1/124** apresentada pelo PCP – *Hospital Pulido Valente – Um Hospital Público de Qualidade Tem Que Ter Futuro* (A **Recomendação nº 1/124** fica anexada à presente Ata, como **Anexo X** e dela faz parte integrante). -----

----- Vamos pôr à votação a **Recomendação nº 1/124**. Não há votos contra, abstenções do PSD, CDS-PP e do MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP e 6IND. A **Recomendação nº 1/124** foi **aprovada por maioria**.-----

----- A **Recomendação nº 2/124** passou a voto, e que já votámos.-----

----- Agora, é a **Recomendação nº 3/124** apresentada pelo PEV – *COP 22 – Por Um Novo Paradigma Energético* (A **Recomendação nº 3/124** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XI** e dela faz parte integrante). -----

----- Vamos pôr à votação a **Recomendação nº 3/124**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. A **Recomendação nº 3/124** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- **Recomendação nº 4/124** apresentada pelo BE – *Pela Atualização de Salários E Cumprimento do Direito à Negociação Coletiva na Valorsul* (A **Recomendação nº 4/124** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XII** e dela faz parte integrante). -----

DRAFT

----- O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre está impedido de participar nesta votação desta recomendação, uma vez que, participa nos órgãos sociais da empresa, suponho que é isto. -----

----- Vamos pôr à votação a **Recomendação nº 4/124**. Votos contra do PSD, CDS-PP e MPT, não há abstenções, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNPV e 6IND. A **Recomendação nº 4/124** foi **aprovada por maioria**. -----

----- Terminámos esta fase dos nossos trabalhos. -----

----- Senhores Deputados, temos, aqui, algumas propostas, que seria bastante útil, que as pudéssemos ver, ainda, hoje, não são muito complicadas e, vamos de imediato, dar início ao assunto.-----

----- Em primeiro lugar, a **Proposta nº 440/CM/2016**. Pergunto à Câmara se quer apresentar a **Proposta nº 440/CM/2016**? O Senhor Vereador Manuel Salgado prescinde. -----

----- Há um parecer da 3ª Comissão, e a Senhora Relatora não está, a Senhora Deputada Margarida Saavedra, mas foi aprovado, creio eu, por unanimidade, portanto, também é pacífico, não tem nenhuma recomendação associada. -----

----- Pergunto se há inscrições? Vamos pôr, então, à votação. -----

----- **PONTO 5 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 440/CM/2016 – ALTERAÇÃO AOS LIMITES DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE SANTA CLARA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DOS NÚMEROS 1 E 2 DO ARTIGO 13º DO REGIME JURÍDICO DA REABILITAÇÃO URBANA, APROVADO PELO DECRETO-LEI Nº 307/2009, DE 23 DE OUTUBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- (A **Proposta nº 440/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer** da 3ª Comissão Permanente do Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento local, fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou: -----

----- “**Proposta nº 440/CM/2016**, vamos pôr, então à votação. Um momento, o Senhor Deputado Modesto Navarro quer intervir. Faça Favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, em primeiro lugar, eu queria saudar os serviços da Câmara, os serviços de urbanismo, pelo trabalho que realizaram e chamar a atenção dos membros eleitos desta Assembleia para a leitura daquele trabalho, porque identifica muito aquilo que nós conhecemos na Cidade de Lisboa é, de facto, um documento notável, um documento notável, cheio de informação, de identificação e de História que faz falta para nós percebermos o que se passa, nesta cidade. -----

----- Para além de colocar uma pergunta clássica ao seu vereador Manuel Salgado sobre o futuro das AUGI e quando é que esse futuro se resolve, queria, aqui, salientar,

DRAFT

por exemplo, neste estudo, é de assinalar o decréscimo muito acentuado de residentes que não sabem ler, nem escrever, nos bairros sociais, que passou de 26,9% para 7,1%.

----- O mesmo se verifica na zona das AUGI, também há evolução, onde este valor passou de 13,1%, em 2001, para 3,7%, em 2011, e também, na zona histórica, onde decresceu de 12,5% para 4,5%.-----

----- Depois vem, na página 46, a apresentação do perfil sociodemográfico e urbano das zonas, as AUGI, os núcleos históricos, os bairros sociais, tudo isto muito bem identificado com gráficos e com fotografias e com gravuras muito antigas, salienta-se na página 47, um aumento de residentes, em idade ativa, com habilitações elevadas e com famílias de um ou dois elementos, também é um aspeto relativamente novo e crescente naquela zona, e depois vem na página 53, algumas sínteses, digamos, de propostas, a questão da insegurança, as fronteiras invisíveis, o círculo vicioso da exclusão, as políticas sociais necessárias, os equipamentos em falta: o centro de saúde, a esquadra, o metro, tem metro mas é muito longe de certas zonas, a atividade económica e emprego que se precisa, a coesão social e a comunicação e colaboração entre grupos e culturas que é necessária, e a inclusão, a participação e o trabalho em parceria.-----

----- Depois, ainda, na página 55 a análise temporal e territorial integrada, as alterações estruturais, físicas e de infraestruturas e social.-----

----- Depois tem, na página 63, o gráfico do número de empresas e tipo de atividade na Freguesia da Ameixoeira, que também, é importante, o retalho, 69%, restauração e bebidas 31%, e depois, para não vos maçar muito, na página 85 tem a manutenção da dinâmica de crescimento populacional, em contraste com a tendência recessiva na globalidade da cidade, a existência de equipamentos de referência à escala local e da cidade, que é exemplo, a Academia de Santa Cecília e a manutenção de atividades tradicionais, embora em desaparecimento, ligadas ao passado rural.-----

----- Depois das fraquezas, a falta de transportes públicos, os elevados níveis de exclusão social, a rede de equipamentos insuficiente e o núcleo histórico em processo de envelhecimento e esvaziamento.-----

----- Bom, tenho, aqui, várias notas para a página 95, mas queria só, realmente, com nestes aspetos, muito soltos, chamar a atenção para este trabalho e de cumprimentar os Serviços de Urbanismo da Câmara por este trabalho realizado, penso que é, e ontem passei um bom bocado da tarde a ver isto tudo e, realmente, senti-me mais conhecedor daquela zona, e mais identificado com Lisboa.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.-----

----- A Mesa associa-se às palavras que dirigiu porque, de facto, é um estudo de elevada qualidade que nos vem, aqui, parar às mãos, e que merece uma análise detalhada por parte dos senhores deputados.-----

----- Pergunto se mais alguém quer usar da palavra? Senhor Vereador Manuel Salgado.”-----

DRAFT

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Eu queria comungar da intervenção do Senhor Deputado Modesto Navarro e, de facto, a equipa que tem vindo a estudar as AUGI’s e, concretamente, esta área de reabilitação urbana sistemática, tem feito um trabalho de grande qualidade e muito profundo.-----

----- Este alargamento da área de intervenção do território desta área de reabilitação urbana sistemática são particularmente importantes para assegurar a coesão territorial nesta zona da cidade, porque nos vai permitir integrar bairros do antigo PER que estavam, completamente, isolados.-----

----- E concretamente, em relação às AUGI’s, eu queria referir que nós temos dez AUGI’s no Concelho de Lisboa, são dez AUGI’s de natureza muito diferente daquelas que existem nos concelhos limítrofes, porque aqui na maior parte dos casos a propriedade do terreno que pertence aos próprios, e não foi constituída em avos como aconteceu em muitos dos municípios à volta de Lisboa. São muito mais antigas do que as áreas de génese ilegal dos concelhos limítrofes, mas todo o processo de legalização é um processo muito pesado, muito duro, porque implica que, para já, um conhecimento apurado dos cadastros e, por outro um envolvimento dos próprios moradores na definição do cadastro e uma série de iniciativas que eles próprios têm que tomar e que, normalmente, os municípios de Lisboa, para terem as suas condições de vida regularizadas, não necessitam desse esforço.-----

----- Neste momento, destas dez AUGI’s, há 5 que estão mais adiantadas, têm os processos de legalização em marcha e adiantados, que é concretamente, o Alto do Chapeleiro e os Sete Céus, que foram loteamentos municipais, o Grafanil que é um loteamento privado, e a Rua Particular à Azinhaga dos Lameiros.-----

----- Depois, há 3 AUGI’s que têm que ser resolvidas através de planos de pormenor e os planos de pormenor são sempre de elaboração relativamente pesada, que é a Quinta do Olival, as Galinheiras e a Torrinha.-----

----- E depois, temos situações em que para tornar viável a legalização, é necessário o município, ou adquirir terrenos, ou conseguir ultrapassar algumas restrições legais, nomeadamente, no domínio da segurança contra incêndios, adotando medidas mitigadoras para compensar ruas muito estreitas, dificuldades de acesso.-----

----- Mas queria dizer que, de facto, foi um tema que, desde 2008, início de 2008, nos dedicámos. Tem tido uma equipa relativamente, constante, e concretamente, o Arquitecto Paulo Pais e a Arquitecta Cláudia Batista, que têm feito um trabalho muito pesado, muito duro de envolvimento dos moradores, mas que começa a dar resultados efetivos.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graça Ferreira (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, muito boa tarde.-----

DRAFT

----- Eu, em relação a esta proposta, queria, também, manifestar o meu especial apreço, porque se reporta à freguesia em que sou Presidente. Agradecer ao Senhor Vereador Manuel Salgado e à sua equipa, aqui presente, o Senhor Arquitecto Paulo Pais e Cláudia Batista, que mais de perto têm lidado com estas questões, para dizer que, ao longo de todos estes anos, e são vários, tem havido uma multiplicidade de reuniões em que temos obtido, sempre, o melhor acolhimento por parte desta vereação nas diversas pessoas que, connosco têm interagido, de facto, é um trabalho muito moroso, muito difícil, e que está a dar resultados bem visíveis, portanto, o que eu tenho a dizer, em nome da Freguesia de Santa Clara é uma palavra de sincero reconhecimento, de felicitação pelo trabalho feito, pela qualidade do trabalho também apresentado e um muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Senhores Deputados, vamos então, pôr à votação a **Proposta nº 440/CM/2016**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. A **Proposta nº 440/CM/2016** foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- E depois deste elogio que foi feito aos serviços, nomeadamente, ao Arquitecto Paulo Pais e à Arquitecta Cláudia Batista, eu até sugeria que fosse aprovada por aclamação porque, de facto, há aqui um trabalho de muitas reuniões com os moradores, que foi levado a cabo (aclamação), fora das horas de serviço, fins de semana, e por aí fora. -----

----- Vamos prosseguir...” -----

----- **PONTO 6 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 458/CM/2016 – CONSTITUIÇÃO DE UM DIREITO DE SUPERFÍCIE A FAVOR DA FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA PORTA DO CÉU, SOBRE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, SITUADA NA RUA JOSÉ ESCADA, LOTE K0, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO Nº 1, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- (A **Proposta nº 458/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XV** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer** da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, fica anexado à presente Ata, como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante). ---

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação da proposta:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Eu queria só, houve, aqui, um lapso, certamente, no relatório da 1ª Comissão, porque refere aqui que a proposta original é de 2013, ora a proposta é de 2003, exatamente e, portanto, isto foi um compromisso assumido pela Câmara com o Patriarcado de Lisboa, em 2003, um contrato-promessa que, depois, tinha que ser

DRAFT

resolvido para a atribuição do direito de superfície e que, só agora, está, efetivamente, a ser concretizado. -----

----- Era só esta nota.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Vereador, eu peço desculpa, para fazermos a devida correção, estamos a falar do enquadramento dos antecedentes, página 2 do parecer, será isso? Trinta de julho de 2003, a Câmara aprovou, em sessão camarária a proposta nº 429/2013, protocolo e contrato-promessa de construção...é isto? É disto que estamos a falar? É esta proposta, ou é outra?” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “É exatamente. Porque é de 2003.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----

----- “É 2003, e não 2013. Estamos a falar da página 2 do parecer, será feita uma correção a esta gralha. -----

----- A Senhora Presidente da 1ª Comissão pede a palavra. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Irene Lopes (PS)** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Eu não tenho aqui o parecer mas há que alterar, então, onde diz há três anos, terá de dizer há treze. -----

----- No próprio parecer há um sítio onde fala em 3 anos, e não em 13 anos. ” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----

----- “Eu vou procurar isso, e faremos essa correção. -----

----- Muito obrigada. -----

----- O parecer não é votado é apenas, um parecer que vai no sentido de a proposta estar em condições de ser colocada à votação e, é isso mesmo que vamos fazer. Sobre a **Proposta nº 458/CM/2016**, pergunto se alguém quer usar da palavra? O Senhor Deputado Sobreda Antunes tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, muito boa tarde a todos. -----

----- “Os Verdes” destacam que subscrevemos todas as dúvidas e interrogações colocadas pelo vereador João Ferreira, durante o debate da Proposta nº 458/2016 na CML, e que jamais foram cabalmente elucidadas pelo executivo. Depois, assinalar que vamos elencar algumas questões de pormenor, mas que são elementos chave para clarificar o tortuoso processo do pequeno lote junto à Escola Básica e ao Jardim de Infância, na esquina das Ruas José Escada e Hermano Neves, em Telheiras. Para tal, e para deslindarmos graves lacunas de memória, teremos sinteticamente que recorrer ao ‘canal história’. -----

----- Em primeiro lugar, o valor dos compromissos assumidos com os munícipes. -----

----- Tendo por base o editorial de um boletim de 2005 da ART - a Associação de Residentes de Telheiras -, com o título ‘O que esta CML fez e não fez por Telheiras’, lembramos que foi a vereação de João Soares quem, a pedido dos moradores, reservou

DRAFT

aquele espaço para jardim público e hortas de apoio às escolas (ART Informação, Junho de 2005). -----

----- Com efeito, há 20 anos, em Janeiro de 1996, os moradores apelaram para um espaço de jardinagem de apoio à escola primária (ART Informação, Maio 1996). Depois, em 2001 (31 de Outubro) a ART deslocou-se a uma sessão pública de CML pedindo jardins para o bairro. Na altura chegou a ser apresentado um projeto da autoria dos arquitetos Caldeira Cabral e Silva Dias, que traçava um longo passeio pedonal entre a Quinta de São Vicente e a Praça Central (ART Informação, Dez. 2001). Mais tarde, em 2002 (6 de Novembro), a ART entregou, já à vereação seguinte, “um caderno com 25 petições” várias, no qual foi requerido ao então novo presidente da CML um jardim junto às escolas (ART Informação, Maio 2003). -----

----- Contra tudo o que fora solicitado e prometido, a CML acabaria por aprovar a Proposta nº 429/2003, cedendo, inesperadamente, aquele pequeno lote à Igreja Paroquial, tendo a EPUL ficado de fazer obras de restauro na Igreja de Nossa Senhora da Porta do Céu no valor de 497 mil €. -----

----- Ainda em quatro de maio de 2005, o Diretor Municipal de Ambiente Urbano apresentou um projeto de jardinagem para o quarteirão das escolas, numa reunião onde também estiveram presentes os Diretores Municipais de Gestão Urbanística e de Conservação e Renovação Urbana. Citando a ART, havia “finalmente um projeto consentâneo, alargando as possibilidades de usos pedagógicos e verdes do território educativo, conforme o que vem sendo solicitado pelas direções escolares, Associações de Pais e Associação de Residentes” (Junho 2005, p. 8). -----

----- Depois, faz exatamente este mês 10 anos que foi editada a monografia “Um quadrado de verde na aldeia de Telheiras”, tendo a sua autora feito a sua divulgação nesta mesma sala da AML, e onde historiava os contactos havidos e as promessas institucionais (p. 95-97, p. 137-139). -----

----- Em 2008, a ART lançaria um concurso de ideias junto de arquitetos paisagistas e urbanistas (profissionais e estudantes), para apresentarem projetos para as zonas expectantes do Bairro, incluindo o lote em causa. O júri, composto, entre outros, por Nuno Teotónio Pereira e Gonçalo Ribeiro Teles, premiou os projetos vencedores (com uma telha!). As propostas acabariam por ser entregues ao presidente da EPUL e à CML, na pessoa do Senhor Vereador Manuel Salgado, em cerimónia realizada na BMOR, em 10/5/2008 (ART Informação, Fev. 2009). Senhor Vereador, não pode desmentir este facto, pois não? -----

----- Em segundo lugar, a cessação da validade jurídica. -----

----- Em 2005 e 2006, enquanto procedia a obras na Igreja, a EPUL requereu ao Patriarcado para formalizar o acordo da Proposta nº 429/2003. A resposta só chega no final de 2013. E a EPUL informa que o ‘direito de preferência’ se “extinguiu automaticamente”, pois o protocolo de 2003 já não produzia quaisquer efeitos. Mais tarde, o Senhor Diretor Municipal de Gestão do Património remete um parecer ao Senhor Vereador Manuel Salgado, confirmando que ‘inexiste’ a obrigação legal de cedência do terreno. -----

DRAFT

----- No ano passado, com a aprovação pela AML da liquidação da empresa, a parcela reverteu de novo para o Município, procedendo-se ao registo predial em 15/9/2015. A CML avançou então com a construção do prometido jardim, para vir a ser atribuído às associações e escolas do bairro, com bancos, mesas, talhões vedados para hortas, arrecadação de madeira para as alfaias e o respetivo abastecimento de água. -----

----- Porém, hoje, com a Proposta nº 458/2016, a CML intenta voltar atrás e destruir aquele espaço verde que custeou, o que representa uma insensata reversão de uso.-----

----- Em terceiro lugar, a razão das escolhas, a distância do local e as alternativas em Telheiras.-----

----- No debate desta proposta em CML afirmou-se que, desde há 2 anos, o Patriarcado vinha sendo ‘irredutível’ na escolha do local, por não haver terrenos alternativos na área da Paróquia. Ora, de acordo com o Patriarcado, a Paróquia de Nossa Senhora da Porta do Céu, criada em Abril de 2004, abrange as zonas de Telheiras, Parque dos Príncipes e Alto da Faia.-----

----- Pergunta-se: Para quê insistir-se na construção de um novo templo a escassos 300 metros da Igreja já existente na Estrada de Telheiras? É que só no Alto da Faia (em Telheiras), existem diversos lotes disponíveis que foram transferidos para a CML, após a liquidação da EPUL. Mas nem é preciso ir tão ‘longe’. A menos de 200 metros da atual Igreja, existe na esquina da Rua Professor Fernando da Fonseca um ex-lote da EPUL disponível na zona central do Bairro e com dimensões semelhantes.-----

----- E ainda muito mais perto, ou seja, mesmo ao lado da Igreja, porque preferiu a CML alienar o antigo Convento que pertencia à Igreja, para a Opus Dei também aí edificar o Colégio Mira Rio, e que hoje se encontra em obras? Então, se não existir má vontade do Patriarcado em acordar num terreno equivalente, haverá quaisquer segundos interesses no protocolo com a CML que não são trazidos à luz do dia? Falando de negócios, porquê o irrisório valor simbólico de uns míseros 5€ na avaliação do lote entre as 2 escolas? Quanto pagou a CML para o ajardinar e, em breve, o pretender destruir? -----

----- Para concluir, em quarto lugar, gostaríamos de questionar a CML se considera que os negócios imobiliários são mais importantes que a palavra dada aos munícipes; se releva o apoio de instituições privadas, perante os votos dos eleitores que confiaram nas promessas do Município; se está ou não disponível para cumprir os antigos compromissos feitos pela CML aos moradores de Telheiras que, em última instância, são os eleitores? -----

----- Afinal quem lidera à Câmara Municipal de Lisboa? A vereação ou o Departamento do Urbanismo de mãos dadas com os privados? Para os moradores não subsiste qualquer dúvida: a Câmara Municipal de Lisboa enganou os residentes de Telheiras.-----

----- Obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Alves (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

DRAFT

----- Penso que importa analisar esta proposta, que é aqui, colocada em cima da mesa, como uma solução de compromisso razoável para um problema que se arrasta há vários anos e que, de facto, tem tido várias nuances ao longo dos tempos. -----

----- Senhor Deputado Sobreda Antunes, com o rigor histórico que lhe é conhecido e que todos agradecemos, porque nos ajuda a contextualizar, dá-nos um retrato particularmente fidedigno, embora com os soluçoes intermitentes que também, compra complementar com outros aspetos adicionais. -----

----- É verdade que grande parte das diligências referidas ao longo dos tempos e grande parte da intervenção que a associação de residentes foi realizando ao longo dos anos, especialmente, quando exigia o reforço dos espaços verdes, em Telheiras, ocorreram antes da urbanização da Aldeia de Telheiras que, de facto, expandiu muito significativamente, quer com a edificação do Jardim Professor Sousa Franco, do Jardim Caldeira Cabral, do próprio Jardim da Praça Central e, portanto, o contexto em que ocorria essa necessidade premente não é, exatamente, o mesmo em que, hoje, discutimos esta necessidade de mais espaços verdes, em Telheiras. Não estou a discutir a valia que ali se encontra, ela é indiscutível, indesmentível, o que se coloca é um cenário particularmente diferente daquele em que estas sucessivas diligências tiveram lugar, e grande parte das iniciativas e dos concursos de ideias realizados, tiveram concretização noutros pontos daquele bairro, e da freguesia mas, em particular, do espaço de Telheiras. -----

----- Efetivamente, houve um compromisso assumido pelo município, em 2003, compromisso, esse que, também, se assume perante munícipes da cidade de Lisboa que, também, por isso, devem ser colocados no prato da balança no momento em que a Câmara tem que tomar uma decisão sobre esta matéria. -----

----- Indesmentivelmente, opção preferível de todos, sempre teria sido a de manter o investimento já realizado, deixar que as hortas lá permanecessem e, portanto, não ter que estar a relocalizá-las quando, eventualmente, o terreno fosse, efetivamente, cedido ao Patriarcado para edificação de um novo templo, ou de um novo centro social. Mas uma coisa é certa, a Câmara comprometeu-se a ter uma gestão camarária anterior, comprometeu-se com o Patriarcado, e a Câmara atualmente, o que faz é respeitar os compromissos que outros órgãos do município, legitimamente, então, assumiram, procurando, e parece-nos que, de forma, relativamente, equilibrada, chegar a uma solução compromissória, e a solução compromissória assenta em aspetos referidos na proposta, e que cumpre enfatizar, que são os seguintes: -----

----- Em primeiro lugar, o Patriarcado só tomará posse daquele terreno quando, efetivamente, estiverem com condições económicas de criação do projeto para implementar ali aquilo que pretende, um novo templo ou o novo centro social. Até lá, o espaço será, e continuará a ser usado pelo município, precisamente, para a atividade que está desenvolvida, e na qual foi feito um investimento com os equipamentos que o Deputado Sobreda Antunes referia. Mais, garante que este tempo é de pelo menos dois anos, que fica garantido na proposta, período durante o qual o município, no município, e através dele, o parque hortícola poderá explorar aquele espaço com talhões dedicados aos residentes. É certo, procurou-se uma solução que seria

DRAFT

relocalizar a opção que o Patriarcado tinha para aquele local, em outros espaços em Telheiras, um dos quais referidos pelo Deputado Sobreda Antunes, mas que já foi entretanto, alienado. Aquele que melhor serviria as funções que era aquele da Rua Fernando da Fonseca, já não está, efetivamente, na esfera do município, foi inalienado quando se encontrava na esfera da EPUL, e os restantes, efetivamente, são manchas parcelares que não são suficientes para a edificação do Patriarcado pretende. -----

----- Adicionalmente, decorre a votação do Orçamento Participativo que identificou dois locais para a futura expansão de zonas verdes em Telheiras e que, mesmo que sejam, ou não, selecionados estão já identificados, quer pelo município, quer pela Junta de Freguesia, como locais para expandir estes espaços, seja de ajardinamento, seja mesmo para relocalizar as hortas quando, daqui a, pelo menos, dois anos que até pode ser um período mais longo, ela tiver de ter lugar. Efetivamente, há tempo suficiente para arranjar uma alternativa sem o prejuízo imediato que se causaria se nada se fizesse naquele sítio. Vai ser possível explorar as hortas comunitariamente, com talhões atribuídos às instituições e o caso muito particular da escola, pode e vai ser articulado por outra via que é através da obra de requalificação daquele equipamento escolar, que vai ter lugar, e no qual, dentro do próprio espaço da escola, poderemos ter hortas, especificamente, orientadas para o trabalho pedagógico que a escola vai realizar e, portanto, isto é perfeitamente realizável na parte traseira do lado inverso, onde, atualmente, se encontra este terreno. -----

----- Honestamente, eu acho que, face a todas as circunstâncias, à longa história deste processo, se acautelam as partes todas. Os municípios que querem espaços verdes, que cresceram, ao longo dos últimos anos, e que vão continuar a crescer, e os munícipes, também, que são crentes e que, também, pretendem ver expandida a zona de culto que também, têm um interesse que o município deve procurar acautelar dentro daquilo que foram compromissos, anteriormente, assumidos. Não há, aqui, interesses escondidos de forma alguma, é um processo longo, que todas as partes colaboraram para resolver, houve recetividade da parte do Patriarcado, houve uma solução criativa e teremos hortas em Telheiras adicionais em breve, teremos depois de encontrar uma solução para elas serem definitivas, noutra espaço, teremos também uma composição de interesses de, no fundo, que caracteriza o que é a gestão da cidade, acautelando os poucos passinhos que, ainda, nos sobram, em Telheiras, para as várias utilizações que ali, fazem falta. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Bom, eu agradeço ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar que, praticamente, esgotou o que eu tinha para dizer. De qualquer modo, eu queria que ficasse claro o seguinte; o Senhor Deputado Sobreda Antunes referiu, e eu confirmo que é verdade, que em 2008, penso que foi, 2008-2009, eu próprio estive numa Assembleia promovida pela Arte, em Telheiras, em que transmiti a posição que tinha

DRAFT

sido decidida pelo executivo, de que não haveria mais construção nos espaços livres de Telheiras e, portanto, dando essa orientação expressa, à EPUL. -----

----- Mas se é verdade que nós temos que cumprir com a palavra dada aos munícipes, também é verdade que o município, sendo pessoa de bem, tem que cumprir e respeitar os contratos que celebrou. E, a verdade, é que o município celebrou um contrato-promessa aprovada em Câmara Municipal, com o Patriarcado de Lisboa, o Patriarcado cumpriu a sua parte do contrato, que foi entregar parte do Convento das Portas do Céu e realizar as obras. e o município ficou de celebrar a escritura do direito de superfície para ceder o terreno para a construção do novo templo e do Centro Paroquial. E, portanto, a questão está exatamente nisto, nós, a proposta que trazemos porque entendemos que o município é pessoa de bem, e tem que respeitar os contratos que celebra e, por isso vem esta proposta à Assembleia Municipal para se pronuncie. -----

----- Portanto, não se trata de serem os serviços, ou a Direção Municipal de Património, ou os Serviços do Urbanismo, a ditar o que se faz, ou deixa de fazer, trata-se, sim, que a Câmara entendeu que há um contrato celebrado que o Patriarcado que deve ser respeitado e, por isso, traz à Assembleia Municipal para que a Assembleia decide sobre ele. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Senhores Deputados, não vejo mais pessoas inscritas, portanto, neste caso, vamos pôr à vossa consideração a **Proposta nº 458/CM/2016**. Votos contra do PCP, BE, PEV e PAN, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PNPN e 6IND. A **Proposta nº 458/CM/2016** foi **aprovada por maioria**. -----

----- Vamos pôr, agora, à vossa consideração a **Proposta nº 520/CM/2016**.”-----

----- **PONTO 7 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 520/CM/2016 – AQUISIÇÃO PELO MUNICÍPIO DE LISBOA DO IMÓVEL SITO NA RUA DAS BARRACAS, N.ºs 72 A 80, BECO DO FÉLIX, Nº 3, E BECO DO PETINGUIM, N.ºs 25 A 29, POR EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO Nº 1, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;** ---

----- (A **Proposta nº 520/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer** da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, fica anexado à presente Ata, como **Anexo XVIII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação da proposta:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- A única coisa que queria destacar é que a aquisição deste prédio é, particularmente, importante para tornar mais viável e economicamente interessante

DRAFT

para o município, o Programa de Renda Acessível na zona da Rua das Barracas. É essa a razão.-----

----- O prédio apareceu, portanto, foi colocado à venda, e foi a Câmara que exerceu o seu direito de preferência, de acordo com a lei. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Pergunto se mais alguém quer usar da palavra? Não há pedidos adicionais de palavra. -----

----- Pergunto se a Senhora Deputada Relatora, a Senhora Deputada Maria Luísa Aldim, não está presente, mas o parecer da 1ª Comissão diz que a proposta está em condições de ser votada, e não apresenta nenhuma recomendação. -----

----- Vamos pôr isto, então, à votação, **Proposta nº 520/CM/2016**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. A **Proposta nº 520/CM/2016** foi **aprovada por unanimidade**. -

----- Vamos passar à última proposta que está prevista para hoje, **Proposta nº 521/CM/2016**.”-----

----- **PONTO 8 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 521/CM/2016 – ALIENAÇÃO DO LOTE Nº 8, SITO NA RUA FRANCISCO LYON DE CASTRO, JUNTO À AVENIDA DAS FORÇAS ARMADAS, À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, VINCULADO AO USO PARA RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 1, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- (A **Proposta nº 521/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIX** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer** da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, fica anexado à presente Ata, como **Anexo XX** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação da proposta:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- “É de facto, para destacar que foi acrescentado um ponto 2, na reunião de Câmara, a esta proposta, que diz, expressamente, que o uso a que se destina o referido lote fica vinculado a Residência de Estudantes.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não vejo nenhuma indicação. -----

----- A Senhora Relatora não está, e o parecer da 1ª Comissão é no sentido de que a proposta está em condições de ser votada, foi distribuído, vamos pôr à votação a

DRAFT

Proposta n.º 521/CM/2016. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPV e 6IND. A **Proposta n.º 521/CM/2016** foi **aprovada por unanimidade.** -----

----- Senhores Deputados, antes de se irem embora, alguns recados rápidos.-----

----- De hoje a uma semana, temos reunião ordinária, o Senhor Deputado Municipal José Casimiro está a indicar-me que entregará uma Declaração de Voto do BE sobre a **Proposta n.º 521/CM/2016.**”-----

----- (A Declaração de Voto indicada pelo Deputado Municipal José Casimiro, BE, não foi entregue nos serviços, até à data da conclusão da elaboração da presente ata). --

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Dizer-vos o seguinte, de hoje a uma semana, nós teremos uma reunião ordinária, temos, portanto, o orçamento, as grandes opções do plano, a política fiscal, e todas as matérias relacionadas com as empresas municipais. Portanto, vai ser uma sessão longa e intensa e eu queria propor-vos que a informação escrita do Senhor Presidente, que é por definição, o primeiro ponto da sessão ordinária, pudesse ser discutida na sessão seguinte da Assembleia Municipal a fim de aproveitarmos esta reunião do dia vinte e dois, para aprovarmos todos estes instrumentos de gestão que são muito importantes, e quanto mais depressa forem aprovados, melhor para o município.-----

----- Pergunto se há objeções a isto? Se não há, a informação escrita ficará para a reunião seguinte. -----

----- No dia vinte e nove de novembro, nós não teremos reunião de Assembleia. Há uma visita oficial dos Reis de Espanha a Portugal, e portanto, há dificuldades em promover esta reunião por necessidade de o executivo estar presente a acompanhar esta visita, portanto, não a poderemos fazer no dia vinte e nove. -----

----- Temos reunião no dia seis de dezembro, e nessa altura, sim, então teremos a informação escrita.-----

----- Portanto, era isto que vos queria transmitir.-----

----- Ainda, para efeitos de organização das vossas agendas, nós tínhamos uma reunião prevista no dia vinte de dezembro, que é a semana do Natal, nós vamos antecipar essa reunião, portanto, na semana de treze, teremos uma reunião no dia doze, que é segunda-feira, ao fim da tarde, uma Sessão Comemorativa dos 40 Anos das Primeiras Eleições para o Poder Local Democrático, Em Portugal, 1976, foi precisamente nesse dia doze, e portanto, teremos uma sessão comemorativa. E no dia treze faremos a nossa sessão, sendo que, depois, não haverá sessão, nem na semana do Natal, nem na semana do Ano Novo, como é habitual. -----

----- Portanto, pedia para tomarem nota disto nas vossas agendas, tinha de transmitir isto aos Senhores Deputados, mas desde já, ficamos assim, combinado, para a semana, orçamento, plano e impostos, e empresas municipais. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e quinze minutos. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do

DRAFT

n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE -----